

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E  
HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INTERDISCIPLINAR EM  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

GRACIELLE DE SOUZA SILVA

**AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO:**  
AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO) (2010-2021)

ANÁPOLIS

2023

GRACIELLE DE SOUZA SILVA

**AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO:  
AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO) (2010-2021)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Joana D'arc Bardella Castro

ANÁPOLIS

2023



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

#### Dados do autor (a)

Nome Completo Gracielle de Souza Silva  
E-mail gracielle.guichard@gmail.com

#### Dados do trabalho

Título Agricultura Urbana e as Unidades Espaciais de Produção: as hortas na cidade de Anápolis (GO) (2010-2021)

Dissertação

Curso/Programa Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Trabalho

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis  
Local

27/04/2023  
Data

Gracielle de Souza Silva  
Assinatura do autor / autora

[Assinatura]  
Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

S586a

Silva, Gabrielle de Souza.

Agricultura urbana e os circuitos espaciais de produção [manuscrito] : as hortas na cidade de Anápolis(GO)(2010-2021) / Gabrielle de Souza Silva. - 2023.

126 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Joana D'Arc Bardella Castro.

Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado ), Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2023.

Inclui bibliografia.

1.Agricultura urbana - Anápolis(GO). 2.Hortas urbanas - Anápolis(GO). 3. Circuitos Espaciais de Produção. 4.Dissertações – TECCER - UEG/UnuCSEH. I. Castro, Joana D'Arc Bardella. II.Título.

CDU 911.3.30:631(817.3Anápolis)(043)

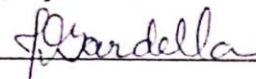
Elaborada por Aparecida Marta de Jesus  
Bibliotecária da UnUCSEH  
CRB-1/2385

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, a partir das oito horas, na sala de reuniões da UnuCSEH – Néelson de Abreu Júnior, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação da discente **GRACIELLE DE SOUZA SILVA**, intitulada **“AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO), (2010-2020)”**. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dra. Joana D'arc Bardella Castro (Orientadora), Dr. Mario César Gomes de Castro (Examinador Externo) e Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima (Examinadora Interna). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela discente e sua orientadora. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo a discente os seguintes resultados.


Dra. Joana D'arc Bardella Castro (Orientadora)

aprovado ( ) reprovado.

Assinatura 

Dr. Mario César Gomes de Castro (Examinador Externo)

aprovado ( ) reprovado.

Assinatura 

Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas Lima (Examinadora Interna)

aprovado ( ) reprovado.

Assinatura \_\_\_\_\_

**Resultado Final:  aprovado ( ) reprovado.**

Observações:

Trabalho indicado para o prêmio "CAPE'S"

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Reaberta a sessão pública, a Orientadora proclamou o resultado e encerrou a sessão às 9:30 horas, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim secretário, discente e pelos membros da banca examinadora supracitada.

Secretário: Wes Douglas Costa

Discente: Graciele de Souza Silva

GRACIELLE DE SOUZA SILVA

**AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO:  
AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO) (2010-2021)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado, no dia 27 de Abril de 2023 para a banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Joana D'arc Bardella Castro  
(Presidente da banca e orientadora – PPG-TECCER/UEG)

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas  
(Avaliadora interna – PPG-TECCER/UEG)

Prof. Dr. Mario Cesar Gomes de Castro  
(Avaliador externo – UnUCSEH/UEG)

Dedico este trabalho a Deus, que me guia sempre pelos caminhos da fé; aos meus amados filhos Matheus Abaeté Marc Guichard da Silva e Emanuelle Vitória Souza Santana que sempre esteve presente nesta realização. Dedico também a minha querida professora e orientadora Joana D'arc Bardella Castro, no estímulo durante todo o desenvolvimento do trabalho. Gratidão!



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que sempre me auxiliou, por ter me abençoado com sabedoria.

A minha família que sempre me apoiou especialmente meus filhos e meus Pais que me guiaram e ajudaram durante a trajetória do mestrado e acreditaram em mim.

Agradeço aos professores integrantes do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) por transmitir conhecimento e saber, durante a minha trajetória na pesquisa e revelar a importância do caminho a ser trilhado. Em especial a professora e orientadora deste trabalho, Joana D'arc Bardella Castro, pela orientação, dedicação, paciência e auxílio durante o desenvolvimento da dissertação. Agradeço também a professora Divina Aparecida Leonel Lunas e Mario Cesar Gomes de Castro por aceitarem participar como arguidores no exame de defesa e comporem a banca.

Agradeço aos participantes e colaboradores envolvidos na pesquisa (feirantes, produtores familiares, comunidade e outros) pela oportunidade de realização e desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a CAPES, pelo financiamento concedido para a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Esta dissertação investiga a importância da agricultura urbana na sociedade no período de 2010 a 2021, por meio da produção de alimentos, abrangendo o cultivo das hortas (hortaliças e outros) em espaços urbanos e buscou compreender seus circuitos espaciais de produção na cidade de Anápolis (GO). Diante deste cenário, foi definido como problema de pesquisa: Qual é a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO)? A pesquisa averiguou de modo amplo e dinâmico a relevância da agricultura urbana e a sua contribuição para sociedade e para o interesse local. Assim, objetivou-se compreender a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO) entre 2010 a 2021. Os procedimentos metodológicos levados a efeito no âmbito da abordagem foram pautados: na pesquisa bibliográfica, na coleta de dados secundários, na pesquisa de campo com a aplicação de questionários. Assim, foi verificada a existência de ações de apoio e incentivo a esses espaços de produção. A pesquisa está organizada em três partes básicas: a primeira envolve a discussão sobre a produção da agricultura familiar no espaço urbano brasileiro, desde o momento em que os produtores familiares abrangeram uma considerável relevância no contexto produtivo agropecuário do Brasil, devido principalmente à posição que essa modalidade agrícola ocupa no segmento de produção de alimentos e as relevâncias existentes da agricultura familiar no espaço urbano local, a partir da espacialização da produção familiar interligando os circuitos de rede. A segunda destaca o conceito de agricultura urbana e os acontecimentos da produção das hortas em determinados espaços urbanos da cidade e o contexto da formação da agricultura urbana e suas possíveis transformações na contemporaneidade. A terceira analisa os circuitos espaciais de produção/comercialização das hortas urbanas na Região Leste da cidade, focando na participação do agricultor familiar urbano. Conclui-se que a agricultura urbana pode ser vista, portanto, como parte da ação de transformação do espaço urbano.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana. Hortas Urbanas. Circuitos Espaciais de Produção.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the importance of urban agriculture in society from 2010 to 2021, through food production, including the cultivation of vegetable gardens (vegetables and others) in urban spaces and sought to understand its spatial production circuits in the city of Anápolis (GO). Given this scenario, the following research problem was defined: What are the dynamics of the spatial circuits of vegetable garden production in the city of Anápolis (GO)? The research investigated in a broad and dynamic way the relevance of urban agriculture and its contribution to society and directed to the local interest. Thus, the objective was to understand the dynamics of the spatial circuits of vegetable garden production in the city of Anápolis (GO) between 2010 and 2021. The methodological procedures carried out within the framework of the approach were based on: bibliographical research, secondary data collection, in field research with the application of questionnaires. Thus, the existence of actions to support and encourage these production spaces was verified. The research is organized in three basic parts: the first involves the discussion on the production of family farming in the Brazilian urban space, from the moment that family producers reached a considerable relevance in the agricultural productive context of Brazil, mainly due to the position that this agricultural modality occupies in the food production segment and the existing relevance of family farming in the local urban space, from the spatialization of family production interconnecting the network circuits. The second highlights the concept of urban agriculture and the events of vegetable garden production in certain urban areas of the city and the context of the formation of urban agriculture and its possible transformations in contemporary times. The third analyzes the spatial circuits of production/commercialization of urban gardens in the East Region of the city, focusing on the participation of urban family farmers. It is concluded that urban agriculture can be seen, therefore, as part of the transformation of urban space.

**Keywords:** Urban Agriculture. Urban Gardens. Production Spatial Circuits.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Mapa de localização do município de Anápolis (GO)2023	27
Ilustração 02	Organograma das etapas do circuito espacial de produção e comercialização da agricultura familiar na cidade de Anápolis, 2023	33
Ilustração 03	Ilustração da feira livre no bairro JK Nova Capital na cidade de Anápolis, 2022	61
Ilustração 04	Ilustração da banca da feira livre no bairro JK Nova Capital na cidade de Anápolis, 2022	62
Ilustração 05	Mapa de localização das feiras livres regulares em atividade na cidade de Anápolis, 2023	63
Ilustração 06	Ilustração do cultivo/horta de autoconsumo localizada no bairro Parque Calixtópolis na cidade de Anápolis, 2021-2022	69
Ilustração 07	Ilustração da venda/comercialização da horta de autoconsumo localizada no bairro Parque Calixtópolis na cidade de Anápolis, 2021-2022	70
Ilustração 08	Ilustração de cultivo/horta de subsistência localizada no bairro Campo Elísios na cidade de Anápolis, 2022	71
Ilustração 09	Ilustração de horta escolar comunitária localizada no CMEI Professora Leonor Marques Bastos Silva no bairro Jardim Itália na cidade de Anápolis (GO) – 2022	73
Ilustração 10	Mapa de distribuição espacial das hortas em distintos bairros na cidade de Anápolis, 2022	74
Ilustração 11	Ilustração da produção/cultivo de horta convencional na cidade de Anápolis, 2022	77
Ilustração 12	Ilustração da produção/cultivo de horta hidropônica na cidade de Anápolis, 2022	78
Ilustração 13	Ilustração da produção/cultivo de horta orgânica na cidade de Anápolis, 2022	79
Ilustração 14	Mapa dos bairros pesquisados na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	84

Ilustração 15	Mapa de caracterização do destino das hortas urbanas na Região Leste e proximidades na cidade de Anápolis, 2023	86
Ilustração 16	Gráfico quantitativo da mão de obra usada no manejo das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	95
Ilustração 17	Gráfico dos participantes que recebem algum tipo de Apoio financeiro para o cultivo das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	96
Ilustração 18	Gráfico da faixa etária dos participantes produtores de hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	99
Ilustração 19	Gráfico do nível escolar dos participantes produtores de hortas urbanas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Períodos e acontecimentos históricos sobre a formação da cidade de Anápolis de 1870 á1907	28
Quadro 02	Crescimento da população local, regional e nacional da cidade de Anápolis de 1970 á 2021	29
Quadro 03	População total em áreas rurais e urbanas da cidade de Anápolis (GO), Brasil e Goiás entre períodos de 2000, 2010 e 2021	30
Quadro 04	Dimensões da agricultura urbana no município de Anápolis (GO), 2022 com divisão e adaptação de Curan e Marques, 2011	37
Quadro 05	Diferenças entre os modelos de agricultura comercial e familiar	43
Quadro 06	Conceitual da agricultura urbana segundo Ferreira e Nobrega (2019), Savian, Boff e Boff (2021) e Machado (2022)	53
Quadro 07	Lista das feiras livres em atividade na cidade de Anápolis, 2022	64
Quadro 08	Bairros pesquisados para verificação da existência das hortas urbanas na cidade de Anápolis, 2021- 2022	75
Quadro 09	Produtos encontrados nas hortas urbanas da Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	92
Quadro 10	Tipos de transporte usado na produção da Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	93

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Participação das microrregiões goianas na oferta de produtos hortifrútiis-Goiás-2018	59
Tabela 02	Caracterização do espaço cultivado das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	85
Tabela 03	Destino da produção/cultivo das hortas urbanas pesquisadas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	87
Tabela 04	Local de comercialização da produção/cultivo das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis,2023	88
Tabela 05	Caracterização da propriedade/local de produção das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	89
Tabela 06	Ferramentas agrícolas encontradas na manutenção das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	90
Tabela 07	Técnicas de irrigação encontradas na manutenção das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	91
Tabela 08	Produtos das hortas urbanas com demanda comercial na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	91
Tabela 09	Caracterização da Mão de obra encontrada nos cultivos das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	94
Tabela 10	Renda mensal familiar de todos os participantes	98
Tabela 11	Período de posse da propriedade e a prática da AU na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023	101

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

<b>AF</b>	Agricultura Familiar
<b>AU</b>	Agricultura Urbana
<b>CEAGESP</b>	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
<b>CEASA-GO</b>	Central de Abastecimento do Estado de Goiás
<b>CEASA-RJ</b>	Centro de Distribuição do Rio de Janeiro
<b>CEASA-MG</b>	Central de Abastecimento de Minas Gerais
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CMEI</b>	Centro municipal de Educação Infantil
<b>FAO</b>	Food and Agriculture Organization of the United Nations
<b>GO</b>	Goiás
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IDAGO</b>	Instituto de Desenvolvimento Agrário
<b>IFG</b>	Instituto Federal de Goiás
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
<b>RUAF</b>	Fundação Internacional da Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis
<b>REDE</b>	Rede de Intercâmbio Tecnologias Educativas
<b>SAF</b>	Secretaria da Agricultura Familiar
<b>SEMICETR</b>	Secretária Municipal de Indústria Comercial, Trabalho, Emprego e Renda



## SUMÁRIO

**RESUMO**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**LISTA DE QUADROS**

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIações**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1 AGRICULTURA FAMILIAR URBANA</b>	<b>18</b>
1.1.A produção/cultivo da agricultura familiar no espaço urbano brasileiro	18
1.1.1 Espaço de circulação e produção da agricultura familiar na cidade de Anápolis	26
1.2 Relevância da agricultura familiar no espaço urbano local	35
1.3 Agricultura familiar e as práticas de cultivo local	40
<b>2 AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO): AS HORTAS URBANAS</b>	<b>46</b>
2.1 Contextos da formação da agricultura urbana: global e local	46
2.2 Agricultura urbana: contribuição para o desenvolvimento sustentável urbano	51
2.3 Produção e comercialização das hortas urbanas no município de Anápolis (GO)	58
2.3.1 A questão socioespacial das hortas urbanas na cidade de Anápolis (GO)	66
<b>3 CARACTERIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS DE PRODUÇÃO DAS HORTAS URBANAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO)</b>	<b>81</b>
3.1 Método de pesquisa	81
3.2 Análise dos dados obtidos pela pesquisa	83
3.2.1 Análise do perfil dos participantes	97
3.3 Localização e descrição da área urbana pesquisada	101
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>108</b>

**APÊNDICES**  
**ANEXOS**

**114**  
**120**

## INTRODUÇÃO

A agricultura urbana é considerada uma prática emergente importante para sociedade no enfrentamento das questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, ela insere pessoas e estabelecem sua participação no espaço urbano, a partir das trocas de experiências que colabora na discussão e na construção desses espaços na cidade. Deste modo, a AU, cogita, propõe debates, que promove ações de desenvolvimento na área urbana (social/ econômico/ político/ cultural/ ambiental) e garante a circulação da produção e promove o abastecimento da cidade seja por meio de uma agricultura urbana de subsistência ou para a comercialização; mas sempre com garantia de alimentos para sociedade. A partir deste contexto, apresenta-se uma breve explanação sobre a agricultura familiar e as relevâncias agregadas nessa atividade de produção/cultivo no espaço urbano, na qual averigua-se a dinâmica que envolve o circuito de distribuição de alimentos na cidade. Assim, por meio de embasamentos a partir de recortes teóricos e estudo de campo, procura-se responder o seguinte questionamento: Qual é a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), entre os períodos de 2010 a 2021?

A partir desta questão norteadora propomos a seguinte hipótese: a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis acontece no momento em que o produtor utiliza das práticas agrícolas em áreas urbanas para sua subsistência (consumo próprio) ou para a sua comercialização (abastecimento de alimentos nos mercados e feiras da cidade) com perspectiva de aquisição de renda familiar.

Neste sentido a pesquisa objetivou-se aprofundar o tema e melhor compreender a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2021); além de analisar dados referentes a caracterização dos circuitos espaciais das hortaliças em Anápolis.

A pesquisa se insere na análise qualitativa que busca entender e descrever a complexidade e as nuances dos fenômenos sociais e culturais, enfoca a interpretação e o significado dos dados coletados. Logo a pesquisa qualitativa é um método de pesquisa que busca compreender a complexidade do comportamento humano, analisa as características e particularidades de determinado fenômeno em seu contexto natural.

De acordo com Creswell e Plano Clark *et. al.* (s.d.) a pesquisa é uma abordagem de investigação que se preocupa com o significado de que as pessoas dão as suas experiências. Essa técnica resulta em melhores possibilidades de análise tendo como resultado oferecer e produzir conhecimentos necessários tendo em consideração um campo ou elemento.

Nesse sentido, esse processo de coleta de informações para a realização da pesquisa, faz o uso do estudo de campo e da pesquisa bibliografia trabalhado na configuração das hortas urbanas na cidade de Anápolis.

Gil (1999) destaca que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado. Assim, utilizar-se-á como base e apoio contribuições de diversos autores tais como Santos (2006); Santos e Silveira (2011); Terrille (2006); Corrêa (1997); Diniz (1984); Gostein (2001) e outros que contribuíram com a temática dos circuitos espaciais de produção. Em seguida autores como: Diniz (1984); Batista (2015); Smit, Nars e Ratta (2001); Abreu (2012) e outros com a temática da agricultura urbana. Já Abramovay (1992); Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006); Silva (2018); Lunas e Júnior (2018) e outros; com a temática da agricultura familiar; acompanhados por autores que contribuíram com a temática das hortas urbanas como: Machine (2018); Abreu (2012); Branco e Alcântara (2011); Costa (2015); Smit, Nars e Ratta (2001) entre outros. Assim, constituindo a temática em demanda, por meio de levantamento teórico e consulta em artigos, livros, revistas, monografias, dissertações e teses, entre outros.

As fontes secundárias também são utilizadas para fornecer informações de fundo sobre o tópico de estudo para contextualizar as questões relativas à produção, à localização e à ocupação das hortas no espaço urbano. A coleta inclui levantamento de informações como relatórios oficiais e estatísticos realizados por meio de pesquisa no banco de dados de instituições e órgãos tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Censo Demográfico, Prefeitura Municipal de Anápolis, Central de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO), Mercado do Produtor de Anápolis (CEASA-Anápolis-Goiás), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD), entre outros que ajudaram na coleta de informações importantes.

Esta dissertação estruturou-se em três capítulos. O primeiro capítulo caracterizou o contexto (teórica/conceitual) da agricultura familiar num processo e debate da questão agrária/agrícola, e da sua participação para a sociedade, no abrigo da produção/cultivo no espaço urbano, e evidenciado o contexto histórico

com diferentes origens, formas e significados na pluralidade que permeia o território brasileiro e principalmente a posição que essa modalidade agrícola ocupa no segmento de produção de alimentos. Inclusive Altafin (2007) aponta que os indígenas foram os primeiros fornecedores de alimentos para os colonizadores portugueses, no período inicial da colonização.

Sendo apresentadas também as relevâncias existentes da agricultura familiar no espaço urbano local (estado e município) e, a partir dessas relevâncias encontram-se, outras vertentes associadas a espacialização da produção familiar em determinados enfoques produtivos que interliga um circuito de rede, ou de outros agricultores familiares, que aborda a questão da multifuncionalidade da agricultura em diversas funções. Logo, a agricultura familiar local contribui e desenvolve continuamente para que haja uma redução da fome e o desenvolvimento da região, na dimensão do espaço urbano/rural.

A partir destas abordagens evidencio que a agricultura familiar desenvolve suas práticas de cultivos local e regional com bases na relação/vínculo que tem com o espaço urbano/rural, em virtude do ciclo de produtividade familiar. Isto, constituindo que determinadas práticas de cultivos promovem uma interligação entre o ambiente rural/ urbano, entre o campo e cidade, que se baseia no consumo alimentar e no comércio local. Segundo Bianchini (2007) a agricultura familiar procura diferentes meios produtivos, ou seja, a diversificação da produção/cultivo para garantir um menor risco na perda, maiores ganhos na produtividade e garantir uma sustentabilidade ambiental dos cultivos.

No segundo capítulo, sobressai o conceito de agricultura urbana e os acontecimentos da produção/cultivos das hortas em determinados bairros da cidade de Anápolis. Além disso, é verificada a sua relevância/evidenciada no contexto da formação da agricultura urbana nos aspectos global e local, e das suas possíveis transformações na contemporaneidade.

Destaco também a importância da agricultura urbana para sociedade, especialmente por ser uma ação que visa garantir o acesso da população a alimentos e permite um desenvolvimento sustentável do meio ambiente e da cidade. Deste modo, são diversas as contribuições da agricultura urbana, além de fornecer alimentos saudáveis, a promoção da segurança alimentar, contribui para o escoamento local de determinados cultivos, proporciona espaços verdes na cidade, baixos preços e

promovem políticas de incentivos tanto para o desenvolvimento local como para o desenvolvimento sustentável (ambiental/econômico).

Assim, verificou-se que a agricultura urbana contribui para o desenvolvimento urbano a partir da sua produção/cultivo, considera que a produção e comercialização das hortas urbanas no município de Anápolis, possuem diversos sistemas produtivos para uso comercial ou subsistência.

A questão socioespacial das hortas na cidade acontece em determinados bairros, estando alguns com maior concentração de produção/cultivo e outros com menor e a designação permanece como comunitária, subsistência ou comercial. Sua distribuição e comercialização ocorre em locais como as feiras-livres, em pequenos espaços na rua ou em avenidas dos bairros, supermercados entre outros.

No terceiro capítulo apresento os dados obtidos/coletados na pesquisa de campo, por meio de aplicação de questionário e análise dos circuitos espaciais de produção/comercialização, com o foco na participação do agricultor familiar urbano. Enfatizo e apresento no primeiro momento o método de pesquisa aplicado, em seguida demonstro a análise do perfil dos participantes e sua importância na produção e contribuição das hortas para a cidade, também pontuei a localização desses espaços de cultivos e a descrição da área urbana pesquisada.

Com isso, ao final da pesquisa busco abrir novas perspectivas e caminho para o entendimento e o conhecimento científico da agricultura urbana local, apoiados por meio de resultados obtidos, e fundamentados em aportes teóricos e metodológicos para a conclusão deste trabalho.

## 1 AGRICULTURA FAMILIAR URBANA

Este capítulo tem como finalidade expor a temática sobre a agricultura familiar (AF) e suas formas de representação no espaço por meio da apreensão da dinâmica que envolve a produção/cultivo em determinadas áreas urbanas, seja ela espacial ou territorial. Igualmente, englobando questões que orientam a produção da agricultura familiar no espaço urbano brasileiro, as relações e práticas existentes do trabalho da agricultura familiar, direcionados a cidade.

A partir de contextos históricos voltados para o trabalho da agricultura familiar, com questões que norteia a origem, significados/singularidade e formas que permeia seu processo de desenvolvimento no território brasileiro, bem como a sua importância para sociedade por meio de diversos contextos inseridos na relação campo/cidade, produção/comercialização, ambiental/político e econômico/social, ambos celebrados pela dinâmica construída nestes espaços.

Destarte, a agricultura familiar urbana é considerada aquela cuja mão de obra, ou seja, seu trabalho (produção/cultivo) se insere em determinadas áreas urbanas em que a própria conecta suas práticas nos sistemas econômicos, ecológicos e sociais na cidade.

### 1.1 A produção/cultivo da agricultura familiar no espaço urbano brasileiro

A agricultura familiar na contemporaneidade está marcada pelo desenvolvimento de programas e de políticas públicas que culminaram em ações de apoio ao pequeno agricultor familiar. Para análise da agricultura familiar no espaço local ou regional, abordam se algumas questões que ocorreram no espaço agrário brasileiro, a partir de meados do século XX, em que se incidiu o processo de modernização das técnicas agrícolas, ou seja, da agricultura, a partir da inserção da lógica capitalista na produção agrária brasileira.

Deste modo, a modernização agrícola ou a formação agrária no Brasil está pautado na consolidação da agricultura familiar e nas formas de trabalho. Segundo Silva (1991) o espaço agrícola resulta da influência dos variados meios de exploração agrícola, por uma determinada classe social concretizada em um determinado processo de formação, seguida pelo desenvolvimento industrial, político e geridos pela apropriação e dominação do espaço.

As práticas agrícolas, desde que o ser humano passou de um modo de vida nômade para um modo de vida sedentário, são essenciais à sobrevivência da sociedade, dando a possibilidade deste se fixar em um lugar. Entretanto, ao passo em que a sociedade foi se modernizando, as práticas agrícolas ficaram cada vez mais distantes do cotidiano social, exceto por aqueles que trabalham e vivem da renda obtida pela terra.

Porém, enquanto atividade comercial, ou seja, uma indústria agrária, só irá surgir ao longo das práticas coloniais, que tendem a uma exclusão do acesso de trabalhadores a terra devido a uma forte concentração fundiária que se acentua ao longo dos anos. Assim, quando o Brasil se industrializou no século XX, levando à mecanização das técnicas agrícolas, os espaços agrários ficaram cada vez menores nas práticas de agricultura familiar.

Nesse contexto, a questão agrária no país reflete uma história de violência e conflito pela terra, especialmente após a segunda metade do século XX. De um lado desse conflito, diversos grupos de camponeses passam a articular movimentos no campo, em busca de uma distribuição de terra capaz de contemplar a todos de forma igual, a partir de uma desconcentração fundiária. E do outro lado os grandes fazendeiros que, aliado à força estatal, formaram os grandes latifúndios que concentram grande parte da produção agrícola, bem como dos investimentos políticos, colocando à agricultura familiar um caráter secundário.

A partir da análise do conceito de agricultura familiar compreendemos a sua importância e seu papel na rede de produção e consumo, bem como a sua relação entre o campo-cidade. Neste contexto de produção agrária/agrícola, foram construídos certos conceitos e preconceitos em determinados períodos em relação à agricultura familiar/camponesa. Para debater o sentido histórico dessa realidade no Brasil, evidenciamos que a questão agrária está articulada-pautada na questão camponesa, na questão indígena e pelas populações tradicionais. E estes suscitados na manutenção da garantia de direitos a propriedade privada, ao acesso e no uso a terra, amparados por direitos legais regidos (administrativos estaduais e outros) correlacionados no debate da questão agrária e do camponês no Brasil.

A agricultura familiar possui uma considerável relevância no contexto produtivo agropecuário do Brasil, devido principalmente a posição que essa modalidade agrícola ocupa no segmento de produção de alimentos, assim como representa uma



considerável parcela dos estabelecimentos rurais no país. De acordo com o Boletim Agrícola da -Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (2021, p.8):

Dados do IBGE (2017) indicam que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil, ou seja, 3,9 milhões de propriedades são classificadas como da agricultura familiar e correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos rurais do país. Transformando as informações do Censo 2017 em valor da produção da agricultura familiar, significa que R\$ 107 bilhões provêm desse sistema de produção, o que equivale a 23% de toda produção agropecuária brasileira.

Assim como o latifúndio, a agricultura familiar possui um contexto histórico com diferentes origens, formas e significados na pluralidade que permeia o território brasileiro. Sendo assim, torna-se indispensável fazer uma análise da questão agrária e os contextos envolvendo a agricultura familiar.

As práticas agrícolas existem no Brasil desde antes da chegada dos portugueses, com os nativos indígenas, em que alguns grupos já caminhavam para uma revolução agrícola, de forma a suprir a carência alimentar recorrente entre os grupos pré-agrícolas (RIBEIRO, 2006). Inclusive, Altafin (2007) aponta que os indígenas foram os primeiros fornecedores de alimentos para os colonizadores portugueses, no período inicial da colonização.

O período colonial, e a inserção de práticas de monocultura e em grandes propriedades com vieses de exportação marcaram profundamente a agricultura brasileira atual, que reflete as características do colonialismo com uma estrutura produtiva marcada por uma dominação política, econômica e social. Altafin (2007) destaca que o campesinato brasileiro frequentemente ocupou espaços deixados pela agricultura industrial, evidenciando uma grande desigualdade principalmente no que tange à distribuição de terras.

O colonialismo impôs uma organização das atividades agrícolas estruturadas a partir do sistema de *plantation*, que se baseia em grandes fazendas, para cultivar produtos destinados à exportação, mantidas por meio de trabalho escravo. Essa estrutura marca a fase do Capitalismo Comercial, que mantinha o foco produtivo no setor primário, responsável pela dominação política e econômica do sistema colonial.

Assim, uma das mais fortes características da agricultura familiar brasileira é o caráter secundário e subalterno ao qual está foi colocada pelas políticas econômicas nacionais, que sempre priorizaram a produção em larga escala dos latifundiários com a finalidade de exportação (ALTAFIN, 2007). É notável que a economia capitalista foi

um fator determinante para essa estruturação agrária no Brasil, bem como todas as dificuldades e violência sofridas pelo camponês.

A estrutura fundiária baseada no sistema de *plantation*, mesmo com o fim do colonialismo, ainda se mantém, sendo que ainda há um grande predomínio de áreas agrícolas concentradas nos grandes latifúndios. Além dos problemas sociais provocados ao campesinato, essa estrutura colaborou para a retirada de indígenas de suas terras, e para uma intensa degradação ambiental.

No lado oposto a essa estrutura, sobrevivendo nos espaços deixados vagos pela exploração industrial da terra, tem-se a produção familiar. Ao contrário da produção capitalista, que se baseia na maximização do lucro, com o aumento da produtividade e redução dos gastos, a agricultura familiar se orienta basicamente para suprir as necessidades básicas de sua sobrevivência. Conforme Martins (1996) as lutas camponesas são marcadas por vários acontecimentos, e um fator que tange essa luta está no desencontro entre a agricultura itinerante e o desenvolvimento capitalista.

Um estudo realizado por uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diferencia a agricultura familiar da industrial, principalmente pelo uso de mão de obra assalariada. De acordo com esse estudo, a agricultura familiar, para ser considerada como tal, deve atender duas condições.

Em primeiro lugar, a direção dos trabalhos da produção deve ser exercida pelo produtor. E em segundo, o trabalho familiar deve ser superior ao trabalho contratado. Assim, a agricultura familiar é uma forma de produção baseada na relação entre gestão e trabalho, na qual o próprio agricultor dirige o processo produtivo, e participa do trabalho familiar. Ao analisar o estudo FAO/INCRA (1996), Schmitz e Mota (2007, p. 23) explicam que na tentativa de diferenciar os conjuntos patronais e familiares, são considerados estabelecimentos familiares os que atenderem aos seguintes requisitos:

- a) a direção do trabalho é exercido pelo produtor; b) não existem despesas com serviços de empreitada; c) número de empregados permanentes e temporários menor ou igual a quatro temporários (sem permanente) ou três temporários (no caso de no máximo um permanente), calculado a média anual; d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões.

Entretanto, os autores do estudo FAO/INCRA (1996), após anos de debates e discussões, propõem uma revisão dessa definição, caracterizando a agricultura familiar como um modelo produtivo em que a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor, sendo o trabalho familiar superior ao trabalho contratado.

Nesse sentido, o caráter familiar da produção não pode ser reduzido ao emprego de trabalho familiar. Para Abramovay (1997), para se manter o caráter familiar da produção, ao menos um membro da família deve mesclar as atividades de administrador com a de trabalhador. Assim, esse tipo de produção se baseia em três atributos básicos, a de gestão da produção, a propriedade e o trabalho familiar.

Um importante marco para a relação entre agricultura familiar e os grandes latifúndios foi a gradual modernização agrícola do país. Como aponta Diniz (2006), essa modernização, assim como em outros países, se deu a partir de um modelo conhecido como “Revolução Verde”, sob forte influência ideológica e política dos Estados Unidos.

Por outro lado, ela correspondia ao interesse das multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas, as quais determinaram os novos padrões tecnológicos e subordinaram os produtores à sua lógica. Era um modelo que não tinha por objetivo atacar um grave problema dos países atrasados: a concentração fundiária e as relações de produção (DINIZ, 2006, p. 85).

Esse modelo consistiu basicamente em incorporar um pacote tecnológico nas práticas agrícolas, capaz de alavancar a produtividade e maximizar os lucros sem modificar a estrutura agrária. Essa estratégia contribuiu intensamente para solidificar a estrutura latifundiária da agricultura nacional, ao passo em que agravou as condições de vida e trabalho da população camponesa, e da agricultura familiar no geral.

De acordo com Guilherme Delgado (2005), a estrutura construída pelos interesses latifundiários, leva a uma queda nos preços agrícolas, ficando a agricultura familiar praticamente impossível de participar e concorrer no mercado, levando a um abandono das atividades agrícolas, desmobilização dos estabelecimentos, venda ou aluguel da terra, ou mesmo sua conversão às atividades de subsistência.

Visto de outro lado, da perspectiva do campesinato ou da agricultura familiar não integrada nas cadeias do agronegócio, que operam fora de uma estratégia tipicamente capitalista, ambos os movimentos, tanto o fluxo como o refluxo da renda da terra, aprofundam a distância econômica e social entre

esse setor e o agronegócio. De fato, estes movimentos recriam uma virtual economia de subsistência no espaço agrário (DELGADO, 2005, p. 15).

Nesse sentido, grande parte da produtividade da agricultura familiar, quando não é destinada à subsistência, volta-se para o abastecimento alimentar do mercado interno, mais precisamente do mercado local, como o comércio de verduras orgânicas em feiras. É uma constante luta contra a produção industrial, desde a obtenção de espaços para o plantio até a conquista do mercado consumidor, que marca uma condição ainda precária, apesar de recentes investimentos nesse tipo de produção familiar (DELGADO, 2005).

De acordo com o Conab (2021), após a aprovação da Lei nº 11.326 (24 de julho de 2006), foi realizado o Censo Agropecuário de 2006, que demonstrou a importância da participação deste segmento para a produção de alimentos básicos da população brasileira. Segundo o Boletim publicado pela Companhia em 2021, no ano de 2017 o Censo Agro apontou que 77% dos estabelecimentos agropecuários como Agricultura Familiar, empregando mais de 10 milhões de pessoas, o que representa, de acordo com dados do IBGE (2017), 67% das pessoas ocupadas no meio rural.

Em virtude do caráter local e regional do ciclo de produtividade da agricultura familiar, este tipo de produção promove uma interligação entre ambiente rural e ambiente urbano, entre campo e cidade, que se baseia no consumo alimentar e comércio local em áreas urbanas de produtos cultivados nas pequenas e médias propriedades agrícolas e pecuárias, normalmente próximas a essas cidades, devido aos baixos investimentos em toda a produtividade, bem como na infraestrutura dessa produção, que é mais rudimentar em relação à logística empregada nos latifúndios.

Essa relação muitas vezes não é percebida pelos moradores dos centros urbanos, devido às facilidades logísticas em encontrar alimento em supermercados, mercearias, quiosques, lanchonetes, restaurantes, entre inúmeros outros exemplos. Essa distanciação da natureza promove também uma distanciação de seus próprios elementos, intensificada pelo imaginário do senso comum urbano, que coloca o campo num lugar rudimentar de atraso e precariedade.

É interessante pensar a relação campo-cidade como uma relação entre espaços distintos nos mais diversos âmbitos, mas que mantém uma interdependência, que se contrasta à essas diferenças. Uma diferenciação clássica desses espaços, elaborada por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), se baseia essencialmente na diferença ocupacional, enquanto principal critério para estabelecer essa divisão.

Assim, mediante esse critério a sociedade camponesa se distingue das demais, sobretudo a urbana, a partir da coleta e cultivo de plantas e animais.

Segundo Abramovay (1992), ainda que a agricultura seja um fator relacionado à ocupação espacial, e forneça oportunidade de geração de renda em áreas rurais, estas não podem ser definidas meramente por seu caráter agrícola. Isto é, com as transformações deste espaço em face à crescente modernização e expansão da indústria capitalista, que reconfigura o campo e as relações sociais, as propriedades rurais cada vez mais engajam-se em múltiplas atividades econômicas, mesmo em regiões menos desenvolvidas.

Existem propriedades agrícolas em ambientes urbanos, portanto este critério por si só não é suficiente para estabelecer a diferenciação entre campo e cidade, de acordo com Abramovay (1992). Talvez o seria antes da modernização do campo e das práticas agrícolas. Entretanto, no atual contexto de desenvolvimento urbano e rural, se torna um indicador pouco abrangente diante da complexidade existente na relação entre campo e cidade.

Batista (2015) destaca a diferenciação etimológica entre campo e cidade, lembra-se o caráter hierárquico que essa distinção promove. De acordo com Bagli (2006), a partir da questão etimológica, existem estreitas relações entre as palavras cidadão, civilidade e cidade. Ao passo em que civilidade e civilização são conceitos que representam elementos como polidez, educação, cortesia, estabelecendo hierarquias e legitimando a superioridade dos cidadãos, moradores das cidades, sobre os demais, rústicos, rudes, o campesinato (BATISTA, 2015).

Essa definição constrói um caráter de linearidade, no sentido de um progresso ou evolução social, em que o campo está inserido em uma perspectiva de atraso, e a cidade uma representação da modernidade. Essa definição constrói uma visão estereotipada e preconceituosa acerca do ambiente rural, além de inserir o modo de vida camponês em um lugar do passado.

Também representa uma realidade na qual o processo de evolução do capitalismo pela economia rural, mitigou os espaços para um desenvolvimento autônomo, degradou largas áreas do solo com a monocultura, em que toda essa modernização estimulou, ou melhor, forçou o êxodo rural. Portanto, sair do campo e ir para a cidade não representa uma transformação no sentido de evolução social, mas sim representa o impulso da modernização que força uma brusca mudança no modo de vida da população. A falta de um planejamento urbano para receber grandes

contingentes populacionais vindos do campo, passou a ser associada ao caos e gerou problemas sociais nas cidades, fortalecendo uma visão dicotômica, contrapondo a viciosidade da cidade à virtuosidade do campo (BAGLI, 2006).

O campo que antes se vinculava apenas aos aspectos negativos passou a ser relacionado aos aspectos positivos. Houve, portanto, uma valorização do campo. Contudo, o mundo rural é idealizado de forma homogênea, mais em razão dos problemas da cidade do que das potencialidades do campo (BATISTA, 2015, p. 104).

De modo geral, as relações entre campo e cidade representam a relação de sobrevivência de pequenos produtores agrícolas em uma estrutura mantida pela lógica produtiva capitalista. Ao pensar o capitalismo como um modo de produção não de mercadorias, mas sim de produção de mais-valia (MARTINS, 1983), é possível compreender que a agricultura familiar, mesmo sendo uma relação não-capitalista de produção, está inserida no modo de produção capitalista em virtude das contradições do capital, no sentido de gerar cada vez mais mais-valia, gerada a partir da exploração do trabalho e na circulação das mercadorias (BATISTA, 2015).

Martins (1983), salienta que a produção realizada em pequenas propriedades a partir da mão de obra familiar, é essencial para a expansão do capitalismo no campo, pois são nessas propriedades em que são cultivados produtos não tão atrativos à lógica lucrativa do capital, que gera menos renda, como produtos básicos da alimentação humana, (mandioca, feijão, verduras e legumes no geral, entre outros). Assim, o capital age se apropriando diretamente de grandes propriedades em setores do campo, nos quais a renda da terra é alta, como os grandes produtos de exportação, principalmente a soja, o milho, a pecuária para corte e a cana-de-açúcar.

O capitalismo mantém uma estrutura contraditória em manter o camponês no campo, de acordo com Batista (2015), ao mesmo passo que a agricultura recebe estímulos para sua capitalização, se vê em um constante embate com a questão de produzir alimentos a custos reduzidos, papel desempenhado, sobretudo pela população camponesa. O autor destaca que, sendo um importante componente à manutenção do sistema capitalista, mesmo com a diminuição da população rural e crescimento da população urbana.

Ainda conforme Batista (2015), a existência de pessoas vivendo no campo não representa um resíduo da sociedade urbano-industrial condenado à extinção, mas

sim é um fator determinante para o funcionamento desta sociedade. Para o autor, se a tecnificação do campo possibilitasse uma produção mecanizada, restringindo a necessidade de mão de obra os espaços rurais em todos os tipos de cultivos, seria intensificada a migração campo-cidade, gerando novos e intensificando os graves problemas sociais.

Para Lefebvre (1989) a relação cidade-campo não pode ser compreendida somente pela dominação e apropriação, mas identificar o que cada uma representa para sociedade. Ele ressalta que:

A relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. [...] Atualmente, a relação campo-cidade se transforma, aspecto importante de uma mutação geral (LEFEBVRE, 1989, p. 74).

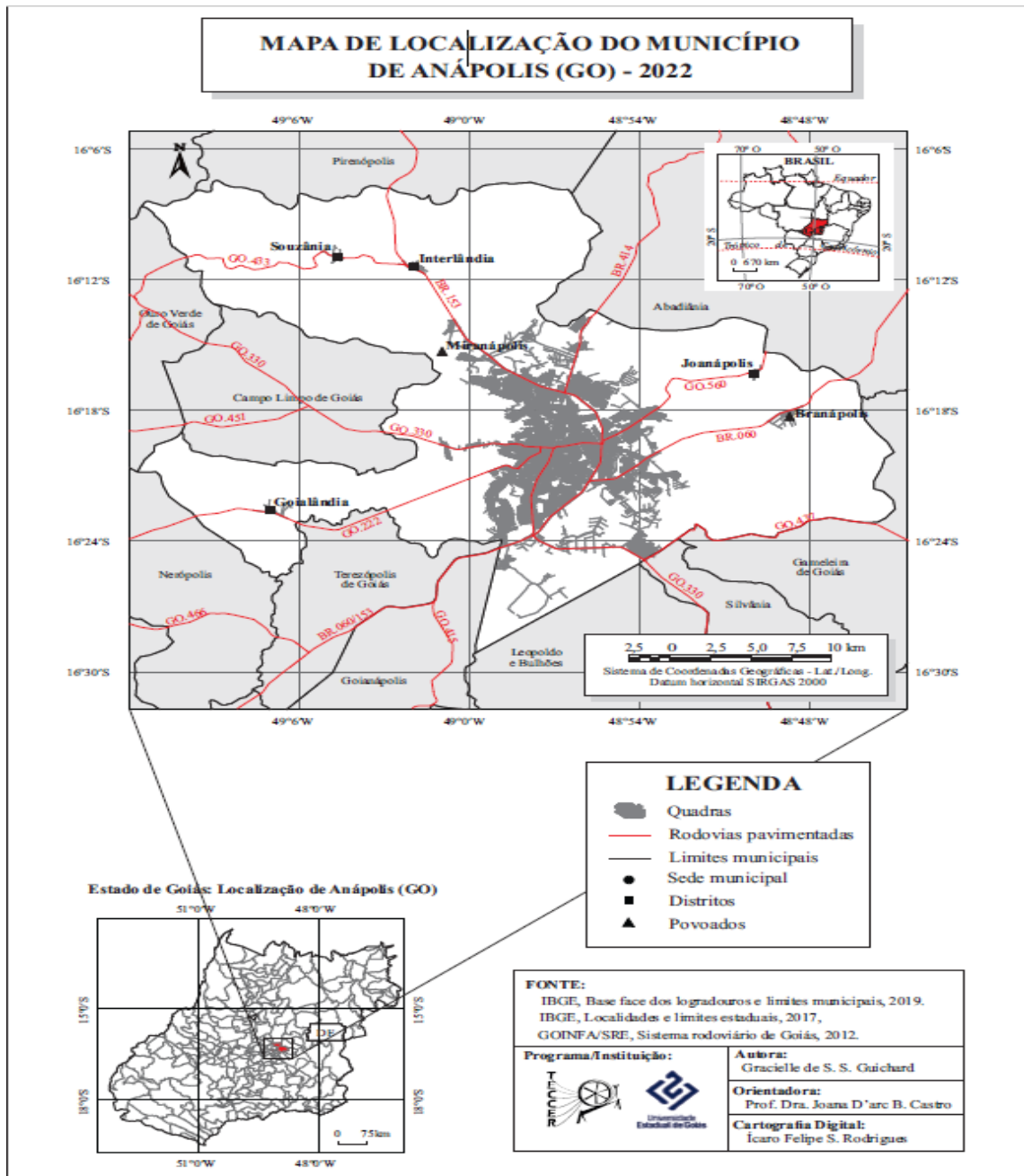
São as transformações ocorridas no cenário econômico nacional, envolvidos no contexto das reformas políticas, das lutas e da inovação tecnológica que compreendemos os paradigmas da agricultura familiar, em meio à questão agrária constituída por novas referências, a partir das novas transformações da realidade entre o campo- cidade.

Essas transformações ocorridas no espaço agrário resultaram numa diversificação cultural e tradicional de determinadas produções, configurando as especializações agrícolas sobre o domínio da comercialização num ritmo gradativo manifestado em espaços nacional, regional e local. A partir desses acontecimentos investigamos a importância das redes produtivas e da circulação da produção familiar no espaço local.

### *1.1.1 Espaços de circulação e produção da agricultura familiar na cidade de Anápolis*

A cidade de Anápolis está localizada no Planalto Central, parte meridional do Estado de Goiás, entre duas importantes capitais, sendo estas Brasília e Goiânia. Sua posição geográfica se destaca em uma logística estratégica interligando as rodovias BR 060, BR 153 e BR414, e possui uma Plataforma Logística Multimodal (rodovias, ferrovia, base área) de extrema importância na circulação da cadeia de produção, tanto na base regional e nacional (ver mapa 01).

**Ilustração 01:** Mapa de localização do município Anápolis (GO) - 2023



Fonte: Própria (2023). Adaptado de: IBGE (2012)

A cidade possui um marco histórico compreendido por vários acontecimentos ocorridos a partir da ocupação e povoamento do Estado de Goiás. E um fator que contribuiu para o desenvolvimento da região foi a expansão das fronteiras agrícolas que objetivou a urbanização de determinadas cidades principalmente a cidade Anápolis com a chegada dos tropeiros. Segundo Borges (2011), a motivação religiosa (fé e devoção) dos tropeiros viajantes, a partir de um acontecimento com um animal



(conduzia entre outros a imagem de Nossa Senhora Santa) de uma comitiva em que estava D. Ana das Dores Almeida, mãe de Gomes de Souza Ramos, viajando de Jaraguá para Bonfim, o animal desgarrou-se de sua comitiva durante sua passagem no sítio das Antas (hoje então cidade de Anápolis) fez com que ali estes viajantes permanecessem na cidade.

Segundo Borges (2011), a consolidação da cidade de Anápolis é marcada sobre duas versões históricas da padroeira em que:

Efetuada as buscas e localizada a alimária, deitada com a carga, não conseguiram os camaradas levantar a canastra que transportava a Santa. Interpretando a ocorrência como um desejo de Santana de ali permanecer, prometeu a dama ofertá-la a primeira igreja que erigisse no lugar. Em 1871, sob orientação de seu próprio filho, constitui-se a capela e nela foi entronizada a imagem da Santa. (BORGES, 2011, p.22).

Mas também outros fatores e acontecimentos procederam para a construção da capela em louvor a Nossa Senhora de Santana no povoado na década 1870. A partir destes fatos abrangemos os períodos que antecederam o desenvolvimento da cidade de Anápolis (ver quadro 01).

**Quadro 01:** Períodos e acontecimentos históricos sobre a formação da cidade de Anápolis de 1870 a 1907.

Período	Acontecimentos históricos
1870	Construção da capela em louvor a Nossa Senhora de Santana no povoado.
1873	O povoado foi elevada à categoria de freguesia de Santana das Antas.
1884	Houve uma mudança do nome e passa se chamar Santana dos Campos Rico.
1886	Com a Lei Provincial volta o nome original de Santana das Antas.
1892	Elevada oficialmente à categoria de Vila de Santana das Antas.
1907	Foi à categoria de cidade com o nome de Anápolis e permanecendo.

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Borges (2011).

A partir desse período (1907) na cidade de Anápolis, são (re) instalados vários instrumentos de apoio, como órgãos municipal, privado e federal, com iniciativas de urbanização da região. Um marco importante para a consolidação da cidade de Anápolis foi à construção de Goiânia em 1930, e em 1935 com o advento da estrada de ferro que revolucionou o comércio regional e local.

Conforme Borges (2011) o transporte ferroviário transformou o espaço agrícola, possibilitando a exportação e importação de produtos, além de bens em uma escala mais ampla. Mas, Anápolis, como ponto terminal passou a manifestar com maior evidência os efeitos dos processos econômicos e sociais da industrialização. Outro marco importante ocorrido em 1960 para o desenvolvimento da cidade de Anápolis foi a construção de Brasília que dinamizou o crescimento econômico do país, juntamente com as políticas públicas e os incentivos do governo federal. De acordo com Freitas (1995, p.52) “A construção de Brasília representou um marco para expansão econômica populacional de Anápolis”. A partir deste período (1960) a cidade teve um aumento populacional expressivo, em razão da sua localização acessível para os fluxos migratórios de pessoas vindas de todas as regiões do Brasil na procura de novas oportunidades de trabalho e moradia, motivando o crescimento populacional local e da região (ver quadro 02).

**Quadro 02:** Crescimento da População Local, Regional e Nacional da Cidade de Anápolis de 1970 a 2021.

ÁREA/LOCALIDADE	POPULAÇÃO TOTAL			
	1970	2000	2010	2021
Anápolis	105.121	288.085	334.613	396.526
Goiânia	380.773	1.093.007	1.302.001	1.555.626
Goiás	2.938.029	5.003.228	6.003.788	7.206.589
Centro-Oeste	5.072.530	11.636.728	14.050.340	16.504.303
Brasil	93.134.846	169.799.170	190.744.799	213.317.639

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: IBGE, Censos Demográficos (1970, 2000, 2010, 2021) evolução contagem populacional. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> > Acesso em Março de 2023.

Segundos os dados fornecidos pelo Censo Demográfico do IBGE (1970, 2000, 2010, 2021) a cidade de Anápolis teve um crescimento gradativo em comparação a média populacional local, regional e nacional. Também ressaltando que entre os períodos de 1970 a 2000, a população da cidade cresceu 174%; entre 2000 a 2010, cresceu 16,30%; entre 2010 a 2021, a estimativa é 18,35%.

Entretanto, o crescimento populacional da cidade de Anápolis e da região, teve como fator motivante a expansão das fronteiras (migração/povoamento) e a modernização agrícola do Estado que objetivou a ampliação dos espaços urbanos e o segmento da indústria local e regional. Já o segmento/inserção da cidade na economia mundial, consistiu por meio da valorização das terras e do desenvolvimento da agricultura comercial que dinamizou os espaços produtivos e o crescimento da população urbana na região (ver quadro 03).

**Quadro 03:** População total em áreas rurais e urbanas da cidade de Anápolis (GO), Brasil e Goiás entre os períodos de 2000, 2010 e 2021.

UF/Estado Município	Total População em áreas 2000		Total População em áreas 2010		Total População em áreas 2021	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	169.799.170	31.847.004	190.744.799	29.830.007	213.317.639	—
Goiás	5.003.228	6.109.050	6.003.788	583.074	7.206.589	—
Anápolis	288.085	7.928	329.170	5.862	396.526	—

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: IBGE. Censo Demográfico (2000, 2010 e 2021).

Segundo os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2021) as taxas populacionais da cidade de Anápolis (área urbana) obtiveram crescimento de 15,6% em relação ao número registrado no censo de 2010. Já a população em áreas rurais no período de (2021), ainda não consta separação exata da população urbana e rural da cidade no banco de dados do IBGE e SIDRA, e possui apenas a estimativa total/geral da população urbana. A cidade/município motiva inúmeras pesquisas voltadas ao segmento da dinâmica (re) produção do seu espaço e atualmente mantém-se em um processo constante de desenvolvimento local na esfera comercial e industrial.

Encontra partida destaca também a esfera das atividades agrícola desenvolvida em áreas rurais e em determinados espaços na área urbana da cidade, sendo realizada por pequenos produtores que abastecem a população local, cidades vizinhas e cidades de outros estados. Este abastecimento acontece por meio das redes interligadas aos circuitos produtivos e de comercialização. Segundo Corrêa (1994, p.58) “O processo de comercialização da produção rural é muito complexo. [...] A rede urbana, por onde circula a produção rural, constitui-se assim em uma cadeia de drenagem sobre o campo”.

Assim, é possível observar que existe uma relação de cooperação entre o campo e a cidade, e ambas necessitam um aporte para que seu desenvolvimento aconteça. A comercialização produtiva do agricultor no estado ocorre em vários espaços e em evidência ocorre na Central de Abastecimento do Estado de Goiás (CEASA), localizada na Rodovia BR-153 km 5,5 no Jardim Guanabara em Goiânia (GO).

Segundo dados da CEASA-GO (2021), a central tornou-se o quarto maior complexo de abastecimento do país, com diversas empresas, galpões e a famosa pedra (área coberta) que serve como ponto principal para o pequeno produtor para a venda de seus produtos. E permanecendo em primeiro lugar a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), localizada na cidade de São Paulo; em segundo lugar Central de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA-MG) na grande Belo Horizonte e em terceiro lugar a Centro de Distribuição do Rio de Janeiro (CEASA-RJ).

Uma série de fatores históricos tais como o crescimento da população nas cidades, e a necessidade de organização dos espaços e da distribuição da produção de hortigranjeiros, visando a melhoria na comercialização destes produtos nos grandes centros urbanos do país; objetivaram o surgimento de alguns programas de incentivo do Governo federal na década de 60 e 70, que promoverão o desenvolvimento das Centrais de Abastecimento – CEASAS. Em relevância a esses fatores a CEASA-GO, na atualidade destaca uma posição importante no abastecimento, distribuição e comercialização da produção no cenário regional e nacional, interligando o grande mercado, a agricultura e os pequenos produtores. “A Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa-GO) tem como principais metas incentivar a produção, programar mercados, orientar e disciplinar a distribuição de

hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios de forma a atender demandas do mercado e políticas sociais do governo” (CEASA-GO, 2021, p.7).

Já a comercialização da produção local na cidade, ocorre em maior parte no Mercado do Produtor-CEASA/Anápolis-GO, e está localizado na Av. Presidente José Sarney, nº 150 no Setor Sul no bairro Jamil Miguel, com acesso pela Av. Brasil Sul e Av. Pedro Ludovico. Nas suas mediações estão presentes empresas, boxes comerciais, estacionamento (carga e descarga) para comerciantes e produtores rurais, o galpão do milho, local para a venda o milho e a pedra (ponto) exclusiva do pequeno produtor rural para comercialização da produção. Nas suas instalações situa-se a sede administrativa, o Banco de Alimentos de Anápolis, responsável pela arrecadação e distribuição de alimentos destinados a entidades filantrópicas e pessoas carentes da comunidade local, o posto de fiscalização municipal e estadual, atua na verificação da procedência das mercadorias entradas no Mercado.

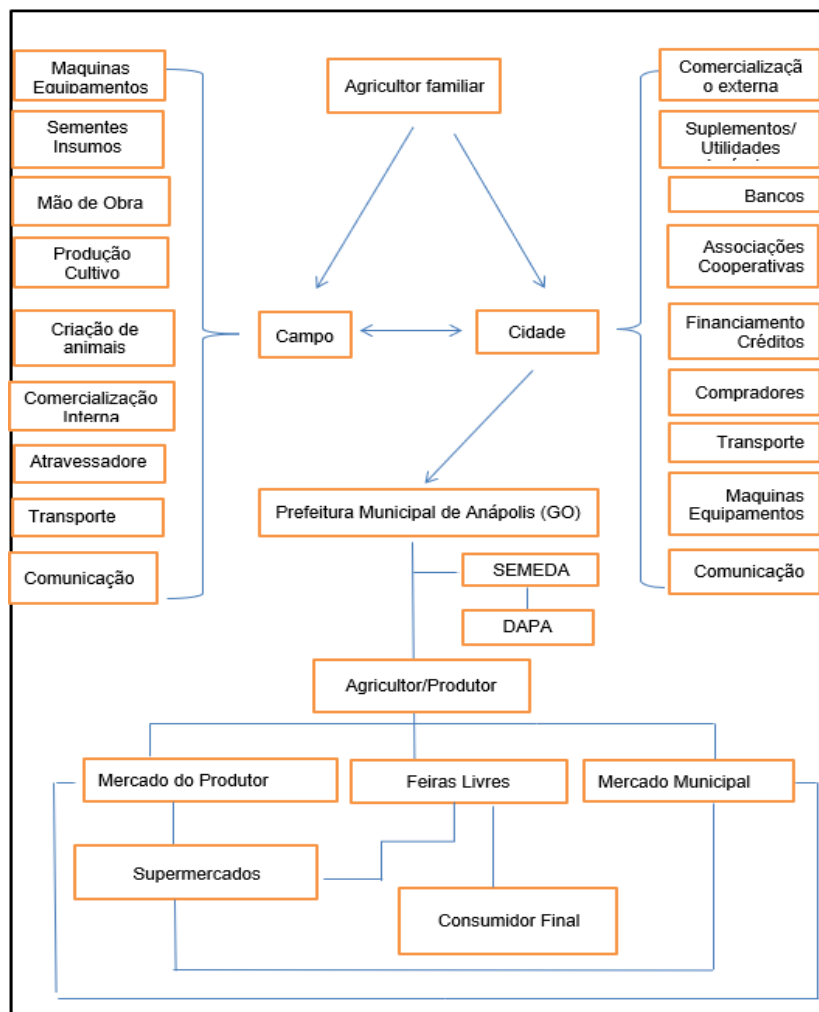
Na década de 1960 os produtores da região e da cidade aguardavam a construção/instalação de um novo local para o recebimento e abastecimento das mercadorias. Em 1965, foi aprovado um projeto de Lei para criação do Mercado, em 1970 e 1975 trataram da verba orçamental e da sua construção. Em 1986 houve a realização da obra e 1987 o funcionamento do Mercado suprimindo as exigências locais para o escoamento da produção.

De acordo com Freitas (1995) a consolidação do Mercado do Produtor na cidade atendeu as necessidades do pequeno produtor, favorecendo a circulação/comércio da mercadoria. Outro ponto para negociação local (venda/compra/armazenamento/distribuição) foi/é o Mercado Municipal Carlos de Pina, localizado na Rua General Joaquim Inácio, 100 - no Setor Central da cidade, a sua área é constituída com pequenas salas comerciais e bancas distribuídas no interior do mercado. O mercado apresenta um fator histórico muito importante em razão do desenvolvimento da cidade de Anápolis por representar a eficácia comercial na região. O mercado foi fundado na década de 1951 no dia 25 de dezembro e tinha como objetivo o ensejo do atendimento e abastecimento da população local e regional. Assim, constituindo também um marco importante para o abastecimento da construção de Brasília.

O Mercado municipal Carlos de Pina, obteve um papel importante no abastecimento da cidade e era visto como o espaço das oportunidades, permeando o interesse das pessoas e dos agentes públicos. A estruturação do seu espaço

localizado no centro da cidade e a dinâmica das suas atividades comerciais possibilitou a ampliação das áreas impulsionando a mudança no comércio e na região. Neste mesmo período a cidade evoluiu seu campo comercial direcionado para comercialização da produção local de hortifrutigranjeiros. Assim, viabilizando o desenvolvimento (anterior/atual) do circuito espacial produtivo do pequeno produtor familiar (ver organograma 02).

**Ilustração 02:** Organograma das etapas do circuito espacial de produção e comercialização da agricultura familiar na cidade de Anápolis (GO) 2022.



Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura municipal da cidade e Mercado do produtor. Organograma dos circuitos produtivos da agricultura familiar, 2023.

Essa representação das etapas dos circuitos produtivos nos permite verificar, os agentes modeladores no campo/cidade, o produtor familiar e a movimentação dos cultivos (comercialização) até o destino final (consumidores). Deste modo, é visto que o campo e a cidade possuem interligações importantes dependendo um do outro. São

os agentes que determinam de certa forma o uso do espaço seguidos pela lógica e interesse do capital. A partir deste contexto investigamos a inserção do pequeno produtor/agricultura familiar na cidade, direcionados ao mercado capitalista interligado pelas redes de abastecimentos e os circuitos que o envolve.

Deste modo, as redes estabelecem duas visões de entendimentos uma sobre a dinâmica do espaço urbano de uma cidade e a outra do espaço de produção do campo ocasionando transformações no mercado e no trabalho. Assim alterando a circulação e a distribuição na cadeia produtiva (produção/consumo), ou seja, na sua produção e comercialização.

Segundo Santos (2006) as redes são distintas com uma ampla multifuncionalidade em que estabelecem a realidade material do território por meio de aspectos fundamentados na sua infraestrutura, nas informações, nos pontos e nas circulações. Também, ressalta que as redes são representadas pelas pessoas, suas ações e políticas. Um fator importante da rede é a relação econômica que existe entre o campo-cidade, especialmente na distribuição de serviços e na troca que existe entre eles. As redes são caracterizadas por uma formação espacial que abrange tanto os espaços urbanos como os rurais, e possibilita uma conexão entre outros lugares, permitindo à circulação que é definida por sistemas de comunicação, transportes e eixos. “Cada rede define seus locais de acordo com suas funções e hierarquia de cada local e segundo as características do produto ou serviços a ser processado na rede” (CASTELLS, 2000, p.503).

Santos e Silveira (2011) ressaltam que os circuitos espaciais de produção e os meios de cooperação retratam o uso diferenciado de cada território, manifestado por interesse das empresas, das instituições e das pessoas, permitindo distinguir a hierarquia dos lugares (regional e mundial), e desenvolvendo o trabalho em grandes extensões territoriais ou não.

Segundo Haesbaert (2004) o território não se limita apenas ao poder político (dominação) do Estado e das instituições; ele está ligado também à apropriação de alguns grupos com seu espaço de vivências que de certa forma exerce controle sobre o espaço. A agricultura/agricultura familiar exerce uma importância expressiva para sociedade evidenciando sua produção no território, juntamente com os agentes modeladores.

## 1.2 Relevância da agricultura familiar no espaço urbano local

A relevância da agricultura familiar num cenário onde o Brasil volta a figurar no Mapa da Fome elaborado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento, contendo dados referentes ao ano de 2022, mostra que 33 milhões de brasileiros passam fome, o que equivale a 33% da população (ANDRADE; RESENDE, 2022). São pessoas que padecem da falta diária de alimentos nutritivos.

Com esses números, é evidente que a prática da agricultura, em áreas urbana, seja ela familiar ou não, carece de mais valorização e incentivo. A chamada Agricultura Urbana (AU), pautada nos princípios agroecológicos, é importante ferramenta no combate à insegurança alimentar que assola grande parte dos brasileiros. O país vive uma realidade onde muitos não sabem se, no dia seguinte, terão o que comer. Destarte, insta considerar a agricultura urbana como uma alternativa que atende a demandas sociais, ambientais e de sustentabilidade econômica.

O financiamento de mercados locais beneficia a produção de alimentos ricos em micronutrientes e um comércio de caráter descentralizado, dialogando, assim, com a ideia de Maluf (2015, p. 2.305), que considera que “o atual status alimentar e nutricional da população brasileira, em relação com as diferenças sociais, está fortemente ligado à maneira como os alimentos são produzidos e distribuídos no país”. Assim, os autores alegam que existe uma importante relação entre a segurança alimentar e nutricional e os modelos agroalimentares de produção.

A partir desta perspectiva, uma implantação de nova abordagem surge com um olhar sobre a AU enquanto promotora de qualidade alimentícia e nutricional os habitantes da zona urbana, em especial aqueles locais segregados da cidade e onde geralmente se encontram as populações marginalizadas. Nessas regiões, nem sempre os habitantes têm acesso a uma alimentação nutritiva (dentre outros direitos que lhes são privados ou diminuídos), e a agricultura no espaço urbano desponta como possibilidade de promoção de mudança de hábitos e troca de conhecimentos no que diz respeito a receitas e a espécies antes desconhecidas, desde que sejam seguidos os princípios agroecológicos (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

Com a ampliação do campo de visão, é viável enxergar a agricultura familiar urbana como fonte de diminuição das taxas de desemprego, já que é uma oportunidade de atuação profissional para homens e mulheres que não encontram lugar em outros setores ou que têm predisposição às questões agrícolas. Nesse



cenário, inclusive, é possível potencializar o protagonismo da mulher enquanto provedora do sustento de sua família, combatendo, com isso, a segregação de gênero e alavancando a igualdade.

Outro ponto favorável da agricultura em espaços urbanos é a garantia de mais saúde à população, tendo em vista o estímulo à criação de ambientes favoráveis à saúde (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015), o combate ao uso de agrotóxicos e demais elementos nocivos ao organismo e o incentivo à integração e ao protagonismo social, conforme referenciado no parágrafo anterior. São, portanto, benefícios interligados e contribuem para o bem social como um todo.

Além disso, merece consideração quando se discute a importância da agricultura local é o fato de que muitos terrenos acabam sendo ocupados por empresas ou atividades que não geram ganhos à população, e o uso dessas áreas para o cultivo agrícola pode favorecer a comunidade e gerar melhores condições ambientais e sociais (CURAN; MARQUES, 2021).

A prática de agricultura urbana teve crescimento considerável desde a década de 1990 (CURAN; MARQUES, 2021), e isso se deve principalmente à busca por maior segurança alimentar e à necessidade de geração de renda. Esse fator contribui para que a agricultura nos espaços urbanos (áreas centrais ou periféricas) seja atualmente considerada como um dos principais eixos de reforma ambiental urbana.

Destarte, a presente discussão enxerga a AU como uma possibilidade de remodelação dos fluxos sociais em área urbana, uma vez que a prática apresenta múltiplas funcionalidades de adaptação e contribui para a segurança alimentar da população citadina, além de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (já que estabelece uma proximidade entre produtor e consumidor).

A agricultura no espaço urbano possui funções que se classificam dentro de três eixos fundamentais: dimensão sociocultural, dimensão econômica e dimensão ambiental. O quadro a seguir mostra cada um desses parâmetros, tomando como base a divisão feita por Curan e Marques (2021) (ver quadro 04).

**Quadro 04-** Dimensões da agricultura urbana no município de Anápolis (GO), 2022 com divisão e adaptação de Curan e Marques, 2021.

Dimensão sociocultural	Dimensão econômica	Dimensão ambiental
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);</li> <li>● Saúde;</li> <li>● Coesão social;</li> <li>● Requalificação do espaço urbano;</li> <li>● Segurança pública;</li> <li>● Reconexão com a natureza;</li> <li>● Educação alimentar;</li> <li>● Desenvolvimento cultural;</li> <li>● Valorização do patrimônio cultural;</li> <li>● Lazer e recreação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Redução da pobreza;</li> <li>● Geração de emprego e renda;</li> <li>● Valorização do contato social entre produtores e consumidores;</li> <li>● Estímulo a novas formas de distribuição e comercialização;</li> <li>● Menor dependência do mercado mundial de alimentos;</li> <li>● Diversificação das atividades econômicas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Preservação e conservação da biodiversidade e dos recursos naturais;</li> <li>● Ciclagem de nutrientes;</li> <li>● Gestão eficiente dos recursos hídricos;</li> <li>● Cidades mais verdes;</li> <li>● Redução da pegada ecológica;</li> </ul>

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Curan e Marques (2021).

Conforme evidenciado pelo quadro, a dimensão sociocultural atua em eixos que dizem respeito à saúde da população, à reconfiguração do espaço urbano, à relação homem-natureza e à potencialização da cultura, dentre outros aspectos; a dimensão econômica adota como fator fundamental a redução da pobreza, e conseqüentemente, da fome, haja vista que, conforme supracitado amplia as oportunidades de emprego e oferta às pessoas alimentos mais saudáveis e nutritivos. Ainda no âmbito econômico, merece destaque a maior liberdade que o mercado local ganha e a diversificação das atividades econômicas; a dimensão ambiental, por sua vez, garante a preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

O interesse da camada urbana pelas questões agrárias na cidade foi crescendo gradativamente a partir do êxodo rural, momento em que a população brasileira deixou de ser predominantemente rural e passou a ser predominantemente urbana, já que as cidades cresceram, industrializaram e passaram a ofertar diversas oportunidades de emprego.

O contexto histórico do êxodo rural no Brasil se deu a partir de 1970, com o processo de modernização conservadora do campo juntamente com expansão das fronteiras agrícolas, suscitou na saída de pessoas do campo em direção à cidade, ou seja, fez com que um grande contingente populacional buscasse melhores condições de vidas, melhores salários e empregos nos centros urbanos das grandes cidades.

Assim, ocasionando aumento populacional nos centros urbano do país. A partir deste processo as pessoas buscaram se adaptar nos ambientes urbanos, inserindo seus conhecimentos das práticas agrícolas (cultivos) em distintas áreas das cidades sem o possível apoio das políticas públicas de incentivos que inviabilizaram o atendimento ao pequeno agricultor no campo ou na cidade. Grandes foram às transformações historicamente ditas em relação ao credito de incentivo e benefício para atender a agricultura familiar no Brasil. Neste âmbito enfoca a política agrícola volvida na caracterização dos espaços rurais e da agricultura, a partir da criação de órgãos importantes para os espaços produtivos no país.

O Ministério da Agricultura foi criado em 28 de julho de 1860, por meio do Decreto n<sup>o</sup> 1.067, durante o governo do imperador Dom Pedro II. Desde então, o ministério tem como objetivo principal a formulação e programar políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio no país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é um órgão do governo federal brasileiro responsável por executar as políticas relacionadas á agricultura, pecuária, irrigação e reforma agrária; além da regulação e fiscalização das atividades, promove uma agricultura sustentável e garante a segurança alimentar da população brasileira.

Conforme Troian e Machado (2020) somente na década 1988, com consolidação da constituição que surge os primeiros movimentos rurais reivindicando melhores condições e uma política mais eficiente que pudesse atender a todos da base da agricultura brasileira.

Com a consolidação da Constituição de 1988, surgem os primeiros movimentos sociais rurais, os quais reivindicavam a elaboração de políticas mais específicas de desenvolvimento rural para a agricultura brasileira. Nos anos 90 os movimentos foram determinantes para modificar o rumo das políticas de desenvolvimento rural, ocasião em que as ações dos trabalhadores rurais passam a conduzir suas reivindicações para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, categoria social até então não reconhecida pelo Estado (SCHNEIDER *et al.*, 2004). Com a pressão imposta pelos movimentos sociais, criou-se no ano de 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), a primeira resposta do Estado para atender aos movimentos sociais rurais na época (TROIAN, MACHADO, 2020, p.2).

Conforme os autores o programa ofertava crédito e garantia do custeio da produção atendendo os pequenos produtores. Logo, em 1996 novas alterações foram impostas junto ao programa Povape, passando então a chamar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Este programa foi desenvolvido para atender exclusivamente a agricultura familiar e o fornecimento de crédito agrícola para estas famílias. A partir da inserção do Pronaf a agricultura familiar passou a ser conhecida e legitimada na esfera nacional. O programa também objetivou a interação destes produtores no espaço rural e urbano, com perspectivas voltados para produção alimentos básicos e ampliação desses espaços. Deste modo, foram dois os fatores que abrangeram o contexto do Pronaf, o primeiro resulta na união dos sindicatos reivindicando sua participação ativa participação nos espaços agrícolas; e o segundo fator está nas reivindicações dos sindicatos para a divulgação da agricultura familiar aliada a diretrizes a este grupo.

As políticas para a agricultura são muito importantes, pois têm o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico e social das regiões rurais e busca promover melhor condição ambiental das atividades. Diversas políticas buscam a garantia e meios para auxiliar essa atividade tais como: a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promove ações que estimule a produção e a alimentação saudável, fortalecendo a agricultura familiar como agente de desenvolvimento econômico, social e ambiental; têm a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é baseada nos princípios da agroecologia e da produção orgânica; incentivando as práticas agrícolas que respeite o meio ambiente e promove a saúde dos produtores e consumidores; já a Política de Irrigação, promove o uso racional da água da agricultura, por meio de novas técnicas, e na garantia o aumento da produtividade. Deste modo, essas algumas políticas apresentadas para

discutir a existência de incentivos criados para o desenvolvimento da agricultura no país.

Logo, apresenta-se a análise sobre o caso específico da cidade de Anápolis e como a agricultura familiar atua nesse espaço, a partir de seus efeitos e características, tendo como ponto de referência todas as dimensões da agricultura familiar local.

### 1.3 Agricultura familiar e as práticas de cultivo local

A agricultura familiar (AF) local distingue das formas/meios de trabalhar a terra e da apropriação desse espaço seguindo por contextos políticos abordados pelo processo de povoamento de algumas regiões/áreas no território nacional e principalmente às áreas localizadas na região Centro Oeste, onde eram consideradas “vazias” ou “ociosas”. Conforme Diniz (1984, p.229) “O aumento de nossa produção agrícola de gêneros alimentícios se deu sempre pela incorporação de novas áreas ao espaço produtivo, pelo trabalho de pequenos produtores, colonos ou, na maioria dos casos posseiros”. Este processo resultou na implantação de infraestrutura, que resultou num aumento populacional gradativo das áreas na região Centro Oeste e, sobretudo o Estado de Goiás, que obteve um desenvolvimento significativo de determinadas cidades e áreas, juntamente com as políticas públicas de apoio e incentivo para o desenvolvimento territorial/regional/local.

A agricultura familiar vem, ao longo dos anos, se tornando um mecanismo estratégico para o desenvolvimento da economia local Anapolina. Destarte, é necessário compreender os caminhos pelos quais a produção agrícola familiar pode cooperar para a potencialização de estratégias econômicas e beneficiar políticas sociais (LUNAS; JÚNIOR, 2018, p. 108)

Nesse interim, Lunas e Júnior (2018) defendem a necessidade de que haja a busca por metodologias efetivas a fim de explorar tudo o que a agricultura familiar tem a oferecer para o desenvolvimento local, tendo em vista que a referida atividade envolve abrangências conceituais complexas.

Um dos primeiros pontos a serem considerados quando se fala de agricultura familiar é o fato de que as necessidades do produtor precisam ser tidas como prioridade, já que o que acontece é a consolidação de uma política de cima pra baixo,

atendendo a interesses de camadas privilegiadas e deixando o agricultor como o último a ser beneficiado.

A prática de AF<sup>1</sup> não é uma novidade trazida pelo século XXI. Ao contrário, é uma atividade antiga adotada por muitas famílias tanto no meio rural quanto no meio urbano. Exemplo disso foram as colônias construídas nas fazendas para abrigarem os italianos que migraram para o Brasil a fim de substituir a mão-de-obra escrava: eles ganhavam (a duras penas, já que os fazendeiros ainda estavam adaptados ao regime escravocrata e à rispidez de tratamento), uma porção de terra onde produziam e ficavam com uma parte do que era plantado e colhido.

Ainda de acordo com as ideias elencadas por Lunas e Júnior (2018), é preciso pensar a AF a partir da necessidade de uma reconfiguração do espaço local, e isso diz respeito prioritariamente ao espaço rural, que deve estar livre da ideia que o relaciona exclusivamente ao lugar de produção de gêneros primários e estar atrelado à visão de um ambiente com múltiplas possibilidades econômicas. Adota-se, assim, a demanda por um desenvolvimento local (TURNES; BURGIO, 1999).

Em Goiás, um dos marcos para a agricultura em diferentes espaços (rural/urbano) ocorreu no Governo Mauro Borges, período em que a questão agrária foi tratada com maior atenção, em um contexto no qual a economia goiana era predominantemente agropastoril (COSTA, 1987). Segundo o autor, nesse período, em 1962, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), com a finalidade de coordenar e executar a política fundiária do Estado. Nesse sentido, o autor aponta que

Tendo sua política agrária voltada basicamente para a colonização rural dirigida, que buscava articular as lides do campo com as estruturas urbanas, através dos “combinados agro - urbanos”, o Governo Mauro Borges na realidade propiciou um fecundo avanço nos moldes de assentamento rural, mesmo em nível nacional, abrindo perspectivas novas à ocupação econômico-demográfica da agropecuária estadual, pois permitia a realização de obras como pontes, estradas, campo de aviação, hospital, escolas e de cooperativa, bem como a implantação de sistemas de água potável, eletrificação, além de assistência médica e educacional entre outras providências. Esta experiência goiana certamente está a apontar a validade deste método para Goiás e para o Brasil devendo aperfeiçoar, contudo, o instituto jurídico da posse da terra aos colonos pioneiros, a fim de se coibir sua alienação a terceiros, como tem ocorrido (COSTA, 1987, p. 62).

---

<sup>1</sup> A fim de evitar repetições e manter a fluidez textual, será usada a abreviatura AF para referir-se a Agricultura Familiar.

A agricultura é uma prática que carrega em si um passado e uma tradição de saberes e técnicas de cultivo, e que se soma no presente ao sustento nutricional da sociedade e aliada aos espaços produtivos da agricultura familiar abrange uma capacidade de fornecer um número grande de alimento para o mercado consumidor, numa dinâmica territorial capaz de possibilitar o acesso aos alimentos, efetivando o abastecimento de todo o país.

Além disso, é importante destacar que a agricultura familiar desempenha um papel central para a circulação econômica da sociedade, sendo responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos, além de empregar a maior parte da mão de obra no campo (BRASIL, 2012). Estudos realizados por Guilhoto *et al.* (2006) observaram que entre 1995 e 2003, a agricultura familiar teve participação na riqueza nacional, somando 1/3 do PIB do agronegócio nacional.

De acordo com Alves, Souza e Rocha (2012), a agricultura familiar, juntamente com a agricultura empresarial, compõe os dois modelos de produção agrícola predominantes no Brasil, sendo que cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários no país são de agricultura familiar. Todavia, a título de crédito agrícola, o produtor comercial utilizou a maior parte deste crédito, e ainda foi menos taxado que o agricultor familiar. Para Ferreira *et al.* (1999 *apud* ALVES; SOUZA; ROCHA, 2012), os agricultores familiares foram desfavorecidos pelo crédito rural subsidiado, devido ao difícil acesso ao crédito, à ausência de garantias reais e à falta de informações. Como apontam Alves, Souza e Rocha (2012, p. 13),

Mediante injeção de recursos via crédito rural, o governo esperava capitalizar a agricultura; proporcionar a adoção de tecnologia; aumentar a produtividade; reduzir custos; expandir a produção; e, conseqüentemente, contribuir para a queda de preços para os consumidores.

Além disso, como aponta Costa (1987), a concentração fundiária, especialmente em Goiás, foi durante grande parte do século XX, um obstáculo à agricultura familiar. Segundo o autor,

A repercussão desse modelo de ocupação econômica nos quadros sociais é a mais devastadora possível, pois além de ensejar a violência no campo, força, ainda, a retirada dos colonos para as cidades, provocando seu inchamento demográfico e acarretando custos sociais crescentes, tal como ocorre na cidade de Araguaína, polo de desenvolvimento daquela zona. Com a crescente valorização das terras da região e a migração do capital nacional a situação tende a se agravar ainda mais [...] Os censos de 1960, 1970 e 1980 evidenciaram uma forte concentração da propriedade da terra em nível

de Goiás, segundo confirmou o índice de Gini, indicador do grau de concentração de uma distribuição qualquer. Analizado pelo PRODIAT, a evolução do quadro fundiário do estado de Goiás, indica que não ocorreram alterações significativas nos períodos de 1940 e 1980 (COSTA, 1987, p. 59).

A título de compreender a relação da agricultura familiar com o dinamismo e desenvolvimento local, é necessário entender a distinção que a agricultura familiar e a agricultura comercial impactam a economia local, como demonstra o quadro 05.

**Quadro 05:** Diferenças entre os modelos de agricultura comercial e familiar

Agricultura comercial	Agricultura familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada pelo agricultor e pela sua família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizadas	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de momento”	Decisões imediatas, adequadas à imprevisibilidade do produtivo

Fonte: Alves, Souza e Rocha (2012, p. 14).

O autor explica que o intuito do governo federal para o crédito rural era disponibilizar recursos e favorecer determinado público de pequenos produtores, com finalidades bem definidas e direcionadas para investimentos que aumentassem a produtividade agrícola. Todavia, como se observa, dada a estrutura do comércio agrícola, e o papel da agricultura familiar a nível local e nacional, essa distribuição de crédito tem sido favorável aos médios e grandes agricultores.



Outro ponto que merece destaque, apesar do grande investimento em infraestrutura, observou-se, nas últimas décadas do século XX uma negligência quanto a questão regional e local, que é evidente em Goiás, como aponta Costa (1987, p. 173).

O crescimento econômico, evidentemente, se manifesta com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento. Os problemas de disparidades regionais e de desigualdades de urbanização atingem sua intensidade máxima nas economias em desenvolvimento, situadas, entre as economias agrária e industrializada, caso típico do estado de Goiás. Por tal motivo, “o emprego sensato e equilibrado do planejamento governamental como instrumento do progresso, rejeita a hipótese de que o ótimo em desenvolvimento regional, se faça por via de uma concorrência entre regiões, além do mais imperfeita, resultante das vantagens trazidas pelas economias externas e pelos rendimentos industriais dimensionais crescentes, adquiridos nas zonas de aglomeração às expensas das regiões deprimidas (COSTA,

Essa importância da agricultura familiar para a economia nacional evidencia o papel que esta modalidade econômica possui para o desenvolvimento local, bem como para a sustentabilidade. Segundo Santos e Mitja (2012), a agricultura familiar, pautada no desenvolvimento local sustentável, deve contemplar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção.

Segundo Santos e Mitja (2012), existem diversas concepções sobre o desenvolvimento local, que seguem a formação dos autores e seus pressupostos interpretativos. Alguns entendem o desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica, enquanto fator condicionante ao desenvolvimento local, a partir do exercício da cidadania. Já para Milani (2005), o desenvolvimento pode ser contemplado enquanto uma série de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, a partir de uma perspectiva denominada pelo autor de intersetorial, que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

Já para Campanhola e Silva (2000), as necessidades sociais e culturais, precisam estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, considerando também os aspectos econômicos da inserção no mercado, ou em aspectos dos recursos naturais disponíveis para sua conservação.

De acordo com Santos e Mitja (2012, p. 42),

As experiências de desenvolvimento local se deram de forma diferente nas diversas partes do mundo: América Latina, América do Norte, Reino Unido etc. Cada um com sua trajetória histórica. Na teoria o desenvolvimento local, é o desenvolvimento de um determinado território que estava à margem do processo e encontrou um mecanismo de mudanças e transformações

positivas, proporcionando qualidade de vida para os cidadãos (trabalho, renda, saúde, educação). Daí se têm experiências diferenciadas em todo o mundo. Ou seja, não há uma origem única para o desenvolvimento local, nem um caminho único, os caminhos devem ser construídos

Ainda segundo os autores, a perspectiva parte da abordagem territorial, oferece outra visão de desenvolvimento, que surge a partir da necessidade de potencializar as ações coletivas, fortalecendo as organizações e grupos locais. Assim, agricultura urbana estabelece uma intensidade nos espaços urbanos gerando para população a promoção de alimentos e ao mesmo tempo no incentivo das práticas de cultivos abrangendo os espaços socioculturais e motivando os agentes a estabelecer bases de desenvolvimento que sintoniza com as demais dimensões da agricultura familiar no espaço urbano.

## 2 AGRICULTURA URBANA NA CIDADE DE ANÁPOLIS: AS HORTAS URBANAS

A amplitude do conceito de agricultura urbana (AU) está cada vez mais presente na sociedade, especialmente por ser uma ação que visa garantir a segurança alimentar da população e o acesso aos alimentos. Deste modo, são diversas as contribuições da agricultura urbana, além de fornecer alimentos saudáveis, a promoção da segurança alimentar, contribui para o escoamento local de determinados cultivos, proporciona espaços verdes na cidade, baixos preços e promovem políticas de incentivos tanto para o desenvolvimento local como para o desenvolvimento ambiental e econômico.

Segundo Viola e Leis *et. al* (1995), o desenvolvimento sustentável visa à ação de promover o bem-estar, ou seja, a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Buscando enfatizar a importância de um consenso entre o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento econômico e apresentando um panorama a assistência ambiental em diferentes processos produtivos.

As transformações da agricultura urbana na contemporaneidade acendem a importância da análise destes eventos produtivos dentro da cidade em diferentes espaços, seja territorial, regional ou local.

### 2.1 Contextos da formação da agricultura urbana: global e local

O tema agricultura urbana é um assunto que transcorre diversas áreas do conhecimento entre elas; a Geografia Urbana, a Geografia Agrária, Ciências Humanas, a Política, a Economia, a Sociologia, a Antropologia e entre outras. Segundo Costa (2015), a prática da agricultura no espaço urbano não é recente, incluindo o seu processo formador histórico e, o costume de cultivar alimentos nos centros urbanos é antigo e milenar. A agricultura urbana se define na produção agrícola de pequeno, médio e até grandes cultivos no espaço urbano.

Para compreensão da dimensão desses espaços, considera-se a subdivisão dos lotes na cidade. Segundo dados da Lei Complementar (2006) do Capítulo IV do loteamento e seção I Dos Requisitos Urbanísticos Para Loteamento, Art 19 ressalta que os lotes podem ser convencionais ou de interesse social, em que área é definida conforme seu tipo. Para loteamento convencional a área mínima é de 300m<sup>2</sup>, para o

de interesse social é 200m<sup>2</sup>, e os destinados a implantação de moradia populares, a área mínima estabelecida será de 180m<sup>2</sup>.

Assim, o pequeno cultivo (hortaliças) ocorre em ambientes (residências/apartamentos e outros) com pouco espaço com dimensão a partir de 3m<sup>2</sup>, considerando as varandas, corredores, sacadas e quintais; neste espaço cultiva em recipientes pequenos de fácil manejo, sendo necessário para produzir alimentos para consumo familiar. O médio cultivo é aquele onde à necessidade de um espaço delimitado para construção de canteiros e permite uma produção/cultivo com diversas plantas (hortaliças).

Este cultivo acontece num espaço com dimensão a partir de 300m<sup>2</sup>, como quintais residenciais e lotes baldios; e seu manejo requer maior atenção (mão de obra) e cuidados na organização (estrutura/insumos/materiais), fornecendo alimentos para consumo e comercialização da produção/cultivo.

Logo, o grande cultivo é aquele onde demanda uma área maior, ou seja, um espaço maximizado como área verdes e lotes com dimensões a partir de 1000m<sup>2</sup>; local que permite construir uma grande quantidade de canteiros e diferentes plantas (hortaliças) separadas por variedades, organizado com estruturas (divisórias/coberturas/equipamentos/insumos e outros) e mão de obra é feita por meio da aplicação de técnicas que atende as necessidades do manejo (melhoria); e sua produção/cultivo tem finalidade alimentar comercial, ou seja, produzir com fins para comercialização.

Mas há outras atividades como a criação de aves (galinhas, patos e entre outros), e também estão sendo inseridos na prática da agricultura urbana as pequenas hortas no quintal de casa, em varandas de apartamentos e lotes baldio-públicos/privados.

As hortas são a prática do cultivo do seu próprio alimento com característica do desenvolvimento da humanidade e da civilização. Segundo George (1978), esse desenvolvimento seguido de uma formação lógica de organização do espaço fez com que o cultivo surgisse como luta contra fome, assegurando aos grupos humanos, alimentos para sua sobrevivência em diferentes períodos da humanidade. O aumento populacional mundial e falta de abastecimento de alimentos, contribui para a transformação dos espaços cultivados, criando uma necessidade de produzir cada vez mais alimentos em escalas, nacional, regional, local gerando aos homens

conhecimento a respeito do solo, do manejo na produção e domínio dos espaços a serem cultivados.

Smit, Nars e Ratta (2001), destacam que o cultivo das hortas nas cidades surgiu desde o final do século XIX. Na Europa com maior intensidade durante as guerras mundiais, e difundiu-se na Inglaterra o modelo hortas urbanas para suprir a demanda por alimentos básicos. E esse modelo tornou se culturalmente difundido e, na atualidade apresentou crescimento nos espaços urbanos, especificamente com a elevação por demanda de alimentos de forma sustentável.

Conforme Branco e Alcântara (2011), o conceito de plantar hortaliças nos centros urbanos da América Latina, África e Ásia, surgiram na década 1980, com estratégias de combater a fome em populações pobres decorrentes de crises mundiais.

Em relatório emitido em 1987 pela Comissão Brundtland sobre Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) foi recomendado aos governos que promovessem a agricultura urbana como forma de ajudar na reciclagem de resíduos urbanos (SOUSA, 2019, p.23).

Segundo Sousa (2019), com a conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro em 1992, várias perspectivas e iniciativas convergiram sobre a temática do meio ambiente e desenvolvimento. O objetivo da conferencia teve como finalidade integrar os apoios regionais/ globais de pesquisa e políticas relativos à agricultura no espaço urbano. Deste modo, os reflexos e o desdobramento junto às iniciativas da agricultura urbana apresentaram uma importância expressiva e interesse de vários organismos internacional e nacional (entidades, ONG, instituições e organizações), como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que tem como proposito a erradicação da fome da pobreza, a Fundação Internacional da Agricultura Urbana e Sistemas Alimentares Sustentáveis (RUIAF), que integra as iniciativas coordenando, capacitando e formulando pesquisas de apoio na construção de políticas públicas para a AU.

Sousa (2019, p.24) ressalta que:

A RUIAF é uma fundação internacional com foco em agricultura urbana e sistemas alimentares sustentáveis que reúne diversas instituições com interesse no tema, como ONG, institutos de pesquisa, organismos internacionais e também parcerias com o setor privado.

Vinculado ao contexto do desenvolvimento sustentáveis, do meio ambiente e dos sistemas alimentares, produz para a sociedade o conhecimento sobre a agricultura urbana. Segundo Branco e Alcântara (2011), neste mesmo período no Brasil esse movimento da agricultura teve apoio dos governos, de alguns municípios e instituições. Mas somente na década de 1990, que a história da agricultura/agricultura urbana no Brasil teve um enfoque a nível mundial e nacional, acompanhado de uma análise ambiental. Assim, promovendo uma agricultura sustentável com maneiras menos agressivas ao meio ambiente e adequada para a população.

A tendência da agricultura urbana no Brasil, ou seja, o cultivo em áreas urbanas é decorrente de um processo histórico marcado por diversos acontecimentos (migração rural urbana, falta de alimentos, industrialização, crescimento das cidades e outros). Nas últimas décadas ganhou destaque e interesse de instituições e de grandes organizações mundiais e nacionais.

Conforme Sousa (2019) a evolução dos estudos, ou seja, de pesquisas sobre os espaços de produção da AU no Brasil, foram desenvolvidos em companhia da FAO e da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Educativas (REDE), agenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em consonância com esse paradigma da agricultura urbana, várias cidades de determinadas regiões do país, delinearão metas objetivando a condução de uma melhoria e garantia da política nacional sobre a agricultura urbana no país.

Segundo Silva (2018) na década de 1990, o Brasil foi marcado por ações que beneficiaram a agricultura familiar, gerando a prática da agricultura urbana. Conforme Silva (2018) destaca que dentre as ações está a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) em 1995, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e foi também regulamentada em 2001 e 2006, a Lei da Agricultura Familiar, que não foi suficiente para um desenvolvimento expressivo da agricultura urbana e tão pouco atender os produtores/pessoas dessa prática agrícola. Ou seja, em atender o pequeno agricultor familiar com produção/cultivo em áreas urbanas.

Outra ênfase que permeia a prática da agricultura urbana no espaço brasileiro foi o fator do agricultor não possuir/ter acesso à terra para realização da produção.

Contudo, este desenvolvimento tecnológico agrícola não favoreceu determinados grupos de agricultores, ou seja, os agricultores familiares na sua

produção/cultivo por ter custos elevados na aquisição destes suportes tecnológicos e a baixa lucratividade em razão da manutenção na aquisição dos mesmos.

Deste modo, Moura, Ferreira e Lara (2013), ressaltam sobre esses acontecimentos da “Revolução Verde” no cenário nacional em que

A partir da chamada “Revolução Verde” em todos os governos foi intensificado o discurso sobre a importância da produção de alimentos para solucionar o problema da fome no país. A partir de então foram criadas e implementadas até a atualidade, as políticas voltadas para a produção agrícola, sempre embasada na eficiência produtiva. Para garantir a eficiência produtiva, ficou estabelecido um aparato tecnológico e industrial para a fabricação de máquinas e implementos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, genética animal, ração, veículos, etc. Contudo esta evolução tecnológica não atendeu a maior parte das famílias rurais, muito em função do alto custo de acesso a essas tecnologias (MOURA, FERREIRA, LARA, 2013, p.70).

A partir deste acontecimento do desenvolvimento das técnicas agrícolas no espaço agrário brasileiro, as famílias de agricultores viram se refém e excluídas deste novo processo, migrando para os centros urbanos a procura de novos meios para sobrevivência e moradia.

Destarte, com o aumento da população no espaço urbano brasileiro, ocasionaram inúmeras demandas seguidas principalmente pela ausência de alimentos para suprir a população local. Em virtude destes acontecimentos da escassez de alimentos nas cidades, os sujeitos inseridos no espaço urbano viram a oportunidade de cultivar hortas nos centros urbanos. O cultivo era realizado em locais de possível e fácil acesso como: lotes, terrenos baldios e outros situados nos bairros das grandes cidades. Igualmente, estas hortas ajudariam determinados grupos para sua subsistência e ao mesmo tempo motivando emprego e renda para outro determinado grupo familiar, de tal modo, incorporando sua manutenção no espaço urbano.

As práticas da produção/cultivo das hortas nas cidades brasileiras são distintas pelo seu contexto regional e local. Segundo Silva (2018) ressalta que em diferentes regiões brasileiras as hortas têm ajudado no desenvolvimento da economia, na subsistência das famílias de baixa renda, na geração de empregos, na renda das famílias, no abastecimento das cidades e outros.

Este evento contribuiu para a expansão das hortas nas cidades e para o entendimento das relações existentes entre a agricultura familiar urbana e a agricultura familiar rural. E com a incorporação do sujeito, ou seja, do homem rural nas práticas urbanas possibilitou o processo de cultivar hortas e ao mesmo tempo

formando redes que abrangeriam e favoreceria o comércio local e o espaço urbano das cidades.

Nesse contexto da discussão da agricultura urbana no Brasil, a Região Centro Oeste e principalmente o Estado de Goiás emerge nas discussões de amparo junto ao pequeno trabalhador rural, ou seja, a agricultura familiar na melhoria nos espaços de produção/cultivo em áreas urbanas.

Segundo Moura, Ferreira e Lara (2013), a agricultura nas cidades, ou seja, em espaços urbanos surge na década de 1990 com a finalidade de melhoria do meio ambiente da qualidade de vida da população e ao mesmo tempo contribuindo para organização dos espaços. Os autores, ainda destacam que a adaptação e a prática da agricultura nos espaços urbanos, trazem novas oportunidades para o meio ambiente e para população de uma determinada cidade ou região. Portanto, a agricultura urbana juntamente como apoio de políticas públicas pode interagir no meio possibilitando a transformação de espaços “vazios” na cidade para agenciamento das relações sociais.

## 2.2. Agricultura urbana: contribuição para o desenvolvimento sustentável urbano

De acordo com Machado (2002), as expressões "agricultura urbana" ou "agricultura intraurbana" e "periurbana", são adotadas pelas agências das Nações Unidas, para se referir à utilização de pequenas superfícies situadas no interior das cidades, ou nas suas periferias, para a produção de produtos agrícolas e criação de animais de pequeno porte, que se destinam ao consumo próprio ou ao comércio local. Para melhor compreensão da pesquisa fazemos uma análise da distinção dos espaços produtivos urbanos. A partir desta análise serão ressaltadas apenas as questões que envolvem a conceituação da agricultura urbana.

Para o autor, a definição de agricultura urbana se refere às práticas agrícolas localizadas dentro e ao redor de cidades, enquanto a área intraurbana se refere a todos os espaços dentro da cidade que podem ter algum tipo de prática agrícola. Elas podem ser áreas individuais ou coletivas, e até mesmo áreas públicas nas cidades, incluindo vias públicas, praças, parques e lotes e terrenos baldios.

Já para Ferreira e Nóbrega (2019, p. 136),



o significado de agricultura urbana diz respeito ao local dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área que possui alguma atividade agrícola e que se insere dentro das cidades é chamada de intra-urbana e pode ser qualquer tipo de área: individual, coletiva, podendo envolver vias públicas, praças, parques e áreas que não estão sendo utilizadas como lotes e terrenos baldios. Ainda segundo Souza *et al.* (2016), o desenvolvimento de agricultura em áreas urbanas e periurbanas está associado ao próprio desenvolvimento e expansão urbana das cidades, de como se dá o seu crescimento demográfico, o seu desenvolvimento econômico e acesso a postos de trabalho e renda.

Esse tipo de atividade possibilita a disponibilização e aproveitamento dos espaços domésticos e públicos para a produção de alimentos, plantas medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais. Segundo Machado (2002), o conceito de agricultura urbana se amplia quando são analisadas as contribuições de sua prática no que tange ao meio ambiente e à saúde humana, “por constituir importante forma de suprir os sistemas de alimentação urbanos, relacionando-se com a segurança alimentar e o desenvolvimento da biodiversidade e por proporcionar melhor aproveitamento dos espaços” (p. 9), e, com isso, contribuir para o manejo adequado dos recursos naturais do solo e da água.

A saúde está diretamente ligada às condições alimentares e ambientais e, no contexto de comunidades da periferia, os níveis de doença intensificam-se diante da pouca disponibilidade e da baixa qualidade dos alimentos e da vulnerabilidade das pessoas expostas a agentes externos. Geralmente, boa parte de quintais domésticos e terrenos baldios são destinados ao acúmulo de lixo e entulho. A limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos (SAVIAN; BOFF; BOFF., 2021, p. 10).

Como aponta Savian, Boff e Boff (2021), a agricultura urbana é uma estratégia para atender a segurança alimentar e nutricional, além de promover o desenvolvimento local ao melhorar o ambiente urbano com a ampliação da biodiversidade, manutenção dos serviços ambientais e incremento de áreas verdes. “As experiências de agricultura urbana orientadas pelos princípios da Agroecologia, trazem possibilidades para transformar a vida das pessoas e das comunidades com a produção de alimentos saudáveis e a conservação dos recursos naturais” (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 2). (ver quadro 06).

**Quadro 06:** Conceituação da agricultura urbana segundo Ferreira e Nobrega (2019), Savian, Boff e Boff (2021) e Machado (2002)

<b>Conceitos trabalhados pelos autores</b>		
<b>Autor</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Contribuições/relevâncias</b>
<b>Machado (2002)</b>	“A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola (p.11).”	Promove à qualidade de vida, a segurança alimentar, o equilíbrio social e a proteção ambiental.
<b>Ferreira e Nobrega (2019)</b>	“O significado de agricultura urbana diz respeito ao local dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área que possui alguma atividade agrícola e que se insere dentro das cidades é chamada de intra-urbana e pode ser qualquer tipo de área: individual, coletiva, podendo envolver vias públicas, praças, parques e áreas que não estão sendo utilizadas como lotes e terrenos baldios (136)”.	Promove a segurança alimentar, desenvolvimento econômico, renda, produção agroecológica, alimentação saudável e educação.
<b>Savian, Boff e Boff (2021)</b>	A agricultura urbana é uma estratégia para atender a segurança alimentar e nutricional, além de promover o desenvolvimento local ao melhorar o ambiente urbano com a ampliação da biodiversidade, manutenção dos serviços ambientais e incremento de áreas verdes.	Promove a conservação da agrobiodiversidade, desenvolvimento sustentável, o bem-estar, a melhora na paisagem, a ambiência microclimática, o espaço de lazer, garantias e direitos.

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Machado (2002); Ferreira e Nobrega (2019) e Savian, Boff e Boff (2021)

Os autores apontam que, por possuir um caráter multifuncional, a agricultura urbana pode contribuir também para a preservação da cultura alimentar, no que tange à gestão de resíduos, na conservação da biodiversidade, no controle do microclima, além de contribuir para a geração de trabalho, para a saúde humana e para a educação.

Dentre as inúmeras contribuições socioambientais proporcionadas pela agricultura urbana familiar, Machado (2002), destaca a redução do acúmulo e

melhoria da qualidade da água, fator base para a qualidade de vida de uma população. Além disso, parte do lixo orgânico pode ser reciclado em compostos para a fertilização dos solos e os recipientes, sobretudo recipientes plásticos, que podem ser reaproveitados para a produção de mudas e cultivo de determinadas espécies. Além disso,

O valor estético de espaços verdes, a formação de microclimas, a preservação de doenças por meio de uma alimentação diversificada e o poder curativo das plantas medicinais são componentes da qualidade de vida proporcionadas pela agricultura urbana (MACHADO, 2002, p. 11).

Outro fato destacado pelo autor, diz respeito ao crescimento das populações urbanas, sobretudo em virtude do êxodo rural. Todo o processo de urbanização leva a devastação de áreas verdes, e reduz a qualidade de vida nas cidades. A partir disso, Machado (2002) destaca que políticas públicas foram criadas para incentivar a implementação da agricultura urbana, no intuito de promover o desenvolvimento local das periferias de grandes cidades.

Além disso, pelo redirecionamento dos objetivos da comunidade, com ações participativas em todos processos de desenvolvimento, é possível oferecer opções de vida saudável para jovens e crianças além de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas ou desempregadas. A produção de alimentos de boa qualidade nutricional e sem agrotóxicos, desenvolvida a custo relativamente baixo, pode contribuir não só para melhorar a qualidade de vida, como também para aumentar a renda familiar (MACHADO, 2002, p. 11).

Savian, Boff e Boff (2021), a partir da análise de uma série de publicações e estudos, concluiu que a agricultura urbana é uma prática presente em inúmeros municípios brasileiros, porém em alguns com maior intensidade. Segundo os autores, em Natal (RN), assim como em Maceió (AL), há uma porcentagem significativa de famílias que desenvolvem atividades agrícolas em espaços urbanos.

em Belo Horizonte (MG), a AU é realizada em áreas urbanas periféricas, caracterizadas pela baixa renda dos moradores e pelo déficit de acesso aos serviços e infraestrutura urbana, o que representa uma forma possível de produção e reprodução da vida (Araújo, 2016). Ao longo do rio Negro, no estado do Amazonas, a prática da agricultura é difundida nas cidades e conta com a importante participação de populações indígenas, sendo a produção agrícola destinada principalmente à subsistência familiar, com uma pequena parte do excedente comercializado (Emperaire & Eloy, 2015). No Pará, foram identificadas categorias distintas de agricultores, tendo os que desenvolvem a atividade como principal fonte de renda, servidores públicos que praticam a agricultura de maneira complementar ao seu ofício e comerciantes que realizam agricultura urbana paralelamente ao seu comércio. Em Belo Horizonte os entrevistados apontaram como principais motivações a

segurança alimentar e nutricional conjugada a outros fatores como: o envolvimento da comunidade vizinha na atividade, o aumento da renda, a limpeza dos lotes e a oportunidade de exercer, através das hortas, uma atividade de lazer (Araújo, 2016). A produção de alimentos sem agrotóxicos e o papel terapêutico das hortas urbanas principalmente para os mais idosos foi destacado em Maceió (Santos, 2017). Em Rio Branco o cultivo de plantas alimentares em quintais urbanos auxilia no tratamento de doenças e promove a conservação da agrobiodiversidade, bem-estar aos moradores pela melhoria da paisagem, ambiência microclimática e espaço de lazer (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 5).

De acordo com Locatell e Azevedo (2010), essa ocorrência de cultivos e criações de animais nos espaços urbanos refletem a existência de microcenários do rural no urbano. Assim, há uma transformação de uma parte da paisagem urbana que passa a se caracterizar visualmente como uma paisagem típica de paisagens rurais nos locais em que se observam essas práticas, dando um novo aspecto ao espaço urbano no qual se insere. Como apontam Ferreira e Nóbrega (2019), a partir disso, ocorre,

uma reconfiguração dos espaços urbanos, mediante novos usos do solo, novas estruturas populacionais, novas práticas sociais, dentre outras possibilidades. Para alguns autores como Ferreira e Castilho (2007), este entendimento para ser assertivo, ou seja, a densidade populacional está permitindo a propagação da agricultura urbana (FERREIRA; NÓBREGA, 2019, p. 136).

Savian, Boff e Boff (2021) apontam que apesar de a literatura consultada relate a ocorrência da agricultura urbana nas distintas regiões do Brasil, não existem dados concretos que quantifiquem a proporção da população que pratica alguma atividade agrícola.

Praticada, em geral, em pequenos espaços no urbano, como quintais, terrenos baldios, terrenos íngremes, margens de vias pouco movimentadas, entre outros lugares (SANTOS, 2017). Em quintais domésticos onde o espaço é limitado o cultivo é realizado em vasos (BATITUCCI *et al.*, 2019). Em Belém (PA), Wandscheer e Medeiros (2012) observaram espaços cultivados tanto no centro quanto na periferia do território urbano e destacaram diferenças no tamanho do cultivo de acordo com a localização (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 5).

Os autores apontam, nesse cenário, que os benefícios que envolvem a prática de agricultura urbana, é um dos principais fatores de motivação para tal atividade. Além disso, essas hortas urbanas produzem alimentos para o autoconsumo e para o

comércio local, contribuindo para a circulação de capital e para a segurança alimentar e nutricional.

Nos municípios da Amazônia, Emperaire e Eloy (2015), afirmam que nas hortas urbanas são produzidos alimentos destinados para o autoconsumo e/ou para o mercado informal e as vendas ocorrem na rua ou mediante solicitação. Ao analisarem a dieta de agricultores urbanos em Rio Claro, Eichemberg e Amoroza (2013) relataram que dos 106 itens consumidos, 26,4% (28) foram produzidos em hortas caseiras, havendo predominância no cultivo e produção de frutas. Villares de Carvalho e Nella Branduini (2017) registraram que em Recife, nordeste brasileiro, 38% da produção alimentar urbana é utilizada para autoconsumo (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 6).

Segundo os autores, para as famílias mais pobres, as hortas urbanas podem complementar sua dieta, e em alguns casos ser sua única fonte de nutrição, fornecendo à família uma ampla variedade de alimentos saudáveis e nutritivos. Nesse sentido, se aliadas às políticas públicas, as hortas urbanas representam uma central importância na garantia do direito básico à alimentação.

A riqueza das espécies pode estar relacionada a alimentação, aos usos das plantas e as motivações e características dos agricultores urbanos. A variação de plantas comestíveis cultivadas em jardins urbanos é importante para a dieta das famílias (de Medeiros *et al.*, 2018). Para Emperaire e Eloy (2015) a agrobiodiversidade é o resultado do interesse constante em novas variedades e da circulação de mudas ou sementes na rede social de agricultores, parentes, vizinhos ou conhecidos, e que a manutenção desses recursos depende desse interesse, combinados com um processo contínuo de inovação e experimentação. Siviero *et al.* (2012) observaram ainda que a diversidade de espécies está relacionada ao tempo de moradia e a idade dos moradores, afirmando que, a partir dos casos estudados, a probabilidade de ocorrência de espécies é 3 vezes maior em quintais manejados por moradores com idade superior a 50 anos (SAVIAN; BOFF; BOFF., 2021, p. 6).

Um dado interessante acerca da agricultura urbana, apontado por Savian, Boff e Boff (2021), é que apesar de uma variedade nas hortas urbanas quanto aos gêneros, há uma predominância da mulher nesse tipo de atividade, o que reflete certos aspectos da estrutura social, bem como da divisão sexual do trabalho, sobretudo ao observar a idade de grande parte das mulheres que pratica esse tipo de atividade.

Os autores apontam que em Rio Branco, a responsabilidade pela manutenção dos quintais urbanos é das mulheres, em especial aquelas com idade superior a 50 anos. Somente no estado do Pará, de acordo com os estudos dos autores, a produção comercial de flores e plantas ornamentais realizada em regiões urbanas ou próximas é uma atividade predominantemente masculina (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021). O fato

é que é grande a contribuição para a qualidade ambiental que essas práticas fornecem. Como apontam os autores:

A agrobiodiversidade foi tema considerado em vários artigos e sempre associada as múltiplas finalidades do cultivo de plantas, em especial aos usos alimentar, ornamental e medicinal. Em Santarém foram identificados 25 jardins com 225 espécies alimentares, ornamentais, medicinais e para produção de borracha (WinklerPrins & Oliveira, 2010) enquanto que em Rio Claro (SP), 98 espécies alimentares, com média de 21 por horta (Eichemberg & Amorozo, 2013). Já em Rio Branco, 77 espécies alimentares distribuídas entre 34 famílias botânicas (SIVIERO *et al.*, 2011) e 83 espécies de uso medicinal (SIVIERO *et al.*, 2012). Em diversos municípios do estado do Pará foram registradas 108 espécies de plantas arbóreas e palmeiras de 40 famílias botânicas diferentes (RAYOL *et al.*, 2017). A diversidade genética ocorre também na própria espécie, pois segundo Emperaire e Eloy (2015), foram registradas 106 variedades de mandioca no estado do Amazonas (SAVIAN *et al.*, 2021, p. 6).

Além disso, ao promover uma melhor qualidade de vida, promove também mais cidadania e mais garantias aos direitos básicos dos indivíduos, muitas vezes prejudicados pelas contradições socioambientais. Como aponta Savian, Boff e Boff (2021, p. 9),

A agricultura urbana também é vista como uma ação de cidadania e sugere-se que a atividade seja incluída na agenda de reforma urbana como uma ferramenta para democratizar o planejamento e a gestão do espaço urbano (Visoni & Nagib, 2019). Para tornar o espaço urbano mais democrático, a prática da AU deve ser incluída na pauta de discussão do poder público, para aquilo que estende sobre o "direito à cidade" (Locatell & Azevedo, 2010). No Brasil, o direito a cidade sustentável está descrito no Estatuto da Cidade e é compreendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Amanajás & Klug, 2018; Brasil, 2001). Nesse sentido, para AU tornar-se uma ferramenta de desenvolvimento local é preciso inseri-la na legislação, nos planos diretores e nas políticas públicas municipais.

Assim, percebe-se que as práticas de agricultura urbana vão de encontro às necessidades socioambientais, socioeconômicas observadas em áreas municipais, atuando na melhoria da qualidade ambiental, bem como da qualidade de vida mediante a nutrição da população e da acessibilidade dos cultivos (subsistência ou comercialização) para sociedade. No tópico seguinte, será analisada essa relevância para a cidade de Anápolis.

### 2.3 Produção e comercialização das hortas urbanas no município de Anápolis (GO)

O município de Anápolis está inserido em um contexto importante de produção alimentar no estado, em específico da produção de hortaliças e parte dessa produção está vinculado aos espaços produtivos da agricultura familiar. Também é importante destacar o caráter agrícola da economia goiana, na qual este setor possui significativa relevância. Porém, Anápolis é uma cidade mais voltada para o terceiro setor, o que vai refletir uma dinâmica específica do eixo de produção na cidade perante a economia regional e nacional. Em outras palavras, observa-se que a economia une a indústria ao setor agrícola na circulação de bens na cidade.

No que tange ao estabelecimento de hortas urbanas e comunitárias, a Lei Orgânica do Município de Anápolis é bem clara, em seu artigo nº 283, que traça ações objetivando o abastecimento alimentar e garantia de sua segurança, em conjunto com órgãos do Estado e da União. Este artigo estabelece ainda que é responsabilidade do município implantar programas de lavouras comunitárias, utilizando áreas públicas disponíveis e também áreas privadas mediante convênio. Além disso, estipula que toda a municipalidade deverá incentivar a implantação de hortas comunitárias para o abastecimento das escolas e creches inseridas na comunidade.

Em Anápolis, o Instituto Federal de Goiás (IFG) desenvolve uma série de projetos de extensão voltados à superação de quadros de extrema pobreza e miséria vivenciados por comunidades localizadas na cidade. Um desses projetos, como apontam Oviedo e Oliveira (2020), tem por objetivo capacitar as comunidades em técnicas de agricultura sustentável na horta comunitária do Instituto, sob a práxis de educação ambiental, no intuito de contribuir para superar as problemáticas sociais e ambientais.

Segundo Ferreira e Nóbrega (2019), no estado de Goiás, de modo geral, com sua força econômica e política voltada para o agronegócio, o enfoque econômico é dado na agricultura comercial capitalista, colocando em segundo plano a agricultura familiar, e, por conseguinte, a agricultura urbana. Aponta Medina (2018) que em Goiás sabe-se pouco sobre a relevância quantitativa da agricultura familiar.

Todavia, os autores destacam que é um setor amplamente significativo, que favorece o desenvolvimento e circulação da produção de alimentos no estado, tendo uma significativa parcela de adeptos à essa prática. Entretanto,

o estado de Goiás apresenta uma concentração de terras em produções agrícolas voltadas ao mercado externo e baseadas no monocultivo, podem-se citar a produção de cana-deaçúcar e soja, por exemplo, onde Goiás apresenta a segunda e a quarta maior produção do Brasil, respectivamente. Isso acaba acarretando uma pressão pela necessidade de alimentos, especialmente nas proximidades da capital Goiânia, já que apresenta maior quantitativo populacional, fruto do processo de urbanização e metropolização relativamente recente (FERREIRA; NÓBREGA, 2019, p. 136).

Frente a esse cenário, Ferreira e Nóbrega (2019) apontam que a temática da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil como um todo, deve ser compreendida dentro de uma conjuntura de transformações na sociedade contemporânea, em fruto do crescimento populacional, desenvolvimento tecnológico e pelo processo de globalização. Com esses fatores, que promoveram profundas mudanças nas técnicas e de informação, houve também um aumento da produção e do consumo de alimentos industriais e processados, além do predomínio das monoculturas no setor rural.

Ferreira e Nóbrega (2019), a partir de seus estudos, apontam que Anápolis é uma das microrregiões do estado de Goiás com maior participação na produção de hortifrútiis em 2018, atrás somente de Goiânia, e seguida pelo Entorno de Brasília, como aponta a tabela 01.

**Tabela 01** : Participação das microrregiões goianas na oferta de produtos hortifrútiis—Goiás—2018

Participação das Microrregiões de Goiás – Produção de alimentos			
Microrregião	Quantidade (t)	Valor RS	% participação no estado
<b>Anápolis</b>	<b>145.080,3760</b>	<b>262.557.969,39</b>	<b>28,26976 %</b>
Anicuns	8.083,9859	15.658.078,72	1,57521 %
Aragarças	59,8000	60.829,31	0,01165 %
Catalão	685,4850	1.735.457,75	0,13357 %
Ceres	12.627,3150	20.266.706,25	2,46051 %
Chapada dos Veadeiros	7.813,2940	15.074.346,64	1,52247 %
<b>Entorno de Brasília</b>	<b>79.829,5004</b>	<b>130.698.482,41</b>	<b>15,55525 %</b>
<b>Goiânia</b>	<b>219.970,5951</b>	<b>479.161.576,59</b>	<b>42,86256 %</b>
Iporá	256,2820	583.294,72	0,04994 %
Meia Ponte	11.992,9826	19.957.546,52	2,33690 %
Pires do Rio	15.134,7485	21.102.978,29	2,94909 %
Porangatu	1.915,5998	3.057.552,10	0,37327 %
Quirinópolis	88,3080	278.240,38	0,01721 %
Rio Vermelho	251,8590	296.997,34	0,04908 %
São Miguel do Araguaia	1.319,6040	1.386.521,43	0,25713 %
Sudoeste de Goiás	4.021,3720	6.742.160,89	0,78359 %
Vale do Rio dos Bois	3.590,3150	9.398.053,36	0,69959 %
Vale do Paranã	478,4640	576.595,48	0,09323 %

Fonte: Ferreira; Nóbrega (2019, p. 137).



Os autores apresentam dados coletados da CEASA-GO, e ressaltam a participação das microrregiões do estado de Goiás na produção de alimentos (hortifrútiis) por tonelada ofertada, por valores em reais e por sua porcentagem adquirida no ano de 2018.

Segundo os dados da tabela a microrregião de Goiânia aparece com um quantitativo de 219.970,5951 toneladas ofertado, com valores em reais de 479.161.576,59 e percentual de 42,86256 %. Em seguida destaca a microrregião de Anápolis com um quantitativo de 145.080,3760 toneladas de alimentos (hortifrútiis) produzidos, com valores em reais de 262.557.969,39, e seu percentual em 28,26976 % na participação; já o Entorno de Brasília aparece com um quantitativo de 79.829,5004 toneladas de alimentos (hortifrútiis) produzidos, com valores em reais de 130.698.482,41 e percentual de 15,55525 %. Com isso, verifica-se a importância da microrregião de Anápolis para produção de alimentos, mais especificamente de hortifrútiis.

Dessa forma, a agricultura urbana se lança como uma alternativa às problemáticas socioambientais geradas pelo aumento do contingente populacional nas cidades, sobretudo nos fatores ligados à alimentação, saúde e geração de renda. Além disso, contribuem para a melhoria da qualidade ambiental das cidades, bastante prejudicada pela ocupação urbana e todo o desmatamento gerado.

Neste contexto, para que a agricultura urbana possa manter uma relação direta com a qualidade dos alimentos, saúde e soberania, faz-se fundamental associá-la às técnicas agroecológicas que, segundo Guzmán (2005), refere-se a um trato ecologicamente responsável dos recursos, integrando também conhecimentos de variadas ciências. Destaca-se também que para a agroecologia é muito importante contribuir para o resgate do saber popular, que não tem se limitado somente ao espaço rural, sendo aplicada também em espaços urbanos. De modo geral é importante destacar que a agroecologia se baseia na construção de uma relação de equilíbrio e interação, de forma harmoniosa, entre os seres humanos, as plantas, os recursos naturais, o solo, a energia solar, entre outros organismos existentes. Acredita-se que somente desta forma será possível que o agrossistema se torne produtivo (ALTIERI, 2004). A agroecologia busca integrar os saberes históricos dos camponeses com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (FERREIRA; NÓBREGA, 2019, p. 137)

Ferreira e Nóbrega (2019) ainda aponta que a agricultura urbana pode ser um fator a contribuir de forma eficiente para a segurança alimentar da população, na construção de novos espaços de interação social, na troca de conhecimentos e no equilíbrio harmonioso entre seres humanos e a natureza.

Uma das características da cidade de Anápolis, que contrasta com sua realidade social e demográfica, é a grande ocorrência de lotes e terrenos baldios nos bairros da cidade, inclusive em sua porção central. São áreas vazias e desmatadas, muitas vezes tomadas pelo mato ou por lixo, que poderiam ser aproveitadas e convertidas em circulação de capital e de alimentos para melhor atender às necessidades de alimentação da população.

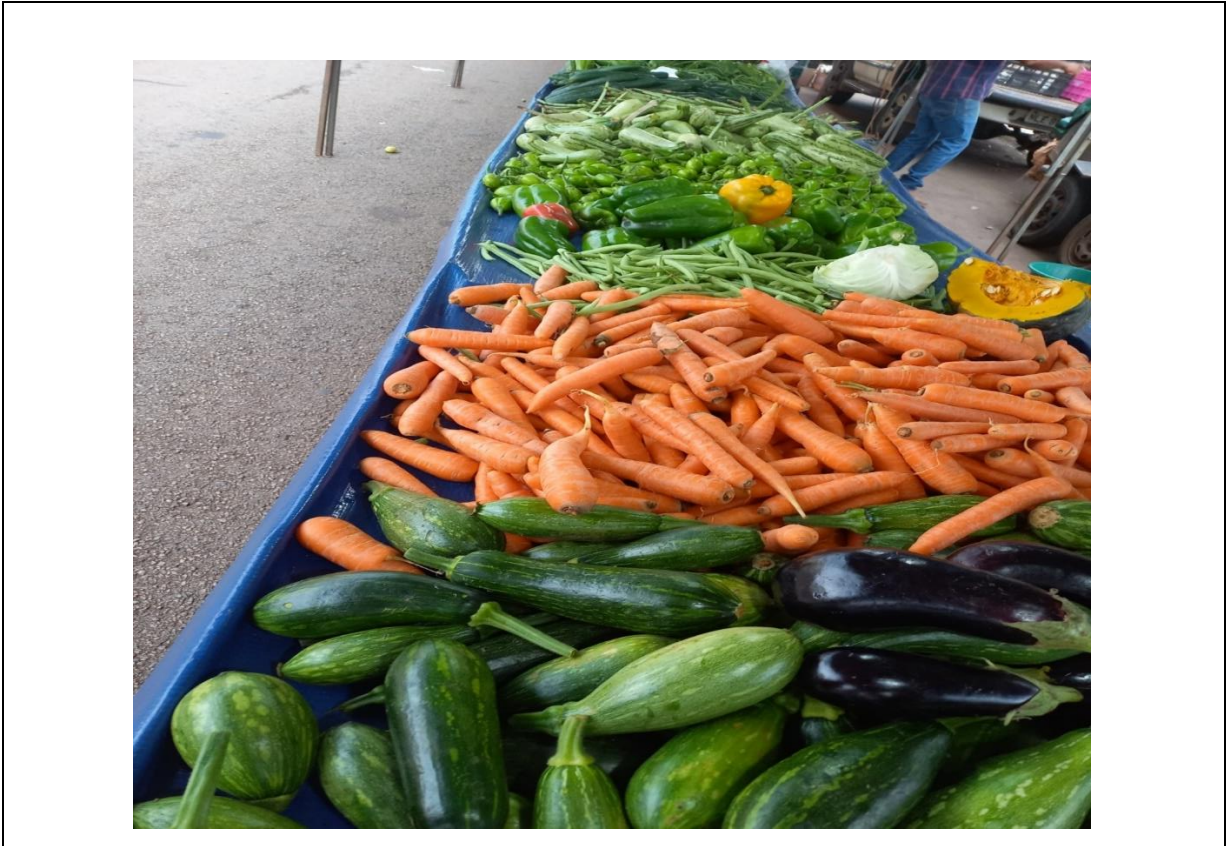
É um dos fatores importantes para a circulação de capital das hortas urbanas na cidade é a atividade comercial desenvolvida e despenhada por pessoas (pequeno agricultor familiar e outros) inseridas nesta lógica de produção/cultivo. E com base na comercialização dos seus produtos, estas pessoas têm como elemento de destaque a sua participação e circulação dentre os mercados e as feiras livres da cidade de Anápolis, na qual expressam uma prática tradicional de comercialização, mas com característica comercial moderna. Um fator importante da existência ou da implantação das feiras na cidade é por fornecer uma diversidade de seu uso (espaço) e ao mesmo tempo proporcionar a população fácil acesso aos produtos e igualmente, permanecendo nas proximidades do comércio e das residências (ver ilustração 03 e 04).

**Ilustração 03:** Ilustração da feira livre no bairro JK Nova Capital na cidade de Anápolis, 2022



Fonte: Própria (2022)

**Ilustração 04:** Ilustração da banca da feira livre no bairro JK Nova Capital na cidade de Anápolis, 2022



Fonte: Própria (2022)

As feiras livres desempenham um papel muito importante para o comércio da cidade favorecendo a economia local, na manutenção da renda e na sociabilidade (econômica/cultural) entre agricultor, feirante e consumidor. As feiras também ajudam na consolidação da agricultura familiar na sociedade, sobre a ótica da representação do agricultor como feirante/comerciante no espaço público urbano.

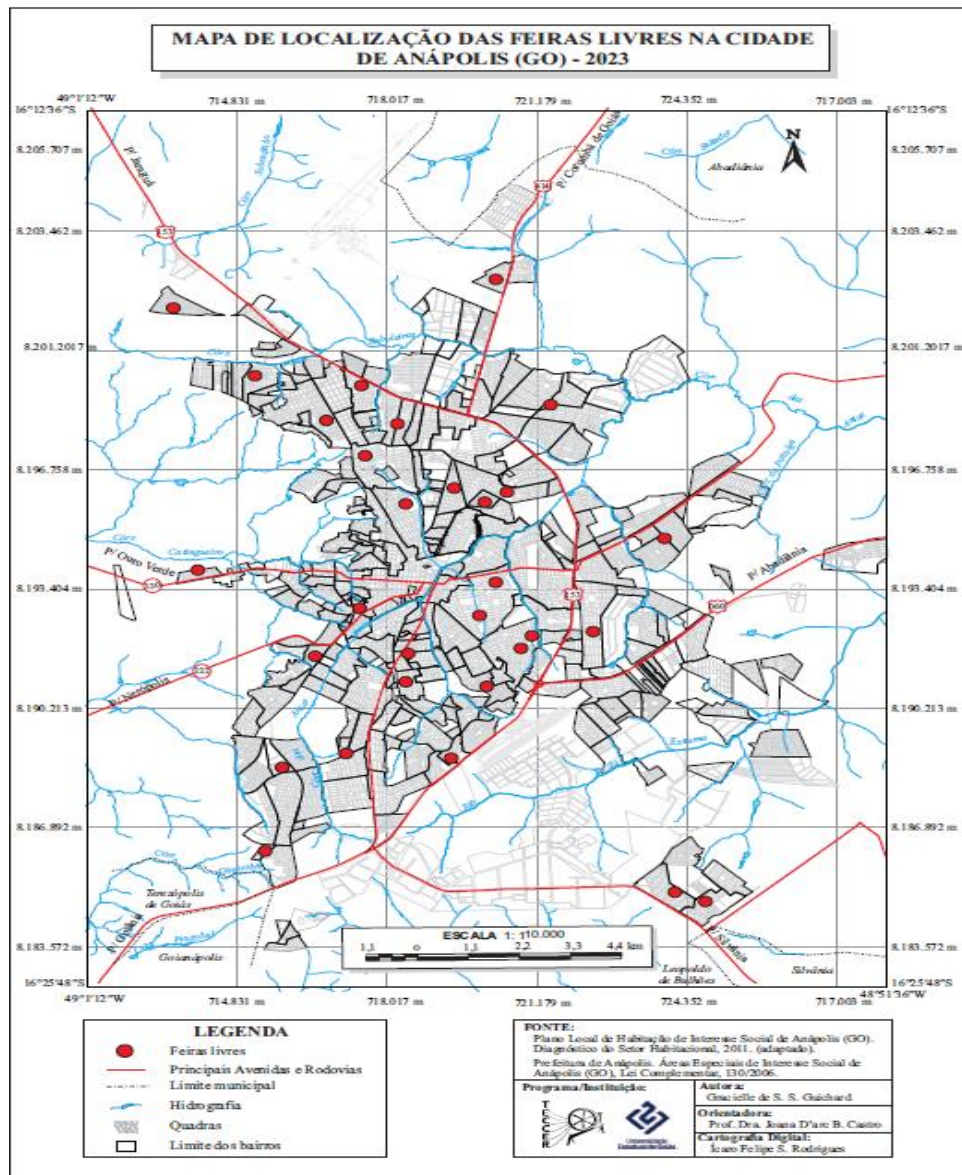
As ilustrações 03 e 04 apresentam a tamanho peculiar da feira livre do bairro JK Nova Capital atraindo pessoas (clientes) do bairro e de localidades próximas (bairros vizinhos) fornecendo variados produtos e preços acessíveis. Na ilustração 03 verifica-se a organização e o arranjo das bancas, no qual cada feirante tem seu espaço delimitado com produtos específicos como banca de hortaliças, banca de produtos variados, banca de legumes, banca de frutas; além da existência da famosa banca do pastel, da pamonha, do doce, dos produtos lácteos (queijos), artesanatos e outros.

Os produtos expostos na banca na ilustração 04 apresenta uma variedade de frutas, hortaliças, legumes e proporciona aos clientes alimentos frescos e saudáveis.

E estes produtos são vendidos no kilo, em bandejas, no sacolão (diversos produtos), por unidade com preços que variam de acordo com a escolha de compra do cliente.

Portanto as feiras livres são essenciais vista como um ponto de apoio para aqueles que necessitam de vender/comercializarem sua mercadoria, e sua localização é fundamental tanto para o consumidor como para o feirante. Esse fator é importante por fornecer alimentos fresco/saudáveis, agilidade e promove preços e absorver os produtos (ver ilustração 05).

**Ilustração 05:** Mapa de localização das feiras livres regulares em atividade na cidade de Anápolis, 2023



Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura de Anápolis (2023)



Assim, as feiras livres na cidade correspondem aos espaços públicos (praças/feirões/ruas) localizados em determinados bairros da cidade, próximas das redes de comercialização que atende a população local. (ver quadro 07).

**Quadro 07:** Lista de feiras regulares em atividade na cidade de Anápolis em 2022

<b>BAIRRO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO/END</b>	<b>DIA/SEMANA</b>	<b>HORARIO DE FUNCIONAMETO</b>
Aldeia dos Sonhos	Rua Corumbá,	Quinta-feira	14h às 20h
Alexandrina (feirão)	Avenida Nair Xavier Nunes	Domingo	06h às 14h
Bairro De Lurdes	Avenida Comercial	Sexta-feira	14h às 20h
Bandeiras	Rua Jonas Duarte	Sábado	16h às 22h
Boa Vista	Rua das Rosas-Praça Bené Silva	Quarta-feira	14h às 21h
Calixtópolis	Rua Niquelândia	Terça-feira	14h às 21h
Estádio Jonas Duarte	Av. Brasil Sul	Terça-feira	06h às 14h
Filóstro Machado	Rua Jornalista Eurípedes Gomes	Terça-feira	16h às 21h
IAPC (feirão)	Rua Benvindo Machado	Sábado	06h às 14h
Industrial Munir Calixto	Rua 6	Sábado	14h às 20h
Jandaia	Rua G	Sexta-feira	14h às 20h
Jaiara	Rua Ouro Branco	Quinta-feira	06h às 14h
Jardim Alvorada	Rua H	Quinta-feira	14h às 20h
Jardim Esperança	Rua Edward Bezerra	Terça-feira	14h às 21h
Jardim Progresso	Avenida 10	Quarta-feira	14h às 21h
Jundiá (feirão)	Rua Visconde De Taunay	Quinta-feira	06h às 14h
Jundiá (feira orgânica)	Parque Ipiranga	Terça-feira	A partir das 14h
JK Nova Capital	Rua 22 c/ Rua 21	Quarta-feira	16h às 22h
Maracanã	Rua 6 (Parque Da Matinha)	Quarta-feira	06h às 14h
Parque do Praia	Estacionamento do parque	Sexta-feira	14h às 22h

Polocentro	Avenida Cantor Sinhozinho	Quinta-feira	14h às 20h
Recanto Do Sol	Avenida Do Estado Esquina Com R. Swb	Quarta-feira	14h às 22h
Reny Cury	Rua Rc6	Sábado	14h às 20h
Santo André	Avenida Sócrates Diniz	Sexta-feira	14h às 20h
Santa Clara	Rua Sc8.	Quinta-feira	14h às 20h
Santo Dumont	Rua Wilmar Aldar Ramos	Sábado	14h às 20h
São Jorge	Rua Federal	Sexta-feira	06h às 14h
Santa Isabel	Rua Colômbia	Domingo	06 às 14h
Vila Formosa 4ª Etapa	Rua 11	Segunda-feira	06h às 14h
Vila São Joaquim	Avenida Cachoeira Dourada	Quarta-feira	16h às 22h

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura de Anápolis (2022)

Segundo dados do site da prefeitura municipal de Anápolis (2023), as feiras livres, são implantadas, orientadas e supervisionadas pela Secretaria municipal de Indústria, Comércio, Trabalho, Emprego e Renda (SEMICETR), e fiscalizada pela Secretaria da Economia no âmbito da Diretoria de Posturas, em que destinam-se à venda, ao comércio varejista de produtos alimentares, hortifrutigranjeiros, pescados laticínios, carnes e derivados, artesanatos e entre outros. E todas as feiras citadas são regulares, coordenadas e administradas, por órgãos responsáveis pela manutenção dos espaços físicos, bem como evitando conflitos e outros acontecimentos nas feiras. O funcionamento das feiras livres acontece em diferentes bairros da cidade sob a organização da SEMICETR, com dias e horários específicos para cada uma.

Conforme o quadro 07, cada feira livre tem seu dia da semana específico para o funcionamento com horários intercalados de acordo com o local (bairro); As feiras livres ocorrem na semana nos dias de terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo com horários entre 6h às 14h, 14h às 20h, 14h às 21h, 14h às 22h, 16h às 22h e exceto a feira orgânica que acontece a partir das 14h, assim, alternando-se para manter o controle das feiras e sua localização diária. Portanto, a SEMICETR, é responsável pela organização das feiras livres estabelecendo normas (instalação/autorizações) para garantia de um bom funcionamento, e estas independentes das condições estipuladas poderão ser remanejadas ou extintas.

Segundo Costa e Santos (2016) as feiras exibem maior flexibilidade na inovação dos produtos e apresenta formas organizadas de trabalhar (venda produtos) no espaço urbano e ressaltam que:

Quanto à forma e função espacial, as feiras livres se materializam no espaço como formas comerciais de caráter socioeconômico e cultural. Os mercados periódicos, com pequena ou grande dimensão, organizam-se nas ruas e praças, onde feirantes expõem diversos tipos de produtos, desde aqueles confeccionados com técnicas inovadoras até as mercadorias produzidas nos moldes mais rudimentares. Com os produtos expostos em estruturas de barracas, atraem populações locais ou mesmo de uma região (COSTA; SANTOS, 2016, p.3).

Ao analisar as feiras livres da cidade de Anápolis, constata-se que a demanda por novos produtos (orgânicos e outros) faz com que os produtores/comerciantes busquem a diversificação das hortas, ou seja, dos produtos para agradar seus compradores. Isto gerando qualidade no desempenho das feiras, e objetivando um número maior de consumidores, e impulsionando a circulação da produção/cultivo dessas hortas, ocasionado o aumento da economia urbana local.

Conforme Santos (2006), o circuito prevalece de acordo com a produção, e se torna importante, ficando direcionada conforme a situação da produção. Esses pontos expressam a circulação da produção, da comunicação sob a forma de símbolos, ou de sinais, que estão associados à maneira de produzir/cultivar, junto aos agentes motivadores, controladores das redes geográficas, dos fluxos e suas interações espaciais.

Segundo Corrêa (1997), esses fluxos e interações correspondem na circulação de pessoas, transportes, mercadorias e outros. A localização das hortas é relevante para sua identificação e, podem variar de acordo com áreas/espços cultivados na cidade. Deste modo, as feiras livres se manifestam com a realidade da produção/hortas e dos acontecimentos existentes no espaço urbano, no qual o movimento na cidade atua a partir das relações sociais e comerciais.

### *2.3.1 A questão socioespacial das hortas urbanas na cidade de Anápolis*

As hortas urbanas se distinguem pela sua própria especificidade ou pelos os objetivos que são produzidas/cultivadas ou no que pretende alcançar. Deste modo, as hortas urbanas ganham uma significativa presença no espaço das cidades, em que

ao mesmo tempo constrói espaços de harmonização e bem-estar entre meio local e a comunidade (bairros/escolas e outros). Em outra ótica as hortas urbanas estabelecem uma configuração socioespacial de maneira que suscite seu desenvolvimento em face do seu objetivo para a necessidade alimentar de produzir/cultivar ou para a necessidade de ganhos/renda na comercialização destes produtos.

Conforme Machini (2018), as hortas de maneira geral não possuem autorizações formais do poder público para existir ou para a ampliação de seu cultivo. Por isso, diferentes táticas são desenvolvidas para garantir a permanências da produção nos espaços urbanos, gerando assim uma coletividade, uma sociabilidade de buscar autonomia para a ação na cidade.

Apesar dessa autonomia na produção em espaços urbanos, é necessário compreender que há políticas de desenvolvimento urbano gerida pelo poder público. Assim, Gostein (2001), destaca que a forma de ocupação do território ou das cidades, se baseia nas políticas que sustentam o parcelamento, o uso e ocupação do solo, os instrumentos e práticas urbanísticas que possam viabilizar estas ações. Segundo Carlos (2008), o uso do solo está direcionado aos processos que envolvem as relações capitalistas de produção e da necessidade do ser humano em ocupar o espaço. Assim, “O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (GOSTEIN, 2008, p. 45). Neste sentido, de produção, reprodução e ocupação a cidade também consistir em uma forma de apropriação do espaço urbano produzido, por nela conter/existir condições pautadas nas relações sociais diversas (mais-valia e entre outros) em uso deste solo.

A distribuição socioespacial das hortas na cidade de Anápolis, está alocada em diferentes pontos de determinados bairros da cidade. Estas sendo observadas a sua estrutura (tamanho, lavoura, local e outros) em que ao mesmo tempo tem sua especificidade caracterizada em conformidade com o sistema produtivo local, ou seja, com seu modo de produção/cultivo.

Segundo Hirakuri, Debiasi e Procópio (2012, p.12) “O sistema de cultivo refere-se às práticas comuns de manejo associadas a uma determinada espécie vegetal, visando sua produção a partir da combinação lógica e ordenada de um conjunto de atividades e operações”. Os cultivos correspondem a fases (manejo do espaço, cuidados, controle, colheita e outros) em que interligadas a atividades complementares (escolha da área, insumos, mão de obra e outros) estabelecem um



seguimento pertinente a sua prática em determinados espaços seja na cidade ou no campo. Logo, o sistema de produção refere-se a seu arranjo no espaço e na caracterização em relação ao seu sistema de plantio seja de monoculturas, rotação/sazonal, policultivo e outros. Deste modo, os autores ressaltam que “o sistema de produção é composto pelo conjunto de sistemas de cultivo e/ou de criação no âmbito de uma propriedade rural, definidos a partir dos fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra) e interligados por um processo de gestão” (HIRAKURI, DEBIASI e PROCÓPIO, 2012, p.13). Igualmente, o sistema de produção estabelece uma interação contígua ao sistema de cultivo na qual formam determinados sistema a partir da escolha da prática de manejo adotada para o plantio.

A realidade encontrada nos espaços de produção/cultivo dessas hortas nas áreas urbanas da cidade de Anápolis, segue em um caráter distinto em que é marcante a presença (camponês/agricultor), a influência do campo, ou seja, modo de vida rural enraizada, e ao mesmo tempo nestes locais de produção/cultivo das hortas urbanas, encontra-se sujeitos/pessoas urbanos que viram nas hortas a oportunidade de ganho/renda ou para o sustento/subsistência da família.

Distintas hortas/cultivos integram uma parcela para subsistência e outra para autoconsumo, ou seja, para a venda em pequenos espaços no próprio bairro. Assim, Hagemann (2015, p.12) ressalta que

Produzir para o autoconsumo vai além da subsistência, pois a produção para subsistência se limita a produzir somente para o consumo familiar. A produção para o autoconsumo, por sua vez, considera que a propriedade produz itens para a venda, isto é, parte do seu consumo é adquirido no mercado, enquanto parte ou alguns itens não são comercializados, ou seja, são produzidos para o consumo familiar.

Essa produção/cultivo de autoconsumo também é desenvolvida em pequenas propriedades (lotes/quintal, área pública e escolas), com capacidade de produzir excedentes para o grupo familiar e comunidade local (ver ilustração 06 e 07).

As ilustrações 06 e 07, aqui apresentadas são especificamente o recorte da análise do uso do espaço urbano com fins agrícolas. Assim, visando à produção de alimentos na cidade em pequena escala, seguindo a lógica de produção, consumo e comercialização.

**Ilustração 06:** Ilustração do cultivo de horta de autoconsumo localizada no bairro Parque Calixtópolis na cidade de Anápolis, 2021- 2022



Fonte: Própria (2022)

Na ilustração (06) observa-se que a residência do produtor (família) e a horta divide o mesmo espaço (terreno/lote) que corresponde a um tamanho total de 300m<sup>2</sup>. A residência e o local de circulação da família ocupam um espaço de 150m<sup>2</sup>, e assim, permanecendo aproximadamente 150m<sup>2</sup> livre para o cultivo da horta e a criação de pequenas aves (galinhas). Vê-se que o ambiente e os canteiros estão estruturados e organizados permitindo o cultivo de diferentes hortaliças (alface, couve, cebolinhas e outros) e o acesso para a manutenção e cuidados.

**Ilustração 07:** Ilustração da venda/comercialização da horta de autoconsumo localizada bairro Parque Calixtópolis na cidade de Anápolis no período de 2021-2022



Fonte: Própria (2022)

A ilustração 07 retrata o local destinado para comercialização deste cultivo (hortaliças), o produtor instala uma pequena banca (artesanal) sobre a calçada da rua, de baixo de uma árvore, encostada no muro da residência. O produtor mantém os mesmos cuidados na preparação/arrumação (preço, separados, amarrados e limpos) e manutenção dos produtos para venda. Nesta imagem é observável a delicadeza e dedicação que o produtor tem com sua mercadoria desde o cultivo até sua comercialização.



A agricultura de subsistência abrange diferentes conceitos no qual diferentes autores apontam que os cultivos de subsistência, autoconsumo e sustentável são conexos no mesmo propósito. Prado Junior (1979), distingue que a agricultura de subsistência está diretamente conectada ao autoconsumo para aqueles que vivem no campo, mas com uma mínima possibilidade para venda/comercialização. Conforme Silva (1980), a agricultura /cultivos de subsistência ultrapassa as necessidades básicas alimentares das famílias, ou seja, ela também de certa forma insere esse grupo familiar nas relações de (re) produção no espaço, assim, garantindo uma pequena constituição no mercado.

A produção/cultivo de subsistência também é caracterizada por ser cultivada em pequenas áreas, realizada por pequenos produtores, com produção em pequena escala, com uso de insumos naturais, com cultivos distintos (hortaliças, frutas e outros) e limitados apenas para consumo próprio. A intenção de seu cultivo está direcionada ao sustento da própria família, ou seja, voltada para sobrevivência de um grupo, seja familiar ou comunitário (ver ilustração 08).

**Ilustração 08:** Ilustração do cultivo/horta de subsistência localizada no bairro Campos Elísios na cidade de Anápolis em 2022



Fonte: Própria (2022)

A horta de subsistência é um local de participação familiar e ao mesmo tempo de interação social. Isto permitindo a produção de alimentos e possibilitando o sustento das pessoas que o cultivam e das pessoas que residem (vizinhos de bairro) próximas da horta. A ilustração 08 desta horta doméstica de subsistência, nos apresenta uma variedade de produtos cultivados (alface, repolho, cebolinha, coentro e couve) em um pequeno espaço no fundo do quintal da residência com um arranjo que possibilita a entrada de raios solares, havendo também um pequeno poço para irrigação e os canteiros divididos por espécie cultivada. A horta é orgânica, usando apenas adubos naturais (esterco/compostagem) e as sementes/mudas são retiradas do próprio canteiro ou recebidas da vizinhança.

Segundo Abreu (2012), as hortas comunitárias são classificadas como locais de lazer, aprendizagem e de convívio entre gerações, apresentando um grande contributo a nível social. Seus espaços ou áreas ocupadas podem variar de canteiros, escolas, quadra de ruas da cidade, terrenos públicos, particulares e entre outros.

No espaço urbano da cidade foi verificada que há uma singularidade de horta comunitária em espaços escolares municipais e estaduais. Segundo o site da Prefeitura Anápolis-Goiás (2022), os cultivos de horta nos espaços escolares estão apoiados por projeto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação com Projeto de Arborização, Jardinagem e implantação de Horta Orgânica e Medicinal. Na qual o projeto visa à valorização do meio ambiente e dos espaços verdes.

Assim, na perspectiva educacional da horta escolar contribui para modificação dos hábitos alimentares dos alunos, bem como estabelece estratégias interdisciplinares promovendo a educação ambiental por meio de atividades na horta gerando conhecimento e experiência pessoal e outros (ver ilustração 09).



**Ilustração 09:** Ilustração da horta escolar comunitária localizada no CMEI Professora Leonor Marques Bastos Silva no bairro Jardim Itália na cidade de Anápolis em 2022



Fonte: Própria (2022)

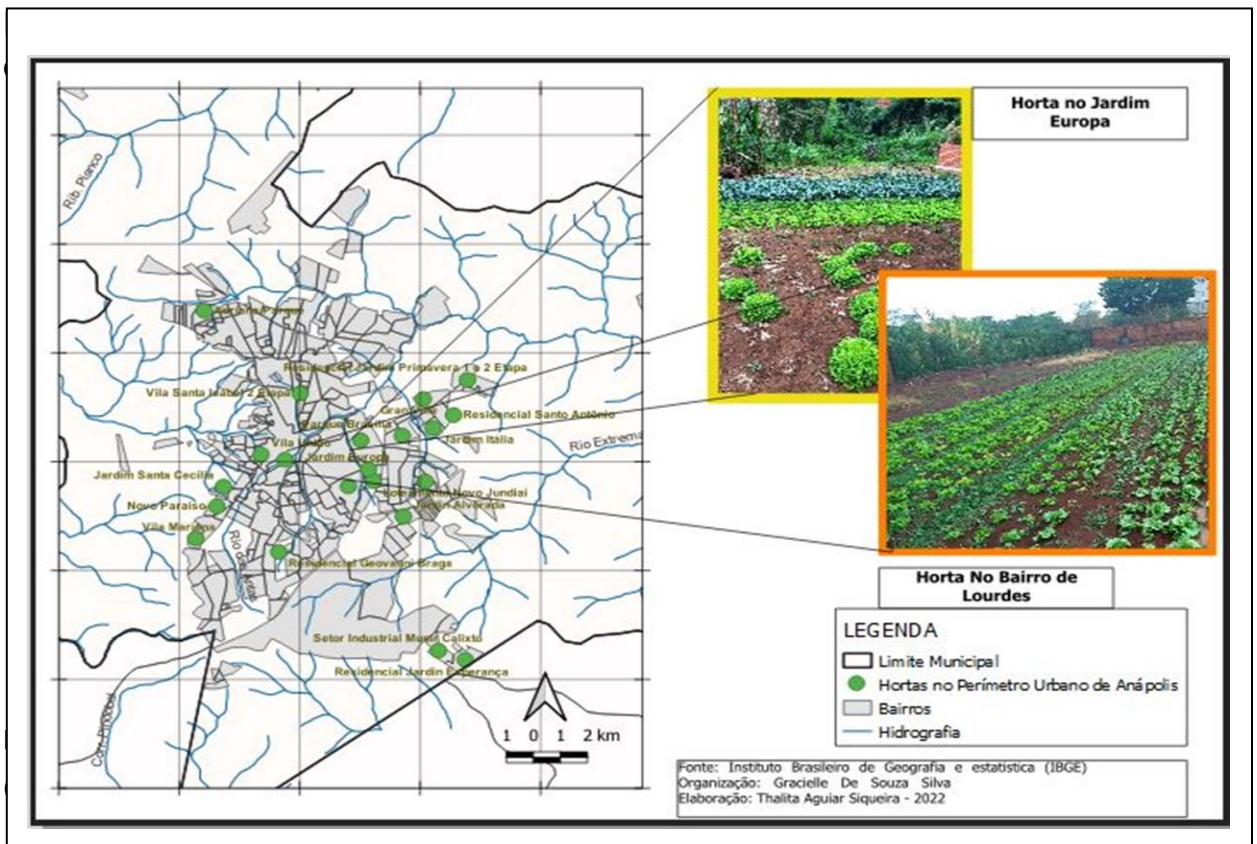
Na ilustração 09 observa-se que o canteiro da horta escolar do CMEI está dividido/inserido de forma harmoniosa, possibilitando o contato visual e o manejo. Também é possível verificar a existência de uma variedade de hortaliças (alface, couve, cebolinha, coentro e outros) de plantas medicinais (hortelã, alecrim e capim-cidreira) e ambas cultivadas com a ajuda da comunidade escolar (pais dos alunos/professores/funcionários da unidade).

Ao se pensar na construção/cultivos de novos espaços com hortas urbanas comunitárias na cidade de Anápolis, cogita-se a importância na promoção de espaços verdes, na criação da sustentabilidade local, na motivação de ganho e renda para determinados grupos familiar/comunitário (baixa renda/desempregados e outros), e que promovam nas pessoas a conscientização e seriedade da preservação/conservação ambiental de determinados espaços na cidade. Assim, gerando a inspiração para cultivos sustentáveis (alimentos saudáveis) e contribuindo

para o bem-estar da população local. A horta comunitária num caráter geral acrescenta junto à comunidade valores e conhecimentos sobre as práticas agroecológicas (cultivos orgânicos) e, assim, favorecendo a participação da sociedade e suscitando em outros espaços (particular/ privado) a importância de praticar a agroecologia. Essa atividade nos espaços urbanos tem ganhado proporções em um constante crescimento/acessão, promovendo um campo de investigações por diversos fatores interligados a questões de cunho social, ambiental, político, econômico e etc..

A dinâmica de ocupação socioespacial das hortas na cidade está compreendida nestes dois aspectos de produção/comercialização produzida em espaços particulares e cultivo/subsistência aqueles produzidos em pequenos espaços particulares, público ou às vezes espaços cedidos. Estas hortas encontram-se distribuídas em distantes áreas na cidade de Anápolis (ver ilustração 10).

**Ilustração 10:** Ocorrência de hortas no espaço urbano de Anápolis



Fonte: IBGE (2022)

Essa ilustração 10 nos permite verificar a ocorrência de hortas no espaço urbano da cidade e sua abrangência local. Sendo que determinados bairros não possui o cultivo de horta e em outros a ocupação/produção é menos intensa localizando apenas uma horta por bairro, já em outros bairros podendo ser localizada duas ou mais hortas na mesma imediação.

Segundo Souza (2018), em uma pesquisa realizada no ano de 2018, a cidade Anápolis em sua totalidade possui um quantitativo de 298 bairros. Essa listagem só foi/é possível em razão de dados obtidos/informações/encontrados e fornecidos pela Mapoteca da Prefeitura da cidade e com pesquisas realizadas em sites e outros. Deste modo, a observação espacial das hortas urbanas na cidade, ocorrera a partir da localização das hortas pesquisadas em determinados espaços/bairros/região e não do quantitativo de bairros existentes na cidade. Os bairros listados abaixo fazem parte da pesquisa (início) em que objetivou a coleta de informações sobre a caracterização de determinadas hortas localizadas no espaço urbano da cidade. (ver quadro 08)

**Quadro 08:** Bairros pesquisados para verificação da existência das hortas urbanas na cidade de Anápolis, 2022

<b>CIDADE DE ANÁPOLIS GOIÁS</b>	
<b>BAIRROS PESQUISADOS</b>	<b>REGIÃO</b>
Parque Brasília	Leste
Anápolis City	Leste
Vila Santa Isabel 2etapa	Leste
Summerville	Leste
De Lurdes	Leste
JK Nova Capital	Leste/Oeste
Novo Jundiáí	Leste
Jardim Alvorada	Leste
Setor Daiana	Leste



Jardim Esperança	Sul
Vila União	Sul
Vila Mariana	Sul
Novo Paraiso 2etapa	Sul
Bem Vindo Machado	Sul
Jardim Europa	Leste
Jardim Santa Cecilia	Sul
Munir Calixto	Leste
Santo Antônio	Leste
Granville	Leste
Adriana Parque	Norte
Jardim Primavera 1 e 2 etapa	Leste
Recanto do Sol (Sítio de Recreio Jardim Boa Vista)	Norte
Residencial Geovanni Braga	Sul
Jardim Itália	Leste
Campos Elíseos	Leste

Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura de Anápolis (2022).

Ao se considerar a questão socioespacial das hortas urbanas na cidade, constata que a relação entre produção/cultivo e consumo, possibilita o agricultor urbano e outros sujeitos inseridos nesta perspectiva de agricultura urbana agregar, ou seja, trabalhar com processos diversificados e alternativos. As hortas localizadas em determinados bairros da cidade de Anápolis, consiste-se na existência do manejo, ou seja, da prática de cultivos convencional, hidropônica e orgânica.

A agricultura convencional/tradicional constitui-se na utilização de técnicas tradicionais que agreguem melhor desempenho no manejo do solo motivando o

aceleramento (crescimento das plantas) da produção para a comercialização em grande, média ou pequenas escalas (ver ilustração 11).

**Ilustração 11:** Ilustração da produção/cultivo de horta convencional na cidade de Anápolis, 2022



Fonte: Própria (2022).

A ilustração 11 retrata uma horta grande convencional em que são cultivados legumes e hortaliças. Nesta horta verificasse a aplicação de sistema de irrigação (aspersão/gotejamento) por possuir fácil acesso e disponibilidade de água (rio/córrego) no local. A sua estrutura é arranjada de forma linear e os canteiros são divididos/separados por espécie cultivada (couve, alface, cebolinha, abobrinha e outros), o solo entre os canteiros sempre limpo, arejado, drenado e protegido por uma cerca de arame farpado garantindo o desenvolvimento das plantas.

Segundo Basso e Gehlen (2014, p.5) “Seus sistemas produtivos são intensamente técnicos e altamente demandantes de capital financeiro e, também, altamente dependente de insumos externos, de crédito agrícola, de conhecimento técnico e de mão-de-obra qualificada”. Assim, promovendo melhor ganho/rendimentos e rapidez na produção/cultivo.

Segundo Neto e Barreto (2012), a prática do cultivo hidropônico, ou seja, hidroponia é um conjunto de técnicas na qual não se utiliza o solo para o cultivo e as plantas são cultivadas em recipientes de tubulações colocadas na água (soluções

nutritivas) e as mesmas se desenvolvem em menos tempo (definido/temporizado) devido à utilização de determinados métodos e técnicas associadas e empregados junto ao manejo (ver ilustração 12).

**Ilustração 12:** Ilustração da produção/cultivo de horta hidropônica localizada na cidade de Anápolis, 2022.



Fonte: Própria (2022).

Na ilustração 12, observa-se que a estrutura é coberta por uma tela (sombrite), a base é feita de madeira e ferro para suportar o peso dos canos/tubos e das hortaliças (rúcula, coentro, alface e outros) que estão alojadas, ou seja, o peso da horta hidropônica. Conforme os autores a hidroponia é uma técnica de cultivo usada na prática de diversas espécies de plantas, na qual a maioria dessas espécies são aquelas de pequeno porte (agrião, alface, cebolinhas coentro e outras), ou seja, aquelas mais adaptáveis/ adequadas para esse cultivo hidropônico. Em escala de lucratividade a hidroponia fornece rapidez e maior rentabilidade financeira/lucro para quem a produz, e essa prática tem se desenvolvido cada vez mais nos espaços da agricultura familiar em pequenos espaços localizados principalmente em áreas urbanas (lotes/pequenas áreas) em meio cultivo e diferente das outras práticas conhecidas.

A agricultura orgânica é aquela cujo seu manejo está envolvido com técnicas e uso de adubos/fertilizantes naturais (orgânicos), possibilitando uma produção/cultivo sustentável.

Assim:

A agricultura orgânica é baseada nos conceitos de sustentabilidade tendo ligação direta com a biodiversidade, preservando a fauna e a flora, portanto não contamina os rios e o solo com agrotóxicos, pois os orgânicos trabalham com o controle biológico para o combate de pragas, através do Manejo Integrado de Pragas – MIP, adubação verde e outros. Dentro da metodologia orgânica, a utilização de técnicas de conservação de solo como cultivo mínimo e de adubação verde, pode trazer inúmeros benefícios ao solo, como proteção contra o intemperismo natural, redução de riscos e de erosão e o aumento da fertilidade dos solos (SILVA, POLI; 2020 p. 9).

Segundo Paschoal (1994), o manejo da agricultura orgânica é dotada de princípios e técnicas que ajudam na conservação do solo, da água, na incorporação da matéria orgânica e entre outros. Assim, viabilizando a produção /cultivo de alimentos saudáveis, ou seja, sem o uso de fertilizantes químicos (ver ilustração 13).

**Ilustração 13:** Ilustração da produção/cultivo de horta orgânica localizada na cidade de Anápolis, 2022.



Fonte: Própria (2022).

Nota-se na ilustração 13 que a estrutura da horta orgânica é feita com bambu, coberta com tela (sombrite), a divisão/separação das hortaliças feita por espécie cultivada, os canteiros delimitados por filme plástico branco e sustentado por Madeirit. A cobertura do solo é feita com palha de arroz e esterco bovino (gado), a irrigação é feita por aspersão e cercada/envolta por uma tela de arame protegendo toda área. Esta imagem (ilustração) retrata com clareza os cuidados e a delicadeza que o produtor urbano tem com o manejo da horta orgânica. Isto motiva a população e determinados grupos sociais (comunidade/escolas/outros) a pensar e construir novos espaços de cultivos seja para subsistência de determinados grupos ou para comercialização

Portanto, a harmonia desses espaços de cultivos (hortas urbanas) na cidade, estimula a convivência da população com o ambiente e apresenta contextos diferentes e diversificados com a realidade local, em que também abriga elementos produtivos, de distribuição, comércio e consumo. Ao mesmo tempo privilegia e interliga em um único espaço as relações socioambientais, socioeconômicas e as relações de produção.

Assim, caracterizando um círculo de cooperação envolvendo o local, o regional e o nacional; atribuindo característica própria em relação ao uso do seu espaço seja urbana ou rural. Para uma melhor compreensão sobre os circuitos espaciais de produção Castillo e Frederico (2011) ressaltam que o circuito remete a centralidade da circulação e a espacialidade apresenta um papel ativo em que é produzida (re) produzida no espaço a partir de fases articuladas no interior da produção indiferente das suas atividades ou especializações produtivas. Segundo Milton Santos (1986) os circuitos espaciais de produção tem a capacidade de apresentar, ou seja, demonstrar o uso diferenciado do espaço a partir dos agentes envolvidos e da compreensão da hierarquia de lugar por meio da articulação das pessoas, da distribuição da força de trabalho, dos agentes sociais, das atividades produtivas, de consumo e outras configurações espacial.

Nessa perspectiva, analisamos algumas ações do pequeno produtor de hortas urbanas na cidade de Anápolis, a partir do circuito espacial de produção, da sua inserção no mercado comercial, na localização das atividades permitindo a verificação do perfil das pessoas envolvidas nesta prática produtiva.



### **3 CARACTERIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS DE PRODUÇÃO DAS HORTAS URBANAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO)**

Neste capítulo, apresenta-se os dados obtidos na pesquisa de campo, relativos ao cultivo de hortas urbanas na cidade de Anápolis, e seus circuitos espaciais referentes à sua produção/cultivo e comercialização local. Também verificado a participação do agricultor familiar urbano e sua relevância (comercial, social, cultural e outros) na construção de novos espaços produtivos na cidade.

#### **3.1. Método de pesquisa**

Essa pesquisa teve como princípio analisar atividade da Agricultura Urbana na cidade de Anápolis, buscando identificar e caracterizar os circuitos espaciais de produção das hortas urbanas, a partir de resultados coletados seguido da aplicação de procedimentos com estudos teóricos tais como: revisões bibliográficas, análise de estudos e interpretação dos resultados, observação, aplicação da pesquisa (campo/prática), elaboração de mapas, na coleta de dados e na elaboração final do trabalho.

O trabalho foi amparado pelo método de pesquisa qualitativa, com inserção dados qualitativos de observação, documental e social. Também interagiu com o nível da realidade por meio de coletas de informações e das práticas; contudo contribuído para o desenvolvimento da pesquisa e na configuração das hortas urbanas na cidade, com questões propostas, formuladas e apresentadas no processo da pesquisa.

Foram levantados dados de fontes secundárias tais como banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Ministério do desenvolvimento (MD), Mercado do Produtor de Anápolis (CEASA/ANÁPOLIS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura (SEMDEA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano (SEMMAHPU), Central de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO), Prefeitura Municipal de Anápolis, Mercado Municipal Carlos de Pina, os Feirões e as Feiras livres na cidade. Estes dados foram essenciais na realização do levantamento de informações relativas à produção, à localização e à ocupação das hortas no perímetro urbano da cidade.

A realização do trabalho de campo procedeu com dados numéricos levantados de informações, a partir da localização da área pesquisada, e identificou-se os participantes responsáveis pela produção/cultivo das hortas da cidade, com contato direto e apresentação da pesquisa, os participantes aceitaram participar voluntariamente, respondeu o questionário e assim procedeu-se para coleta de informações e para análise da caracterização da produção e comercialização das hortas urbanas, juntamente com mapeamento da área escolhida para pesquisa.

O estudo realizado na Região Leste da cidade, contemplou vários bairros para a pesquisa. O tamanho da amostra da pesquisa foi estabelecido com base em um sorteio de duas hortas urbanas por bairro na região. Assim, foram identificadas 27 hortas conforme o método estabelecido. As informações foram obtidas pelo Google Earth, Google Maps e por aqueles que atuam na área da agricultura urbana (AU) por meio de consulta/contato direto com os participantes e site da Prefeitura da cidade. Para a veracidade das informações, foi realizado o mapeamento das áreas de cultivo com a existência de hortas urbanas, quadros, gráficos e tabelas com a descrição da localização dos endereços das hortas pesquisados entre outros. Com base no número de bairros calculou-se um percentual aproximado de participantes para realização da pesquisa e, estes direcionados para análise qualitativa das hortas em funcionamento na Região Leste da cidade e, igualmente, sendo delimitado e mapeado conforme a sua localização.

Os resultados das investigações teóricas e da pesquisa em campo apontaram a relevância Agricultura Urbana no preceito do fortalecimento das redes de pesquisa sobre o conhecimento produtivo das hortas em espaços urbanos na cidade e acercar-se dos das pessoas envolvidos em sua produção e comercialização local. As fontes de evidências, segundo dados investigados em campo, indicam a relevância da horta urbana como um instrumento emergente na difusão da atividade AU para o abastecimento das cidades e da sociedade. A partir dos dados numéricos levantados (informações coletados) em campo sobre as hortas urbanas, identificou-se nestes espaços vários aspectos importantes relacionados AU como a relevância da produção alimentos para sociedade, na produção de alimentos saudáveis, na manutenção dos espaços verdes, na subsistência familiar, no abastecimento da cidade, na educação ecológica, na perspectiva de emprego e renda, no desenvolvimento econômico entre outros. Assim, a partir da análise do contexto da AU, a criação das hortas urbanas tornou-se um elo importante e agregador (humano) na sociedade.

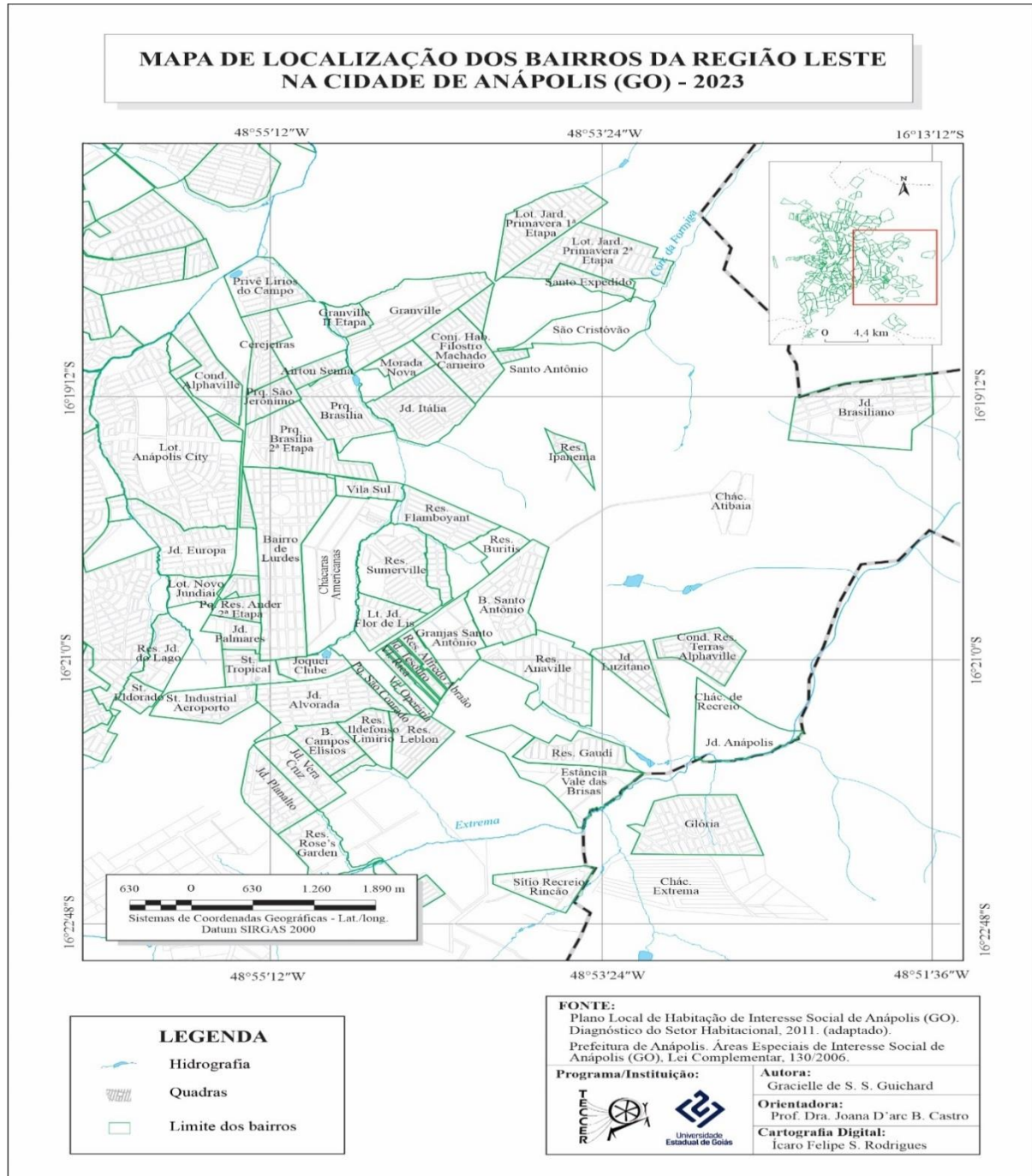
### 3.2. Análise dos dados obtidos pela pesquisa

A discussão desenvolvida sobre a agricultura urbana e os circuitos espaciais de produção das hortas na cidade Anápolis; destacou-se a importância da participação do agricultor familiar urbano na realização desta pesquisa. As informações (dados numéricos) apresentadas/fornecidas pelos participantes foram relevantes para verificação da realidade das hortas na cidade; a partir da perspectiva de desenvolvimento das hortas em determinados bairros, dos meios de financiamentos para a prática/ manejo, da inserção no comércio local, do trabalho e da renda.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário informações tais como: localização e verificação da existência das hortas no espaço urbano da cidade, por meio de informações coletadas dos agricultores familiares local, feirantes, comerciantes, do Mercado do Produtor e por sites órgão como a Prefeitura Municipal da cidade (ver ilustração 14).



**Ilustração 14:** Mapa dos bairros pesquisados na Região Leste da cidade de Anápolis, 2022.



Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura de Anápolis (2006).

Neste contexto de localização e caracterização das hortas urbanas, o levantamento constatou a existência de 27 hortas localizadas em diferentes bairros da região leste e saliento também a inexistência de cultivo em determinados bairros pesquisados na região. Outro fator importante é a dimensão (lotes/áreas) dos espaços

cultivados, podendo ser verificados e calculados a partir do tamanho por metro quadrado (m<sup>2</sup>) ou por unidades de lotes (ver tabela 02).

**Tabela 02:** Caracterização do espaço cultivado das hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023.

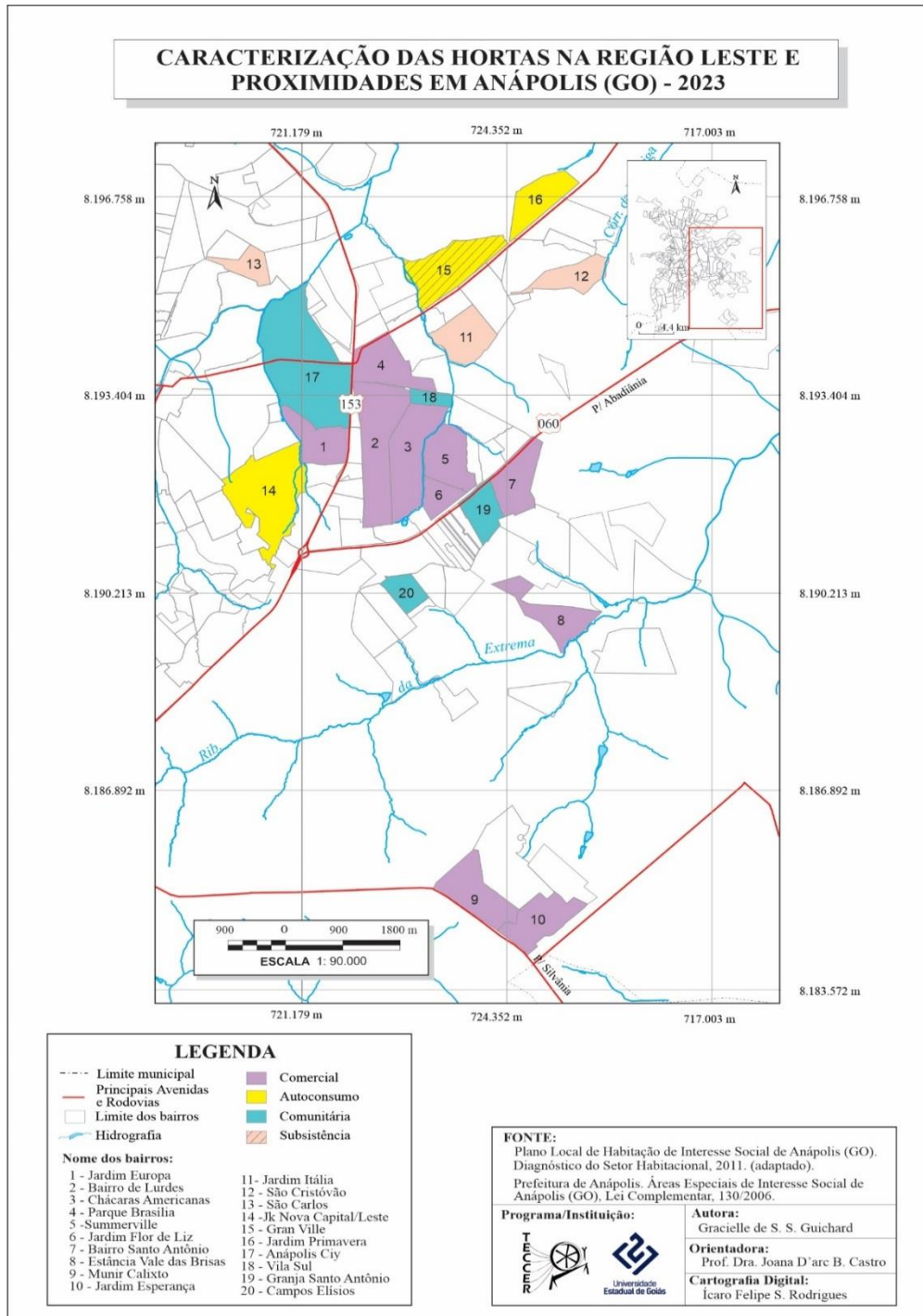
Nº/horta	Bairro	Caracterização	Área /cultivada
01	Parque Brasília II	Comercial	30.000 m <sup>2</sup>
02	Parque Brasília II	Comercial	600 m <sup>2</sup>
03	Jardim Itália	Comunitária/escola	50 m <sup>2</sup>
04	Gran ville I	Autoconsumo	100 m <sup>2</sup>
05	Gran ville I	Subsistência	100 m <sup>2</sup>
06	São Cristóvão	Comunitária/escola	400 m <sup>2</sup>
07	Jardim Primavera I	Autoconsumo	300 m <sup>2</sup>
08	Granja S. Antônio	Subsistência	30 m <sup>2</sup>
09	Santo Antônio	Comercial	600 m <sup>2</sup>
10	Campos Elísios	Subsistência	100 m <sup>2</sup>
11	Campos Elísios	Subsistência	80 m <sup>2</sup>
12	Summerville	Comercial	600 m <sup>2</sup>
13	Summerville	Comercial	300 m <sup>2</sup>
14	Jardim Flor de Liz	Comercial	600 m <sup>2</sup>
15	Jardim Flor de Liz	Comercial	400 m <sup>2</sup>
16	Chácaras Americanas	Comercial	4000m <sup>2</sup>
17	D'Lurdes	Comercial	100 m <sup>2</sup>
18	Vila Sul	Subsistência	60 m <sup>2</sup>
19	Jardim Europa	Comercial	600 m <sup>2</sup>
20	Jardim Europa	Comercial	300 m <sup>2</sup>
21	JK Nova Capital/leste	Autoconsumo	20 m <sup>2</sup>
22	Anápolis City	Subsistência	100 m <sup>2</sup>
23	São Carlos	Comunitária/instituição	400 m <sup>2</sup>
24	Munir Calixto	Comercial	200 m <sup>2</sup>
25	Jardim Esperança	Comercial	300 m <sup>2</sup>
26	Estância Vale das Brisas	Comercial	150 m <sup>2</sup>
27	Jardim Esperança	Comercial	200 m <sup>2</sup>

Fonte: Dados da pesquisa coletados em campo, 2023

Neste recorte da Região Leste da cidade, conforme a pesquisa foi analisada no total 27hortas; sendo que 15 destas são hortas comerciais, 6 são hortas de

subsistência e as hortas de autoconsumo e comunitárias (instituições/escolar), ambas com 3% de porcentagem cada uma (ver ilustração 15).

**Ilustração 15:** Mapa de caracterização do destino das hortas urbanas na Região Leste e proximidades na cidade de Anápolis, 2023.



Fonte: Própria (2023). Adaptado de: Prefeitura de Anápolis (2006).

Assim, predominam-se as hortas comerciais na Região Leste, conforme apresentado na tabela anterior. Em relação ao consumo da produção, verifica-se que todos consomem os produtos cultivados e somente o destino da produção que é distinto (ver tabela 03).

**Tabela 03:** Destino da produção/cultivo das hortas urbanas pesquisadas na Região Leste da cidade, 2023

<b>Destino</b>	<b>Frequência informada dos participantes</b>
Consumo	27
Comércio	15
Consumo/comércio	3
Subsistência/doações	6
Comunitária/instituições/escolar	3

Fonte: Dados da pesquisa coletados em campo, 2023.

Um fator importante da AU, é a oferta de alimentos de qualidade e saudáveis para população , além de promover o consumo da própria família.

Saliento também que foram encontrados três tipos de cultivos (hidropônico/orgânico/tradicional) existentes e de acordo com a distinção, constata que 13 possui cultivo tradicional, 9 cultivo orgânico, 3 possui cultivo misto e 2 apenas cultivo hidropônico. A análise mostra que as hortas estão inseridas em pontos vinculados (ruas/avenidas) próximos dos circuitos de distribuição (comércio/feiras/feirões), possibilitando sua comercialização no local de produção (ver tabela 04).

**Tabela 04:** Local de comercialização da produção /cultivo das hortas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023

<b>Locais de comercialização</b>	<b>Nº de participantes</b>	<b>(%)</b>
Exclusivamente no Mercado/Ceasa		
Exclusivamente na propriedade/local	15	56%
Exclusivamente em feiras livres	-----	
Exclusivamente supermercados	-----	
Na propriedade/local e em feiras livres/feirão	02	7%
Na propriedade/local/ supermercados	01	4%
Na propriedade/Mercado do Produtor/Ceasa-Anápolis/ supermercados		
Não comercializa	09	33%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa coletados em campo, 2023

Segundo os resultados, 56% dos produtores urbanos, comercializa sua produção, exclusivamente na propriedade/local; já 7% comercializam na propriedade e em feiras livres/feirão; 4% na propriedade/local, Mercado do Produtor/Ceasa-Anápolis/supermercados e os 33% não comercializam seus cultivos por ser integrada a ação familiar/voluntaria/escolar (subsistência/comunitária).

Constatamos que estes locais de cultivos das hortas na Região Leste, estão inseridos em áreas (lotes) particulares privados, pública, cedidos ou alugados (ver tabela 05).

**Tabela 05:** Caracterização da propriedade/local de produção das hortas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023

<b>Posse da propriedade</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>(%)</b>
Particular	17	63
Particular/instituições	01	4
Alugada	02	7
Cedida	06	22
Pública	01	4
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa coletados em campo, 2023.

Neste caso, os locais específicos das hortas pesquisadas na Região Leste, são em sua maioria em espaços privados com 63%, segundo os dados numéricos levantados na pesquisa (informações/participantes); e 22% em áreas cedida por familiares e outros; já em terrenos público e particular/ instituições ficando 4%; e, em área alugado permanecendo um total de 7%. Porém, a ocupação destes cultivos, contribui-se de forma direta para o desenvolvimento da atividade (agricultura) local e promove a valorização desses espaços na cidade.

Segundo Mougeot (2000) os espaços ociosos na área urbana das cidades é o principal gerador e motivador da agricultura urbana e pode ocorrer em qualquer ponto na cidade. Para que a produção/cultivo aconteça, são necessários recursos e técnicas de produção que promova os cultivos. Segundo os participantes da pesquisa, a técnica aplicada no cultivo das hortas pode diferenciar de acordo com a característica de cada uma, ou seja, a técnica utilizada no cultivo orgânico e diferente daquela usada no cultivo hidropônico ou convencional. Já determinados instrumentos agrícolas podem ser usados para ambos em exceção os insumos que pode variar conforme a distinção do cultivo. Nos cultivos orgânicos, hidropônicos e convencionais, o agricultor tem opção no uso tela/coberturas ou não; a opção de irrigação por meio de gotejamento, aspersão ou coletor manual; e isto independe do tamanho do cultivo.

Os instrumentos e as técnicas agrícolas encontradas em alguns cultivos da Região Leste da cidade são bem rudimentares; mas, também foram encontradas técnicas mais especializadas. Os instrumentos mais encontrados no cultivo das hortas foram em maioria aqueles rudimentares (ver tabela 06).

**Tabela 06:** Ferramentas agrícolas encontradas na manutenção das hortas urbanas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023

<b>Instrumento</b>	<b>Total encontrado nas hortas</b>	<b>(%)</b>
Arado/manual	25	81,0
Arado/trator	1	3,24
Enxada	27	100,0
Foice	21	68,04
Pá de mão	27	100,0
Faço	14	45,36
Faca	27	100,0
Pulverizador manual	27	100,00
Pulverizador costal	16	51,84
Plantadeira manual	15	48,6
Carrinho de mão	19	61,56
Garfo	27	100,0
Rastelo/ancinho	27	100,0
Tesoura jardinagem	27	100,0
Luvas	17	55,08
Cobertura/estufa	2	6,48
Cobertura/tela	5	16,2
<b>Total</b>	<b>324</b>	

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

Assim, observa-se que o produtor urbano conta com inúmeras ferramentas agrícolas para realização do trabalho no cultivo da horta. Destes instrumentos encontrados os mais citados na pesquisa foram a enxada, a pá de mão, a faca, o pulverizador manual, o garfo, o rastelo e a tesoura de jardinagem.

Considera-se as técnicas citadas constata também que a irrigação das hortas é realizada por processo de aspersão (simula a chuva), irrigação por gotejamento (tubos/garrafas pet ligados próximos da raiz da planta), irrigação manual (coletor/mangueira) e a irrigação por tubulações (sistema hidráulico) (ver tabela 07).

**Tabela 07:** Técnicas de irrigação encontradas na manutenção das hortas urbanas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023

<b>Técnicas de irrigação</b>	<b>Nº</b>	<b>(%)</b>
Irrigação/gotejamento	1	4
Irrigação/aspersão	13	48
Irrigação/coletor manual	8	30
Irrigação/tubulações	5	19
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

A técnica de irrigação mais citada e usada nos cultivos é a irrigação por aspersão com 48%, em segundo a irrigação manual com 30%, em terceiro a irrigação por tubulações encontradas em cultivo hidropônico com 19%, e por fim com 4% a irrigação por gotejamento. Logo constatou-se que água usada para o abastecimento nos cultivos é fornecida por meio de poços (artesiano/cisternas), represa e encanada pela SANEAGO. Foi citada que todas as propriedades (áreas/lotes) de cultivo possuem determinado sistema de energia. A maioria usa a energia elétrica que é fornecida pela Entidade Nacional de Eletricidade (ENEL) e em exceção foi encontrado fornecimento energético por meio de motor hidráulico.

Com relação aos cultivos das hortas, foi verificado que a produção mais cultivada entre os produtores (pesquisados) é o cultivo de hortaliças de folhas (alface, couve, coentro, salsa, cebolinha, rúcula e outros), embora fossem encontrados alguns frutos, plantas medicinais e legumes cultivados no mesmo espaço em pequena quantidade. Os produtos mais produzidos foram em sua maioria aqueles com demanda maior para comercialização (ver tabela 08).

**Tabela 08:** Produtos das hortas urbanas com demanda comercial- Região Leste de Anápolis – 2023

<b>Produtos</b>	<b>n</b>	<b>percentual</b>
Hortaliças/folhas	18	53
Legumes/leguminosos/tubérculos	5	15
Frutas	3	9
Plantas temperos/ medicinais	8	23
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.



Avaliou-se os produtos com maior demanda comercial nas hortas da Região Leste da cidade, a tabela mostra que a quantidade de hortaliças folhosas e as plantas medicinais que são também usadas como condimentos, estão presentes em quase todas as hortas pesquisadas que comercializa sua produção. Deste modo, as hortaliças de folhas aparecem com 53% da demanda comercial; as plantas medicinais/temperos com 23%; e com 15% os legumes, tubérculos e leguminosos e 9% as frutas. As hortaliças de folhas sempre foram as mais procuradas, tanto para consumo, como na questão de produzir. Os produtos encontrados nas hortas urbanas foram em sua maioria aqueles de fácil manejo/prática adaptados conforme os locais de produção/cultivo (ver quadro 09).

**Quadro 09:** Produtos encontrados nas hortas urbanas da Região Leste da cidade de Anápolis, 2023

<b>Tipos de Produtos</b>			
<b>Hortaliças/Folhas</b>	<b>Leguminosos/Legumes</b>	<b>Frutas</b>	<b>Plantas Medicinais</b>
	<b>Tubérculos</b>		
Couve	Feijão verde	Jaca	Cidreira
Alface	Chuchu	Manga	Boldo
Cebolinha	Jiló	Goiaba	Ora- pro-nóbis
Coentro	Tomate	Acerola	Hortelã
Salsa	Abobrinha verde	Mamão	Manjeriçao
Rúcula	Batata	Banana	
Mostarda	Quiabo	Limão	
Repolho		Mexerica	
Acelga		Jabuticaba	
Brócolis		Jurubeba	

Fonte: Dados da pesquisa em campo, 2023.

A produtividade das hortaliças de maneira geral é considerável, fornece aos produtores (agricultores), fácil manejo, baixo custo em manutenção, lucros breves; além de um ciclo produtivo rápido e dependendo da espécie cultivada a quantidade por unidades produzidas é maior, propiciando uma rentabilidade bastante significativa. Conforme a quantidade produzida os participantes da pesquisa cita que o número de unidades cultivadas depende de fatores como o clima, a comercialização (saída), a mão de obra e as condições de manejo; podendo ser cultivada uma quantidade

adequada a partir de 100 unidades por espécie, chegando até 3000 unidades de hortaliças por semana, isto dependendo do espaço a ser cultivado (lote/área) e da procura produtiva comercial.

Os participantes também ressaltam que o uso de transporte é essencial, além de transportar os produtores, é um meio muito utilizado para transportar os produtos, os insumos, os instrumentos agrícolas necessários e entre outros. Os participantes citam que o meio de transporte usado varia de acordo com carga e a quantidade; os produtos são transportados em recipientes de madeira, papelão, caixa de plástico resistentes e impermeáveis evitando a contaminação e varia dos produtos (ver quadro 10).

**Quadro 10:** Tipos de transporte usado na produção da Região Leste de Anápolis-2023

<b>Transporte</b>		
<b>Tipos</b>	<b>Característica</b>	<b>Participantes</b>
Carro/popular	Próprio	18
Carro/picapes leves	Próprio	2
Carro/picapes leves	Alugada	1
Carroça	Próprio	1
Não possui	-----	5

Fonte: Dados da pesquisa em campo, 2023.

O quadro mostra que 21 dos participantes possuem meio de transporte (carro popular/carroça/picape) próprio; 1 utiliza de veículo alugado e 5 destes participantes não possuem veículo. Logo, verifica-se que o meio de transporte mais usado entre os participantes da pesquisa é o carro pequeno popular, em seguida as picapes leves, a carroça e os demais participantes citaram não ter veículos. Tendo em vista que a maioria da produção e comercializada no local de cultivo, o transporte fica por conta de terceiros (compradores).

Outro fator importante é o preparo, ou seja, o manejo da horta que necessita ou não de determinado número de pessoas envolvidas. Diante disto, os produtores, muitas vezes, adotam meios que ocasiona o aumento da área e do cultivo. Isto promove a necessidade de mais pessoas do grupo familiar ou da contratação de mão de obra de terceiros.

A partir de dados coletados na pesquisa de campo, foi verificado que as pessoas envolvidas no manejo das hortas urbanas, são em sua maioria pessoas que compõe o mesmo grupo familiar em exceção estão os cultivos comunitários que adota a mão de obra de voluntários local (ver tabela 09).

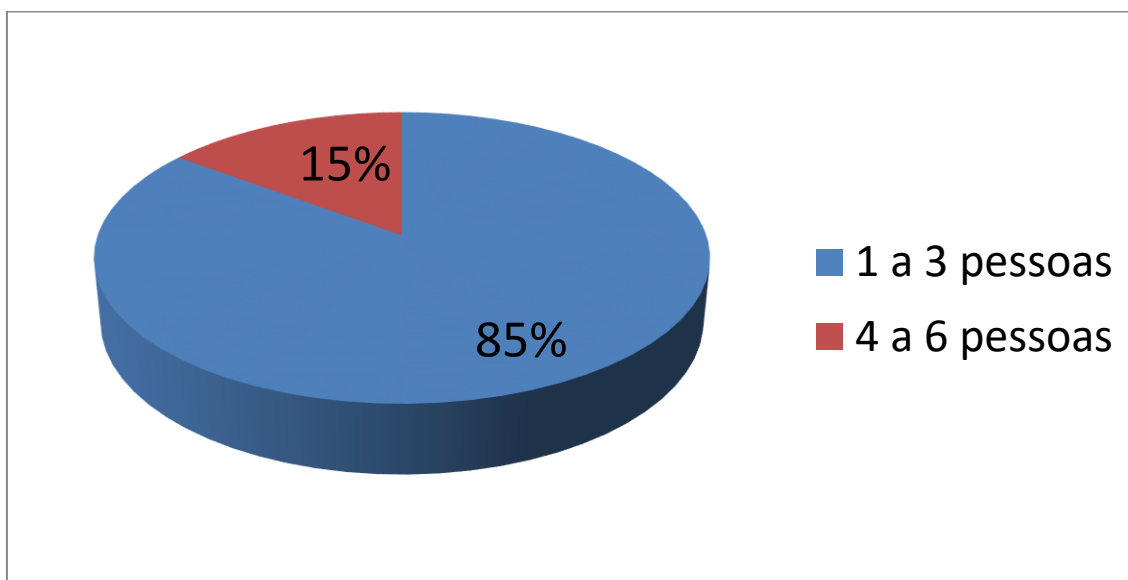
**Tabela 09:** Caracterização da mão de obra encontrada nos cultivos das hortas urbanas na Região Leste da cidade Anápolis, 2023

<b>Mão de obra</b>	<b>Nº/ participantes</b>	<b>Percentual</b>
Familiar	21	78%
Contratados	3	11%
Voluntários	3	11%
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

Logo, os dados da tabela, mostra que 78% da mão de obra encontrada nos espaços de produção das hortas urbanas pertencem a pessoas do mesmo grupo familiar, já os contratados e voluntários ambos correspondem à mesma porcentagem, cada um com 11% da mão de obra ofertada. O número de pessoas ou famílias que cultiva (mão de obra) varia conforme o tamanho da área e da necessidade do produtor familiar (ver ilustração 16).

**Ilustração 16:** Gráfico quantitativo da mão de obra usada no manejo das hortas urbanas na Região Leste, 2023



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

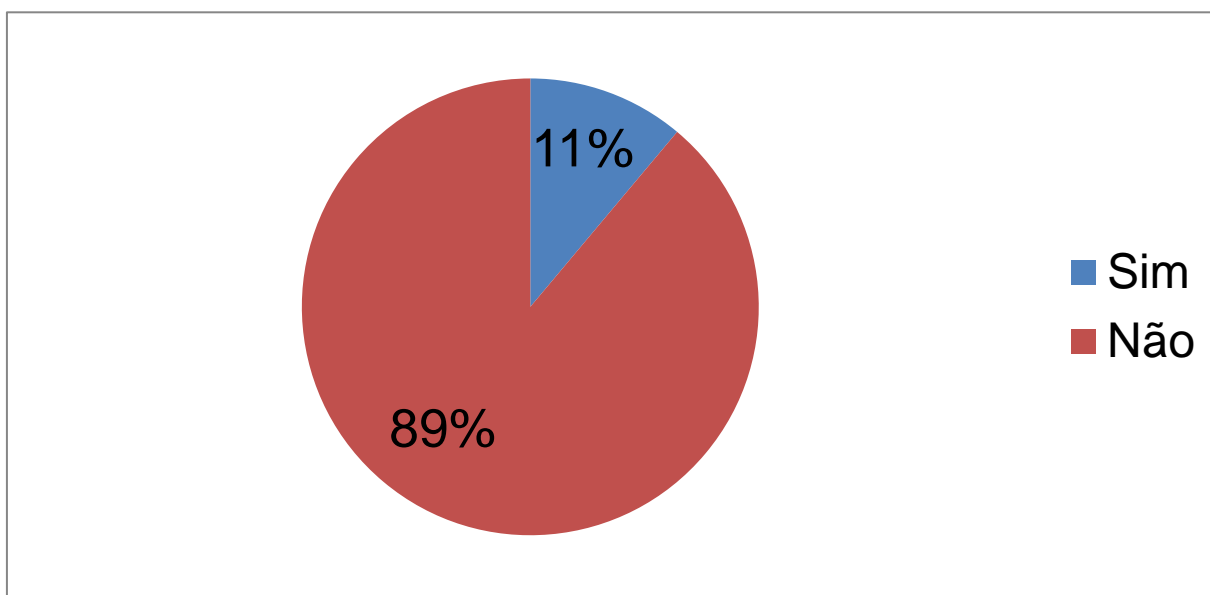
As hortas urbanas além de concentrar a mão de obra familiar, ou seja, com os membros da família, também possibilita a abertura para novos participantes no ambiente produtivo da AU. Logo, os dados mostram que 85% da mão de obra nos cultivos de hortas urbanas, presta um número entre 1 a 3 pessoas que realiza o manejo e 15% desta mão de obra é realizado por um grupo de 4 a 6 pessoas.

A função das hortas é administrada segundo o grau de conhecimento prático de cada participante, e a responsabilidade das fases do manejo da horta compete a todos os envolvidos. Constata-se que das 27 hortas pesquisadas apenas 3 contrata mão de obra externa com média de 1 a 4 pessoas para compor o quadro de trabalhadores.

A propósito dos sistemas de crédito para financiamento, foram questionados aos participantes da pesquisa (produtores), sobre o conhecimento dos programas do Governo em favor do desenvolvimento agrícola/agricultura; se já teriam recebido algum tipo de apoio ou usado algum financiamento de crédito agrícola; questionado também se pertencia alguma cooperativa de agricultores familiares na região ou se participava de programas envolvendo a AU. Entre os 27 participantes da pesquisa 24 mencionaram não receber apoio financeiro e 3 destes participantes informaram

receber apoio da comunidade local, pertencentes ao cultivo de horta escolar e horta de cunho social (ver ilustração 17).

**Ilustração 17:** Gráfico dos participantes que recebem algum tipo de apoio financeiro para o cultivo das hortas urbanas na Região Leste da cidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Segundo dados informados, 89% dos participantes não recebem nenhum tipo de apoio financeiro para a manutenção das hortas urbanas, já 11% informaram que o apoio parte da comunidade local inserida no contexto escolar e de associação vinculada a projetos de ações sociais comunitários. Deste modo, verifica-se que os participantes não recebem suporte financeiro (crédito) específico vinculados à manutenção da AU, e informa ainda que a manutenção das hortas é mantida com financiamento próprio.

Os pesquisados citam também que é necessário investir na atividade da AU, com mais políticas de incentivos de microcrédito que atenda as necessidades dos produtores urbanos. Questionados sobre conhecimento de ações de estímulos para AU, 6 dos participantes informaram ter conhecimento e 21 relataram não ter conhecimento sobre AU; entretanto todos conhecem a existência de ações de incentivos para o agricultor familiar. Segundo o site da Prefeitura Municipal da cidade e juntamente com a Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico e Agricultura e com a Secretaria de Indústria e Comércio; estes realizam visitas técnicas a produtores

da agricultura familiar na cidade com iniciativas de orientação para a dinamização e desenvolvimento da agricultura familiar local.

O apoio acontece por meio de vistas técnicas (agrônomos) com ações e orientações como citado, e eventos com palestras ministradas por órgãos vinculados ao desenvolvimento produtivo familiar da cidade tais como: Serviço de Aprendizagem Rural (SENARGO), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Mercado do Produtor de Anápolis (CEASA-Anápolis). Deste modo, cabe aos órgãos competentes inovar e adotar mais projetos direcionados para AU, possibilitando a venda direta dos produtos para a merenda escolar, disponibilizar áreas/espços públicos ociosos para implantação de novas hortas, que possibilite a subsistência e a renda para determinadas famílias e impulsionar cada vez mais a economia local e os espaços verdes na cidade.

Portanto, nesta parte destaca-se a análise dos dados obtidos, e considera a relevância da AU para a população local e a participação dos pesquisados em razão das informações apresentadas por meio de resposta do questionário (ver apêndice) sobre a caracterização das hortas urbanas e dos espaços produtivos da agricultura familiar na cidade.

### *3.2.1. Análise do perfil dos participantes*

Segundo os dados coletados por meio da aplicação do questionário aos participantes (produtores/agricultores), ou seja, pessoas envolvidas com o cultivo de hortas urbanas na cidade foram analisadas o seguinte perfil de cada participante de acordo com estado civil, gênero, cor, faixa etária, escolaridade, renda familiar e trabalho. Em relação ao local de trabalho e moradia, 26 dos participantes, declaram residir exclusivamente na cidade de Anápolis, em exceção apenas 1 participante, declarou residir na área rural; porém, 19 declaram residir no local de trabalho/cultivo e 8 não reside no local. De tal modo, o circuito produtivo ocorre em diferentes bairros da cidade com conexões espaciais interligadas na circulação das pessoas motivadas pela prática do cultivo e comercialização.

Em relação ao gênero dos entrevistados da pesquisa, foi verificado que 89% pertence ao sexo masculino e, apenas 11% são do sexo feminino. Destes investigados, 70% declararam ser casados; os que convivem em união estável apenas 4%; já os divorciados e solteiros ambos cada um com uma porcentagem de 11%.

Declararam como brancos 11%, como pardos 55% e 4% como pretos. Sobre a renda mensal familiar dos participantes, todos citaram possuir renda relativa, referente ao salário (ver tabela 10).

**Tabela 10:** Renda mensal familiar de todos os participantes

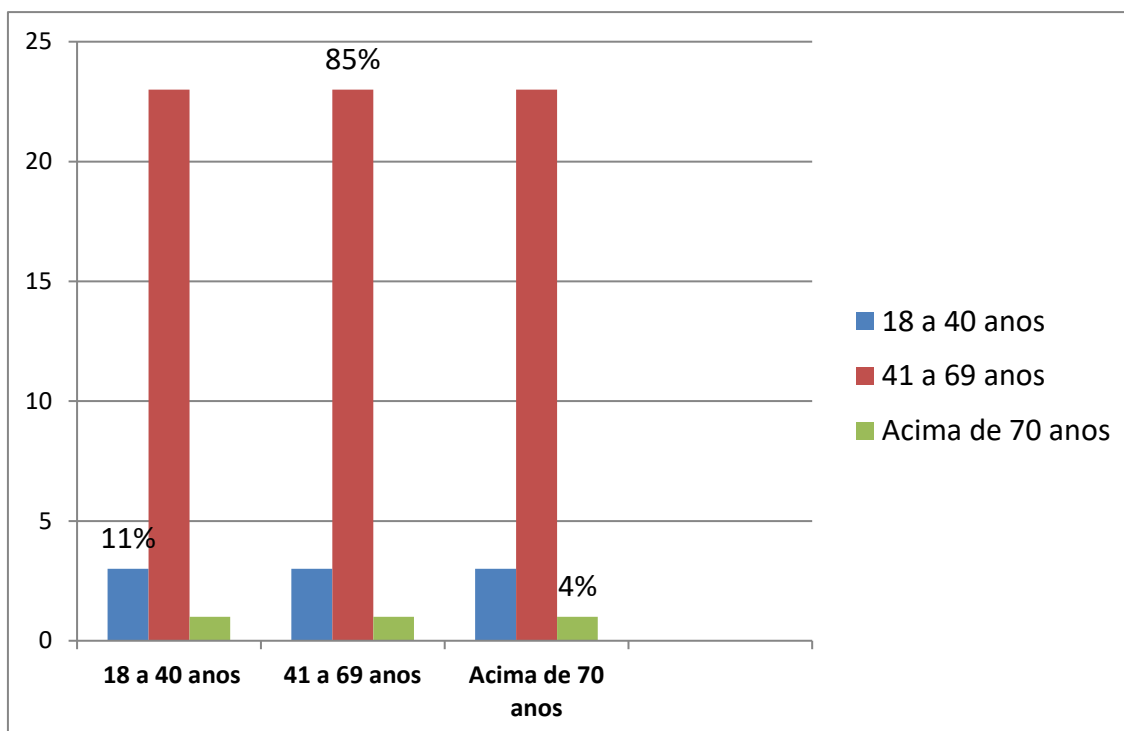
<b>Renda familiar</b>	<b>Nº participantes</b>	<b>Percentual</b>
0 a 1 Salário mínimo	10	37
1 a 2 Salários mínimos	15	56
Acima de 2 Salários mínimos	2	7
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa em campo, 2023.

Ao se considerar o valor mensal recebido por 37% dos participantes, nota-se que os rendimentos são relativamente baixos, e ficam na média de um salário mínimo e 56% recebem em média dois salários mínimos e apenas 7% acima de dois salários mínimos.

Um fator que chama a atenção, no caso, do grupo pesquisado é a diversificação na idade dos agricultores, tendo em vista que o número de adultos é superior em relação às outras faixas etárias (ver ilustração 18).

**Ilustração 18:** Gráfico da faixa etária dos participantes produtores de hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023



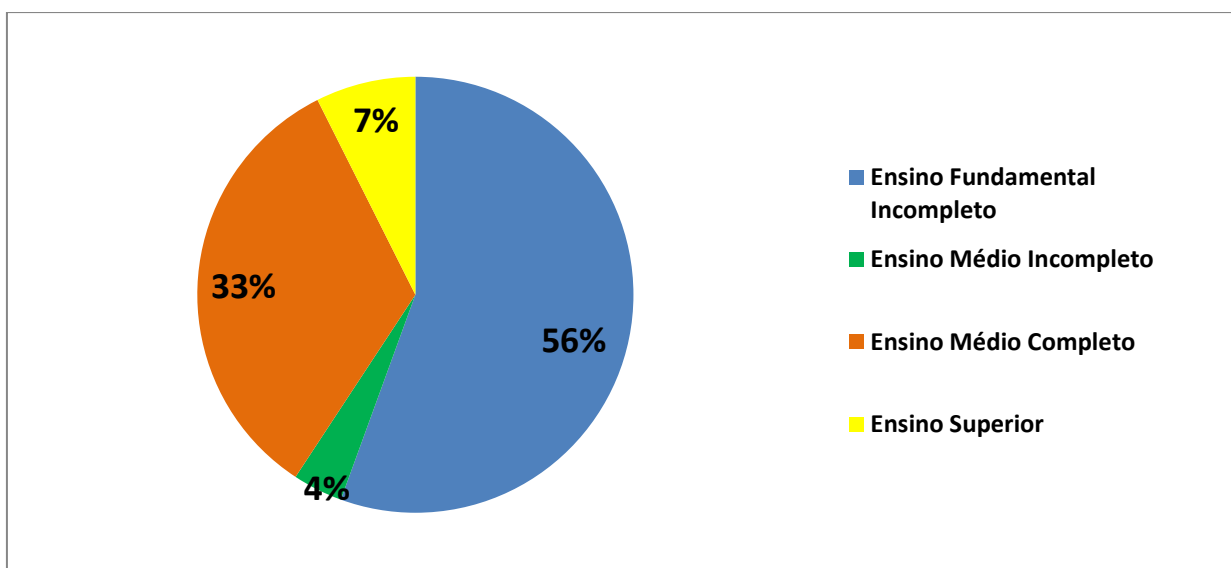
Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

A faixa etária dos participantes adultos entre 41 a 69 anos corresponde á 85%; os idosos, ou, melhor idade 4% e a faixa etária dos jovens ficando em 11%.

Conforme o questionário respondido pelos participantes (produtores) pesquisados da Região Leste da cidade; nota-se que 56% não concluíram o ensino fundamental, enquanto 33% informaram terem concluído o ensino médio, já 7% possui nível superior e 4% não finalizaram o ensino médio (incompleto) (ver ilustração 19).



**Ilustração 19:** Gráfico do nível escolar dos participantes produtores de hortas urbanas na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

Essa baixa escolaridade dos participantes afeta a compreensão do conhecimento sobre as políticas públicas de apoio para AU, e de políticas de incentivos voltados para o agricultor familiar. A falta do saber sobre determinadas políticas públicas de financiamento e manutenção da produção, é uma questão social que prejudica uma grande parcela da sociedade, neste caso, os pequenos produtores são os mais afetados. O conhecimento e o acesso a determinadas políticas de incentivos permitem e possibilitam o desenvolvimento da produção familiar (valorização/trabalho/renda/produção/outros), além de proporcionar sua continuidade produtiva na sociedade.

Segundo os dados coletados na pesquisa as propriedades são em sua maioria terrenos urbanos (lotes/áreas) com dimensões a partir de 300 metros e superiores a 1000 metros. De acordo com sua localização na cidade e da divisão, são considerados como chácaras urbanas. Os participantes salientam que é necessário e importante se adaptar ao regulamento de determinadas normas de ocupação urbana (solo) da cidade para que os cultivos possam se desenvolver na cidade de forma equilibrada.

Sobre a prática da AU nestes espaços, apresenta-se os resultados referentes ao período de posse da propriedade e a prática da AU (ver tabela 11).

**Tabela 11:** Período de posse da propriedade e a prática da AU na Região Leste da cidade de Anápolis, 2023

<b>Tempo</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Alguns meses	-----	-----
2 anos	-----	-----
5 anos	7	26
Acima de 10 anos	20	74
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2023.

Segundo os dados da tabela, verifica-se que o período de posse (particular/cedido/alugado) da propriedade e a prática da AU na Região Leste da cidade, consistiu-se há mais de 10anos, totalizando 74% dos casos, 26% aparecem com tempo em média de 5 anos de posse e prática da AU.

Conforme os dados coletados em relação aos antecedentes dos pesquisados pode-se dizer que AU na cidade de Anápolis, é uma atividade que foi incorporada ao espaço urbano por meio da agricultura familiar seguidos do processo emigração (povoamento/êxodo rural/crescimento populacional). A permanência dessa população na cidade culminou na procura de novos espaços para moradia, renda e trabalho. A carência de trabalho na cidade foi um dos fatores que estimulou essa população a procurar novos meios para o sustento familiar e viram a oportunidade de cultivar alimentos nos quintas de suas residências e em espaços ociosos (lotes baldio/ áreas livres) na cidade, e priorizou e tornou-se a única fonte de renda e sustento para determinadas família. Assim, verifica-se que AU não é uma prática temporária, mas sim permanente que ocorre na cidade em benefício de um determinado grupo familiar ou da população.

### 3.3. Localização e descrição da área urbana pesquisada

A partir da análise sobre o contexto histórico da cidade Anápolis, é possível verificar que a cidade é relevante pra a região e possui uma localização geográfica estratégica que interliga a capital federal (Brasília) e a capital goiana (Goiânia). Também possui a plataforma logística multimodal que é importante para circulação dos meios produtivos e do abastecimento de toda a cadeia produtiva.

Logo, a cidade concentra o polo industrial dinamizado pelo desenvolvimento da indústria o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), o comércio local que abrange a economia da cidade, juntamente com a influência exercida pela prestação de serviços. Segundo Polonial (2011) com o desenvolvimento das vias de transportes a circulação das mercadorias e de pessoas transformou a cidade de Anápolis em um centro receptor, exportador e armazenador de vários gêneros alimentícios e entre outros.

A temática que envolve a realização deste trabalho está relacionada aos processos que permeia a comercialização e produção das hortas urbanas na cidade de Anápolis, têm em vista diversos fatores que produzi o ambiente urbano. Segundo Carlos (2008) a cidade enquanto construção humana está consolidada no trabalho e nas suas formas de ocupação. A autora ressalta que “o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 2008, p.45).

A cidade como materialização espacial concentra inúmeras atividades realizadas no processo cotidiano das pessoas, e destaca o ponto de vista do produtor em que condiz com as ações da circulação, distribuição, comercialização, produção e abastecimento.

Em relação Anápolis, a modalidade de acesso da população sobre a posse da propriedade privada, ocorre a partir de meios adquiridos por diversas formas tais, como compra, herança, doados e cedidos conforme a aquisição dos mesmos. Conforme Diniz (1984) trajetória apropriação (área) da terra é marcada por possibilidades históricas em meio a sua forma de capitalização de compra ou herança e podem ser definidas de acordo com tamanho da unidade.

Em sua maioria a população teve acesso a estas áreas por meio de compra sendo uma das formas mais presente na região. Deste modo, este trabalho apresenta a análise das hortas urbanas na Região Leste da cidade, a partir das transformações recorrentes nesta região e na dinâmica da agricultura urbana inserida numa nova discussão do recorte espacial da cidade. E um ponto de maior relevância da região foi à questão do crescimento de determinados bairros que impulsionou cada vez o comércio e aumentou a procura de novas moradias na região. Outro fator definido na Região Leste são as numerosas hortas urbanas que cresce entre os bairros, isto gera emprego e renda para os moradores da região, e impulsiona o circuito produtivo na cidade.

No contexto histórico da Região Leste, o bairro de Lurdes é um dos pesquisados para o saber das hortas urbanas e da importância AU. O setor começou a ser povoada entre as décadas de 1950 e 1960, foi a partir da dinamização do bairro de Lurdes, que outros setores surgiram em meio ao desenvolvimento da cidade de Anápolis.

Os bairros que compõem um quadro que mostra o potencial produtivo das hortas urbanas na região são: Parque Brasília II, Jardim Itália, Gran ville I, São Cristóvão, Jardim Primavera, Granja S. Antônio, Santo Antônio, Campos Elísios, Summerville, Jardim Flor de Liz, Chácaras Americanas, Setor D'Lurdes, Vila Sul, Jardim Europa, JK Nova Capital/leste, Anápolis City, São Carlos, Munir Calixto, Jardim Esperança e Estância Vale das Brisa. Assim, destaca-se a procedência das hortas de acordo com o bairro produtor.

Foi a partir do desenvolvimento da Região Leste que se concretizou a ocupação dessas áreas (lotes/espacos) e gerou novos bairros, com a vinda de pessoas de outra parte da cidade e de outras regiões do estado que encontrou nesta região a oportunidade de moradia, trabalho, seguida pelo avanço do comércio, do crescimento urbano da cidade, em que buscaram novas formas de trabalho, mas sempre aliados com objetivos de fixar junto ao comércio local, na busca de ganhos e interesses políticos.

Considera-se que a agricultura urbana e os circuitos espaciais de produção das hortas urbanas na cidade de Anápolis são importantes por desempenhar um papel significativo para os produtores familiares e para a população local, tendo em vista que essas hortas urbanas desenvolvem formas melhoradas para garantir o acesso a subsistência e comercialização de seus cultivos caracterizados de acordo com cada atividade desempenhada nas áreas produtivas.

Na atualidade observa-se que os produtores mantêm uma boa relação com os espaços de cultivo na cidade, pois estes locais proporcionam renda e trabalho para produtores urbanos e permite a oferta de alimentos tanto para subsistência de determinadas famílias como para comercialização local.

A prática da AU na cidade está envolvida em um processo produtivo de circulação que fornece uma estrutura de cooperação entre o produtor familiar, o comércio local, a população e órgãos motivadores da AU na sociedade.

Tendo em vista que o manejo da produção de hortas urbanas inicia-se em determinados espaços como lotes baldios, fundo de quintais e áreas públicas com a

ajuda do grupo familiar no desempenho da prática produtiva urbana, com o uso de instrumentos agrícolas (rudimentares), insumos e sementes apropriadas para o manejo e mão de obra familiar. Essa realidade tem mostrado que há uma relação harmônica entre o produtor e a cidade, pois ambos dependem um do outro. O produtor para sua manutenção no espaço urbano e a cidade para o abastecimento da população local; sendo que estes possuem os mesmos interesses sociais. Logo, a pesquisa mostrou que a produção e a comercialização das hortas urbanas na cidade de Anápolis têm enraizadas em sua essência as características e aspectos do agricultor familiar do campo.

Portanto, a pesquisa sobre as hortas urbanas agricultura urbana e os circuitos produtivos do agricultor urbano na cidade de Anápolis, requer uma maior atenção em pesquisa, e devem ser analisados num tecido social de cooperação entre os órgãos público estadual e municipal, na garantia de maiores informações, manutenção e apoio no que tange os processos e concretize as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura urbana em nossa cidade.

## CONCLUSÃO

O principal objetivo da pesquisa era compreender a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2021). A partir da análise realizada, fica evidente a importância da agricultura urbana na promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como na criação de novas formas de relacionamento entre a cidade e o campo. Ao estabelecer uma conexão direta entre a produção de alimentos e a vida urbana, as hortas urbanas se apresentam como uma alternativa viável e sustentável para o abastecimento de alimentos frescos e saudáveis em áreas urbanas. Além disso, a AU promove a inclusão social e a participação cidadã, ao possibilitar a construção de espaços coletivos e visa a circulação da produção e consumo de alimentos.

É importante, destacar que AU não é a única solução para os problemas ambientais, alimentares da sociedade ou da cidade, é preciso pensar em políticas públicas que incentivam e regulam essa prática bem como as iniciativas que promovem a conscientização destes espaços.

A partir dos resultados da pesquisa de campo, pode-se compreender melhor a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas urbanas na cidade de Anápolis que os circuitos são importantes para o funcionamento da produção e distribuição desses alimentos e como eles impacta a economia local e a qualidade de vida.

Em relação à caracterização das hortas urbanas na cidade de Anápolis, bem como o circuito de produção e comercialização, identificou-se nesta pesquisa que os agentes promotores e motivadores (produtores/vendedores/consumidores/terceiros) que faz parte da estrutura produtiva na cidade, são as famílias de agricultores urbanos, os comerciantes do Mercado Produtor, os compradores, o comerciante (atravessador), o comércio local (distribuidoras, quitandas, supermercados e etc.), os feirões e as feiras livres na cidade. Diante disto, o produtor realiza a venda ou a distribuição da produção, propiciado um vínculo entre agricultura, o comércio e a população local.

O primeiro capítulo que tratou da agricultura familiar urbana e sua representação no espaço urbano local, regional e nacional. Concluiu que a prática da agricultura familiar urbana nas cidades não é recente, e constitui uma atividade emergente importante para abastecimento de alimentos para sociedade, a AU é

aquela cuja mão de obra, ou seja, seu trabalho (produção/cultivo) se insere em determinadas áreas urbanas em que a própria conecta suas práticas nos sistemas econômicos, ecológicos e sociais na cidade.

O segundo abordou a agricultura urbana na cidade de Anápolis e a hortas urbanas represente em seu espaço. Discutiu as diversas contribuições que agricultura urbana fornece para sociedade e para as cidades tais como desenvolvimento econômico, social, ambiental, promove alimentos saudáveis, o bem-estar e a segurança alimentar de uma toda sociedade.

Também se destacou o surgimento das hortas na cidade em razão do aumento populacional mundial urbano e a falta do abastecimento de alimentos. Caracteriza a prática da produção e a distribuição socioespacial das hortas na cidade, a partir da sua distinção e contribuição para o entendimento das relações existentes entre a agricultura familiar urbana e agricultura familiar rural, assim, possibilitando o processo das práticas de cultivos e a integração das redes/circuitos favorecendo o comércio local e o espaço urbano.

O terceiro capítulo concretizou-se no levantamento de informações e dados numéricos qualitativos na obtenção de localização/identificação/caracterização/especialização das áreas de cultivo das hortas urbanas com o mapeamento dos locais produtivos, juntamente com a classificação de cada espaço e identificação dos produtores e das pessoas envolvidas no circuito hortas. Vista a participação do produtor familiar urbano e sua importância na produção local/cidade e na contribuição para sociedade. E chegou-se a conclusão que estes espaços de produção das hortas urbanas na cidade de Anápolis são importantes por desempenhar um papel significativo para os produtores familiares e para a população local, tendo em vista que essas hortas urbanas desenvolvem formas melhoradas para garantir o acesso a subsistência e comercialização de seus cultivos caracterizados de acordo com cada atividade desempenhada nas áreas produtivas. Mas precisam de ações que apoie o bom desenvolvimento da atividade AU, ou seja, das hortas no espaço urbano da cidade.

Diante dos fatos apresentados sobre atividade da agricultura urbana e desenvolvimento das hortas urbanas na cidade de Anápolis, a pesquisa torna-se importante por fornecer dados que mostre os benefícios para população no fornecimento de alimentos saudáveis e frescos, para cidade a redução do impacto ambiental e acrescenta benefícios na economia local. Também a compreensão da

realidade dos cultivos, bem como possibilita a renda/emprego de determinadas famílias, motiva criação de novas políticas de incentivos para atender o produtor familiar urbano. Além, de promover a ampliação destes espaços, contribui para novas ações de pesquisas sobre a realidade das atividades desempenhadas na cidade e agencia aos órgãos públicos informações agregadoras para manutenção destes espaços e apoio ao produtor familiar urbano e no incentivo de projetos que vise melhorias e facilidade na comercialização/produção destes produtos da AU, também na formação de novas hortas comunitárias na cidade e no estímulo à venda deste produtos para a merenda escolar local.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo: Anpocs, Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1997.

ABREU, A. M D. S. M. **Hortas Urbanas - Contribuindo para a sustentabilidade**. Caso de Estudo: “Hortas comunitárias de cascais”. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente), Universidade Nova Lisboa, Lisboa. 2012.

ALVES, E; SOUZA, G.; ROCHA, D.P. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília-DF, ano 21, p.05-23, abr./jun.2012.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ANDRADE, H.; RESENDE, R. Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudos. **CNN Brasil**. Postado em: 08 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BATISTA, E. E. Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 18, n. 29, 2015.

BASSO, D; GEHLEN, I. Agricultores Familiares Modernos e Diversos. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, jan./ dez., 2015.

BRANCO, M. C; ALCANTARA, F. A de. Hortas Urbanas e Periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. **Hortic. Bras.**. 2011, vol.29, n.3, pp.421-428. <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2020.

BRASIL, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia/2012/secretaria-executiva-se.pdf>> Acesso: 21 out. 2022.

BIANCHINI, V. **O Universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rede Agroecologia. Brasília: Agropecuária-Biblioteca, 2007.

BORGES, H. C. **História de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 8ªed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 2000.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos de produção um diálogo com a teoria de Milton Santos**. 1º.ed. Natal-RN: Sebo Vermelho, 2017.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília**. v. 17, n. 1, jan.-abr. 2020.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

CEASA-GO. **Relatório da Administração-Exercício de 2021**. Disponível em: <[https://www.ceasa.go.gov.br/files/Acesso\\_a\\_Informacao/Prestacao-de-Contas/RelatoriodeGestao/1.pdf](https://www.ceasa.go.gov.br/files/Acesso_a_Informacao/Prestacao-de-Contas/RelatoriodeGestao/1.pdf)>. Acesso em 17 mar.2023.

COSTA, C. G. A. **Agricultura Urbana e Periurbana na Ótica da Promoção da Saúde**. 2015. 204f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

COSTA, M. R; SANTOS, D. M. Feiras Livres: dinâmica espaciais e relações de consumo.Geosaberes. **Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 6, n. 3, p. 653-665, 2016.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**. Companhia Nacional de Abastecimento, v. 1, n. 1, Brasília: CONAB, 2021.

COSTA, C. **A economia contemporânea de Goiás**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, 2021.

CRESWELL, J. W; PLANO CLARK, V.L. *et. al.* **Best Practices for Mixed Methods Research in the Health Sciences**. Disponível em: [https://www.csun.edu/sites/default/files/best\\_prac\\_mixed\\_methods.pdf](https://www.csun.edu/sites/default/files/best_prac_mixed_methods.pdf). Acesso em: 22 jul.2020.

DELGADO, G. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Brasília: Ipea, 2005.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DINIZ, B. P. C. **O grande cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. 2006. 198f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

FERREIRA, L. C. G.; NÓBREGA, S. da C. Agricultura urbana e soberania alimentar: uma reflexão sobre a importância das práticas socioambientais na grande Goiânia (GO). **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, 2019.

FREITAS, R. A. **Anápolis Passado e Presente**. Anápolis: VOGA, 1995.

GEORGE, P. **Geografia Agrícola do Mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural [online]**, v. 44, n. 3, 2006.

GOSTEIN, M.D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos insustentáveis**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./mar., 2001.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAGEMANN, J. **Produzir para o autoconsumo: uma análise da agricultura familiar no município de Teutônia/RS**. 2015. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Administração), Centro Universitário Univates, Lajeado- RS, 2015.

HIRAKURI, M. H.; DEBRASI, P. J.; PROCÓPIO, C. **Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola – Londrina: Embrapa Soja**, 2012.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/sobre-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2021**. 2021. Disponível em: <<https://censoagro2021.ibge.gov.br/sobre-censo-agro-2021.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 1986.

LUNAS, D. A. L.; JÚNIOR, H. M. C. (orgs.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural no Brasil: debates e experiências dos NEDETs**. Goiânia: Editora Kelps, 2018.

LOCATEL, C. D.; Azevedo, F. F. Gestão do Território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN-Brasil). **Scripta Nova**, XIV (331), 2010.

MALUF, R. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, 2015.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1996.

MACHADO, A. T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

MACHINE, M. L. F. **Nas Fissuras do Concreto: política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo**. 2018. 100f. Dissertação de (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MEDINA, G. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. 4. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: \_\_\_\_\_. **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS): 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Termo de Referência para Convênios de Ater- Entidades Estatais e Redes de Ater- Ano 2006**. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília-DF, 2006.

MOURA, J. A.; FERREIRA, W. R.; LARA, L. B. L. S. Agricultura urbana e periurbana. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 69-80, jan./ abr., 2013.

MOUGEOT, L. Agricultura Urbana: Conceito e Definição. **Revista de Agricultura Urbana.**, v. 1, n. 1, 2000.

NETO, E. B.; BARRETO, L. P. As Técnicas de Hidroponia. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, Recife, v. 8 e 9, p. 107-137, 2012.

OVIDO, G. M.; OLIVEIRA, A. S. A Práxis da Agricultura Sustentável Urbana: possível caminho por percorrer na horta comunitária do IFG. **Revista Anápolis Digital**, Anápolis, v. 11, n. 2, 2020.

PASCHOAL, A. D. **Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI**. Piracicaba: EDUSP. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasilienses, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GOIÁS. Estudantes de CMEI da rede municipal de educação ganham horta orgânica e jardim de ipês. **Notícias e Educação**. 2022. Disponível em: <<https://www.anapolis.go.gov.br/estudantes-de-cmei-da-rede-municipal-de-educacao-ganham-horta-organica-e-jardim-de-ipes>>. Acesso em: 2 out. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GOIÁS. **Feiras-livres**. Disponível em: <https://www.anapolis.go.gov.br/servico/lista-de-feiras-regulares-em-atividade/>. 2023. Acesso em: 2 out. 2022.

POLONIAL, J. M. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agroecological urban agriculture from the perspective of health promotion. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, 2015.

SANTOS, A. M. dos.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômica-ecológica na comunidade de Palmares II Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande- MS, v. 13, n. 1, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um conceito. In: SOUZA, M. A. de; SANTOS, M. (Org.). **A Construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SAVIAN, M.; BOFF, P.; BOFF, M. I. C. Pode a agricultura urbana contribuir para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis? **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, 2021.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos**. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, Bahia: Agrotrópica, 2007.

SMIT, J; NARS, J; RATTA. A. **Urban agriculture**. Food, Jobs and sustainable cities. EUA: The Urban Agriculture Network, 2001.

SOUZA, R. P. O. **Agricultura urbana em Goiânia (GO)**. 2019. 89f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SOUZA, L. F. **A presença da religiosidade na toponímia**: um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO). 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em Território e Expressões Culturais no Cerrado) – Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2018.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, J. G. **Estrutura agrária de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SILVA, A. C. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, S. J. **Hortas urbanas comunitárias em Salvador-BA**: organização, trabalho e alimentos. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde), Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, D. A.; POLLI, H. Q. A importância da agricultura orgânica para a saúde e o meio ambiente. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 505–516, 2020.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 18, n. 50, 2020.

TURNES, V. A.; BÚRIGO, F. L. Desenvolvimento local: uma nova forma de ver o espaço rural. In: SABOURIM, E. **Planejamento municipal**. Brasília: Embrapa, 1999.

VIOLA, E.; LEIS, H. *et. al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - MODELO DE QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO/CULTIVO DE HORTAS NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS  
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

<b>AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO), (2010-2021)</b>
Nº _____
Data: ____/____/____ Hora: _____ Dia da Semana: _____
<b>I - Perfil dos entrevistados</b>
<b>1. Estado civil:</b> Casado ( )   Solteiro ( )   União Estável ( )   Divorciado ( )
<b>2. Gênero:</b> Masculino ( )                      Feminino ( )
<b>3. Cor:</b> Branco ( )   Parda( )   Negra( )   Indígena( )   Outra( )
<b>4. Faixa etária:</b> 18 a 40 anos ( )   41 a 69 anos ( )   Acima de 70 anos ( )
<b>5. Escolaridade:</b> Ensino fundamental incompleto ( )   Ensino fundamental completo ( ) Ensino médio incompleto ( )                      Ensino médio completo ( )

Superior incompleto ( ) Superior completo ( ) Pós-graduação ( ) Qual o curso? _____
<b>6. Renda mensal familiar</b> 0 a 1 salários mínimos ( ) 1 a 2 salários mínimos ( ) Acima de 2 salários mínimos ( )
<b>II - Localização/caracterização da produção de hortas no espaço urbano</b>
<b>1. Região:</b> Norte ( ) Sul ( ) Leste ( ) Oeste ( ) Outro ( ) Qual? _____ Qual bairro? _____
<b>2. Qual o tamanho corresponde do espaço/área cultivada, caso seja em hectares?</b> 1 a 3 hectares ( ) 4 a 6 hectares ( ) Acima de 7 hectares ( )
<b>3. Qual o tamanho corresponde do espaço/área cultivada, caso seja em metro quadro (m<sup>2</sup>)?</b> De 100m <sup>2</sup> a 300m <sup>2</sup> ( ) De 400m <sup>2</sup> á 600m <sup>2</sup> ( ) Acima de 1000mil m <sup>2</sup> ( )
<b>4. Qual a distinção do espaço/área cultivada?</b> Lote/área privado ( ) Espaço/área pública ( ) Espaço/área privado ( ) Espaço/área cedida ( ) Lote/area alugada ( )
<b>5. Quanto tempo de ocupação do espaço/área cultivada?</b> Alguns meses ( ) Até 2 anos ( ) Até 5 anos ( ) Acima de 10 anos( )



<b>6. Possui energia elétrica:</b>	
Sim ( )	Não( )
Fornecida pela ENEL ( )	Não se utiliza energia elétrica ( )
Outros ( ). Quais? _____	

<b>7. Possui água:</b>		
Sim ( )	Não ( )	
De Poço ( )	Rio, Riacho ( )	Encanada pela
SANEAGO( ) Outros ( ). Qual?: _____		

### III - Produção/cultivo das hortas:

<b>1. Qual produto mais cultivado?</b>		
Hortaliças/Folhas ( )	Legumes ( )	Hortaliças/ Frutas ( )
Outros ( ). Qual? _____		
<b>2. O que produz?</b>		
Horta/pomar ( ). Quais? _____		
Criação de animais ( ). Quais? _____		
<b>3. Qual a quantidade de hortaliças produzida por caixa?</b>		
20kg ( )	40kg( )	Acima de 40kg( )
<b>4. Qual a quantidade de hortaliças produzida por unidades?</b>		
100 a 400un ( )	500 a 800( )	Acima de 1000 unidades ( )
<b>5. Qual o destino da produção?</b>		
Consumo das próprias famílias ( )	Comercialização ( )	
Outros. ( ) Quais? _____		
<b>IV-Técnicas e instrumentos utilizados na produção/cultivo:</b>		

<b>1. Técnica/específica</b>		
Convencional ( )	Hidropônica ( )	Orgânica ( )
Outros ( ). Quais? _____		
<b>2. Instrumentos agrícolas</b>		
Arado/Trator ( )	Arado/manual ( )	
Enxada ( )	Foice ( )	
Outros ( ). Quais? _____		
<b>3. Manejo de Irrigação</b>		
Gotejamento ( )	Aspersão ( )	Coletor manual ( )
Outros ( ). Quais? _____		
<b>4. Coberturas</b>		
Sim ( ) Não ( )		
Quais? _____		
<b>V-Comercialização da produção/cultivo:</b>		
<b>1. Em que local é realizada a comercialização?</b>		
Em feiras livres ( )		
No Mercado do Produtor ( )		
Supermercados ( )		
Local de produção/cultivo ( )		
Outros ( ).Quais? _____		
<b>2. Quem são os responsáveis pela comercialização da produção?</b>		
O produtor ( ) Atravessador/terceiros ( )		
Outros ( ). Qual? _____		

<p><b>3. Qual o meio de transporte utilizado para comercialização da produção?</b></p> <p>Carro pequeno ( ) Caminhonete ( ) Caminhão ( )</p> <p>Outros ( ). Qual? _____</p> <p>Próprio ( ) Alugado/Frete ( ) Cedido ( )</p>
<p><b>VI - Agentes/pessoas envolvidos na produção das hortas urbanas</b></p>
<p><b>1. Qual é o grupo responsável pela produção/cultivo local?</b></p> <p>Familiar ( ) Comunitário ( ) Diarista ( )</p> <p>Outros ( ). Quais? _____</p>

<p><b>2. Como é classificada essa produção/cultivo?</b></p> <p>Subsistência ( ) Comercial ( ) Comunitária ( )</p> <p>Outra ( ). Qual? _____</p>
<p><b>3. Qual o quantitativo de pessoas ou famílias produzindo?</b></p> <p>1 a 3 pessoas ( ) 4 a 6 pessoas ( ) Acima de 10 pessoas ( )</p>
<p><b>4. Qual a mão de obra envolvida na produção?</b></p> <p>Familiar ( ) Diarista ( ) Comunitária ( )</p> <p>Outros ( ). Quais? _____</p>
<p><b>5. Quantas pessoas são contratadas para trabalhar no local?</b></p> <p>1 a 4 pessoas ( ) Acima de 5 pessoas ( )</p>
<p><b>6. De qual área vêm os demais trabalhadores contratados?</b></p> <p>Da região/bairro da produção ( ) Outros locais ( ).</p> <p>Qual? _____</p>

**7. As atividades de produção/cultivo recebem algum apoio?**

Não ( )

Sim ( )

De qual Instituição? \_\_\_\_\_

**8. Existe credito para a produção/cultivo?**

Não ( )

Sim ( ).

De qual Instituição? \_\_\_\_\_

**9. Pertence a alguma cooperativa de agricultores?**

Sim ( ). Qual? \_\_\_\_\_

Não ( ). Se não, por quê? \_\_\_\_\_

## ANEXOS

### MODELOS DE TERMOS A SER APRESENTADO PARA ANÁLISE DE APROVAÇÃO DO PROJETO JUNTO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS  
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

## TERMO DE ANUÊNCIA

### *TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO*

O \_\_\_\_\_ está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: as hortas na cidade Anápolis (GO), (2010-2021), coordenado pela pesquisadora Gracielle de Souza Silva, cujo orientador é a Dra. Joana D'arc Bardella Castro na Universidade Estadual de Goiás.

O \_\_\_\_\_ assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de Junho até Dezembro de 2022.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Anápolis, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

Assinatura/Carimbo do responsável

## TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16*, bem como suas complementares, como pesquisador (a) responsável e pesquisador (a) participante do projeto intitulado “AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: as hortas na cidade Anápolis (GO), (2010-2021)”.

Comprometo-me a iniciar a coleta de dados somente a após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP, a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses de todos os envolvidos.

Data: 00/00 /2022

<i>Nome do(a) Pesquisador(a)</i>	<i>Assinatura Manuscrita ou Digital</i>
<b>1. Gracielle de Souza Silva</b> <b>(Mestranda)</b>	
<b>2. Joana D´arc Bardella</b> <b>Castro (Orientadora)</b>	

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: as hortas na cidade Anápolis (GO), (2010-2021)”. Meu nome é **Gracielle de Souza Silva** sou a pesquisadora responsável e mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” (TECCER). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail ([gracielle.guichard@gmail.com](mailto:gracielle.guichard@gmail.com)) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 99248-7773. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa**, via e-mail ([cep@ueq.br](mailto:cep@ueq.br)) e, contato (s) telefônico (s): (62)3328-1439. O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são Joana D'arc Bardella Castro e Gracielle do Souza Silva.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente 15 minutos e a sua participação na pesquisa 30 minutos.

### Justificativa, objetivos e procedimentos:

O motivo que nos leva a propor esta pesquisa é o fato da pesquisadora analisar como e de que maneira ocorre a produção/cultivo de hortas urbanas na cidade de Anápolis (GO) e, conhecer as pessoas envolvidas/inseridas no contexto da agricultura urbana e na sua dinâmica do uso desses espaços.

O objetivo desta pesquisa é compreender a dinâmica que envolve os circuitos espaciais de produção das hortas urbanas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2021).

Os procedimentos de coleta de dados serão através da aplicação de um questionário com perguntas que abordam o tema como: Produção/Cultivo, Caracterização, Especificidades e Localização. O questionário terá duração média de 30 minutos. Como serão obtidos registros fotográficos, é necessário a *concessão de uso da imagem*:

- (     ) Não permito a gravação/obtenção da minha imagem.
- (     ) Permito a gravação/obtenção da minha imagem.

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem:

- (     ) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

( ) Não permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

**Obs.:** Rubricar dentro do parêntese com a proposição escolhida.

### **Riscos e formas de minimizá-los:**

Os possíveis riscos podem ser desconfortos, inseguranças e constrangimentos. Caso os participantes da pesquisa demonstrem desconforto, insegurança ou constrangimento com alguma pergunta, a entrevista será interrompida, sendo retomada somente a critério do entrevistado. A fim de minimizar tais riscos, é importante deixar claro, ainda, que o participante da pesquisa poderá se recusar a responder a qualquer pergunta do questionário, caso o mesmo julgue necessário ou desistir da pesquisa em qualquer momento, sem causar qualquer prejuízo a sua relação com a instituição ou com o pesquisador. Os participantes da pesquisa serão identificados como voluntários A, B, C, entre outros, de forma a garantir o anonimato, assegurando dessa forma o sigilo do mesmo. Ainda diante das condições sanitárias impostas pela Covid – 19, serão tomadas como medidas de segurança tanto pela pesquisadora quanto participantes da pesquisa o uso de máscaras, álcool em gel bem como um distanciamento seguro.

### **Assistência:**

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

### **Benefícios:**

Não há benefício direto para o participante, mas sua contribuição estará associada no conhecimento da importância das hortas urbanas para a cidade e para a sociedade.

### **Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:**

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo físico, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

### **Indenização:**



Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo, este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador(a) responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, nós os encaminharemos aos participantes, e serão publicados posteriormente, através da dissertação de mestrado e/ou por meio de artigos.

### **Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável**

Eu, pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

### **Declaração do(a) Participante**

Eu, ....., abaixo assinado, discuti com o pesquisador(a) **Gracielle de Souza Silva** sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo “AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: as hortas na cidade Anápolis (GO), (2010-2021)”. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Anápolis/Goiás, \_\_\_\_\_ de Fevereiro de 2023.

---

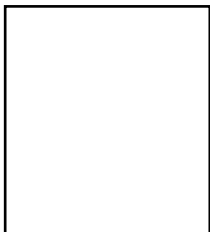
Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Para coleta da(s) assinatura(s) de participante sem letramento.



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** AGRICULTURA URBANA E OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO: AS HORTAS NA CIDADE DE ANÁPOLIS (GO), (2010-2020)

**Pesquisador:** GRACIELLE DE SOUZA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 54181521.3.0000.8113

**Instituição Proponente:** UEG CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.924.893

#### **Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1847907.pdf DE 28/12/2022 ) e projeto detalhado ("Projeto Pesquisa.pdf ", de 28/12/22).

#### **Apresentação:**

Segundo a redação dos pesquisadores, este projeto aborda a importância da agricultura urbana na sociedade atual através da produção de alimentos, abrangendo o cultivo das hortas (hortaliças e outros) em espaços urbanos, buscando compreender seus circuitos espaciais de produção na cidade de Anápolis (GO). Diante deste cenário, questionamos: Qual é a dinâmica que envolve os circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2020)? Como se deu o desenvolvimento da agricultura familiar e a sua relação com a produção/cultivo de hortas em áreas urbanas do município de Anápolis (GO)? Quais as especificidades e o papel das hortas urbana por meio de mapeamento e da sua distribuição sócio-espacial na cidade de Anápolis (GO)? Quais são os dados referentes à caracterização dos circuitos espaciais de produção das hortaliças em Anápolis (GO)? A pesquisa irá ressaltar de modo amplo e dinâmico a sua articulação com os agentes sociais, compreendendo seu papel na sociedade sincronizado aos interesses do capital e direcionado também pelo interesse local. Assim, objetiva-se compreender a dinâmica que envolve

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO

**CEP:** 75.132-903

**UF:** GO

**Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 5.924.893

os circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2020); analisar a agricultura familiar e a sua relação com a produção/cultivo de hortas em áreas urbanas do município de Anápolis (GO), identificar as especificidades e o papel das hortas urbanas por meio do mapeamento e da sua distribuição sócio-espacial na cidade em Anápolis (GO), analisar dados referentes à caracterização dos circuitos espaciais de produção das hortaliças em Anápolis (GO). Os procedimentos metodológicos levados a efeito no âmbito desta abordagem serão: pesquisa bibliográfica, coleta de dados secundários, pesquisa de campo e aplicação de questionários. Também será verificada a existência de ações ou de políticas de apoio e incentivo a esses espaços de produção. No referencial teórico, nos apoiamos em autores como Terrile (2006); Machini (2018); Gostein (2001); Santos (2006); Santos e Silveira (2011); Corrêa (1997); Silva (2018); Costa (2015), entre outros.

**Hipótese:** A hipótese constitui que a dinâmica dos circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), acontece no momento em que o produtor utiliza das práticas agrícolas em áreas urbanas para sua subsistência (consumo próprio) ou para a sua comercialização (abastecimento de alimentos nos mercados e feiras da cidade).

**Metodologia:** A pesquisa é quantitativa e qualitativa, ou seja, mista. Ambas interagem com diferentes práticas, contudo uma auxilia a outra, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Creswell e Plano Clark (2011) a pesquisa mista e a combinação dessas duas técnicas que resulta em melhores possibilidades de análise. Objetivando um bom desempenho para a pesquisa. Assim, resultando em oferecer e produzir conhecimentos necessários considerando um campo ou elemento. O presente trabalho faz o uso do estudo de campo e da pesquisa bibliografia a ser trabalhado na configuração das hortas urbanas na cidade de Anápolis (GO). Segundo Gil (1999), este tipo de pesquisa engloba um estudo com aprofundamento de questões propostas e apresenta uma flexibilidade em virtude dos objetivos formulados durante o processo de pesquisa. Gil (1999) destaca que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado. Assim, utilizar-se-á como base e apoio contribuições de diversos autores sobre a temática em demanda, por meio de levantamento teórico e consulta em artigos, livros, revistas, monografias, dissertações e teses, entre outros. Os dados quantitativos de fontes secundárias são essenciais para realizar o levantamento de informações relativas à produção, à localização e à ocupação das hortas no perímetro urbano. A coleta de dados secundários será realizada no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO

**CEP:** 75.132-903

**UF:** GO

**Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 5.924.893

Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Mauro Borges (IMB), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Ministério do desenvolvimento (MD), Mercado do Produtor de Anápolis (CEASA/ANÁPOLIS), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura (SEMDEA), Diretoria de Agricultura Pecuária e Abastecimento (DAPA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano (SEMMAHPU), Central de Abastecimento de Goiás (CEASA-GO), Mercado Municipal, os Feirões e as Feiras livres.

**Critério de Inclusão:** Serão incluídos na pesquisa, os participantes maiores (homens e mulheres) de 18 anos que residem na cidade de Anápolis (GO), e os selecionados trabalham com a produção/cultivo de hortas urbanas.

**Critério de Exclusão:** Serão excluídos da pesquisa os participantes/indivíduos menores de 18 anos.

Tamanho da amostra no Brasil será constituída de 20 participantes.

**Objetivo da Pesquisa:**

Segundo a redação da pesquisadora,

Objetivo Primário:

Compreender a dinâmica que envolve os circuitos espaciais de produção das hortas na cidade de Anápolis (GO), (2010-2020).

Objetivo Secundário:

-Analisar agricultura familiar e a sua relação com a produção/cultivos de hortas em áreas urbanas no município de Anápolis (GO).

-Identificar as especificidades e o papel das hortas urbanas por meio de mapeamento e da sua distribuição socioespacial em Anápolis (GO).

-Analisar dados referentes à caracterização dos circuitos espaciais de produção das hortaliças em Anápolis (GO).

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a redação da pesquisadora:

“Riscos: A pesquisa apresenta riscos mínimos, mas não serão ignorados os riscos por estar cogitando com informações/emoções dos participantes/sujeitos. A abordagem atenderá todos os

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO

**CEP:** 75.132-903

**UF:** GO

**Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 5.924.893

critérios de cuidados com finalidade de evitar danos ou riscos. E também, será assegurada aos participantes respondentes do questionário aplicado, a confiabilidade das informações coletadas, sem que haja prejuízo emocional ou financeiro. A participação e aceitação na pesquisa é opcional; assim existindo a possibilidade de alguns participantes inquirindo não almejar responder o questionário, por insegurança ou desconforto.

Benefícios: Com relação aos benefícios compreendemos que a pesquisa contribuirá para explicar a importância do cultivo/produção das hortas no espaço urbano da cidade de Anápolis (GO), priorizando o registro de dados e o mapeamento das áreas citadas. Socialização dos dados de interesse comum (sociais, ambientais, políticos e econômicos) da população e dos agentes; assim, promovendo ações públicas de apoio a esses espaços de produção”.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em análise ao PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1838792.pdf, o e ao TCLE este Colegiado avalia que:

Pendência 1. Inserir a informação sobre a segurança das pesquisadoras e dos participantes diante das condições sanitárias impostas pela Covid-19, já que o instrumento de coleta de dados será aplicado presencialmente.

Pendência satisfatoriamente atendida.

Pendência 2. Substituir no documento, o termo “sujeito” por participante da pesquisa, em atendimento às convenções estabelecidas pelo sistema Cep/Conep.

Pendência atendida, uma vez que o uso feito do termo não configura o sentido considerado pelo CONEP.

Pendência 3. Substituir o termo “sujeito” por “participante da pesquisa”;

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903

**UF:** GO **Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 5.924.893

Atendida.

Pendência 4. Inserir a informação sobre a segurança das pesquisadoras e dos participantes diante das condições sanitárias impostas pela Covid-19;

Atendida.

Pendência 5. Informar o tempo necessário para a leitura do TCLE pelo participante da pesquisa e não somente, o tempo da realização da pesquisa;

Atendida.

Pendência 6. Inserir o campo destinado à assinatura dactiloscópica.

Atendida.

Conclusão: Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que os relatórios de pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1847907.pdf	28/12/2022 10:07:22		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GRACIELLE.pdf	28/12/2022 10:06:31	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto.pdf	28/12/2022 10:05:39	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903

**UF:** GO **Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br



Continuação do Parecer: 5.924.893

Investigador	Projeto.pdf	28/12/2022 10:05:39	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito
Outros	Termodecompromissopdf1.pdf	05/12/2021 16:19:15	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	05/12/2021 16:16:48	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	22/11/2021 17:34:21	GRACIELLE DE SOUZA SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ANAPOLIS, 03 de Março de 2023

---

**Assinado por:**  
**PATRICIA FERREIRA DA SILVA CASTRO**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo

**Bairro:** FAZENDA BARREIRO DO MEIO **CEP:** 75.132-903

**UF:** GO **Município:** ANAPOLIS

**Telefone:** (62)3328-1439

**E-mail:** cep@ueg.br